

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CÉLIA MARIA MACHADO DE BRITO

***ONGs E EDUCAÇÃO: AÇÕES, PARCERIAS E POSSIBILIDADES DE
CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DA ESCOLA E DO ENSINO
PÚBLICO***

**FORTALEZA
2006**

CÉLIA MARIA MACHADO DE BRITO

***ONGs E EDUCAÇÃO: AÇÕES, PARCERIAS E POSSIBILIDADES DE
CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DA ESCOLA E DO ENSINO PÚBLICO***

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes
de Matos

FORTALEZA-CE
2006

CÉLIA MARIA MACHADO DE BRITO

***ONGs E EDUCAÇÃO: AÇÕES, PARCERIAS E POSSIBILIDADES DE
CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DA ESCOLA E DO ENSINO PÚBLICO***

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Educação Brasileira.

Aprovada em: ___/___/2006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes Matos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Maria Nobre Damasceno
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Ercília Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Maria do Carmo Alves Bomfim
Universidade Federal do Piauí - UFPi

Profa. Dra. Grace Troccoli Vitorino
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

[...] é preciso manter firme a convicção que a história tem a capacidade infinita de reinventar-se. Mesmo com tudo o que de negativo acontece, é preciso ter em mente que nem a História chegou ao fim, nem se esterilizou a capacidade de transformação do Homem.

Waldemar Meneses
Jornal O Povo 2005

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, **Otávio** e **Isadora**, razão e estímulo de vida, que tanto me fazem pensar numa educação e sociedade mais humana e mais justa.

Ao meu pai, **João Ferreira de Brito** e à minha irmã **Conceição de Maria Machado de Brito** (*in memoriam*) por me despertarem o interesse pelo conhecimento, a quem muito devo pelo que sou.

À minha mãe, com amor e gratidão; a meus irmãos, cunhadas e sobrinhas(os) pela convivência e amizade.

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de cometer injustiça, esquecendo alguns dos tantos nomes que colaboraram para a realização deste trabalho, gostaria de expressar minha gratidão a muitos amigos, grupos, professores, autores, instituições, enfim, a todos(as) que estiveram próximos(as), a quem devo um reconhecimento público de sua contribuição para a feitura deste trabalho.

À Deus dirijo-Lhe os primeiros agradecimentos. Entrego-Lhe esta tese como uma oferenda pelo dom da vida, pela saúde, inteligência, coragem, determinação e oportunidade na busca do conhecimento e da possibilidade de “ser mais”. A Ele o reconhecimento de que seria menos sem sua luz.

A meus filhos, Otávio e Isadora, razão e incentivo de vida, a quem agradeço pela presença em minha vida, pelo amor, carinho e paciência na longa espera de elaboração deste trabalho, quando foram privados da minha convivência.

À Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos, minha orientadora, meus sinceros agradecimentos pelo incentivo e apoio ao longo da pesquisa e construção da tese. Nesse percurso de incertezas, buscas e desafios, cumpre agradecê-la pela paciência como conduziu a orientação sempre de forma afável e acolhedora.

Às professoras Maria Nobre, Ercilia Braga, Maria Bomfim e Grace Vitoriano por terem aceito participar da banca e pelas contribuições ao trabalho, partilhando idéias que, certamente, enriqueceram este trabalho.

Aos professores Eliane Dayse e Ribamar Furtado, pela força, amizade e companheirismo nas “trilhas” construídas no passado (e em outras que não de vir). Reconheço-os como grandes incentivadores para meu ingresso no doutorado.

À professora Ângela Teresinha Sousa, não só pela forma competente como conduziu as disciplinas de metodologia de pesquisa no doutorado, mas também pela generosidade, afeto e acolhimento na convivência sempre afetuosa.

Aos(às) professores(as) do programa de mestrado e doutorado da FACED, aos autores e autoras pesquisados com quem tive oportunidade de dialogar, trocando e construindo conhecimentos, numa rica trajetória de aprendizagem.

Aos funcionários, amigos(as) e ex-colegas de trabalho, em especial, Iolanda, Geísa, Anne, Adalgisa, Enói, Elias, Lúcio, Adriano, Gina, Marcos, Marquinhos e demais colegas da FACED-UFC pela amizade, carinho e cooperação.

À turma do doutorado do ano 2001-1, pelo companheirismo e aprendizado construídos no percurso. A todos(as) votos de pleno sucesso em seus projetos pessoais e profissionais.

As(os) amigas(os), Sandra Gadelha, Ernandi Mendes, Maria das Dores Mendes (Dasdores), Ana Ruth, Jaqueline, Nohemy, Maria Dias, Jannette, Sonia Pereira, Fátima Mesquita, Regina Brandão, Helena Frota, Salomão, Brito, Bodião e João Alemão pela escuta, troca e contribuições para este trabalho.

Ao meu companheiro Rosilmar, pela disponibilidade e apoio emprestados em todos os momentos e pelo carinhoso interesse por tudo aquilo que faço. Agradeço-lhe pela força, apoio, dedicação e pelas várias e pacientes revisões de texto. Agradeço-lhe ainda pelo amor e carinho e por tê-lo sempre junto a mim.

Agradeço aos responsáveis pelas organizações não governamentais visitadas, seus diretores, coordenadores técnicos e assessores comunitários, e de modo especial, ao CEDECA e à Comunicação e Cultura, pela forma como nos receberam e dispuseram de seu tempo para responder as questões, disponibilizando todo o material de que precisava para levar a efeito a pesquisa.

Da mesma forma agradeço aos diretores, coordenadores, professores, alunos das escolas públicas e comunidades visitadas, pela acolhida e presteza no atendimento às informações levantadas na pesquisa, viabilizando a análise e construção desta tese.

Finalmente, a minha família e a todos(as) que, direta ou indiretamente, fazem parte do meu aprendizado, meus sinceros agradecimentos

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar práticas sócio-educativas de ONGs e sua interlocução com a escola pública, focalizando aspectos relativos ao crescimento da participação social, num processo que evidencia o resgate da luta histórica pela retomada da democratização da sociedade e da educação. Trata-se de um estudo conduzido em duas organizações não governamentais de Fortaleza comprometidas com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e com atuação no campo da educação e da escola pública. A primeira, tendo como referência a exigibilidade dos direitos para crianças e adolescentes, reivindica do Estado políticas públicas universalizantes, numa postura de resistência ao projeto educativo hegemônico. A outra, através da metodologia de jornal, desenvolve atividades junto a professores e alunos, numa ação complementar à escola. A perspectiva é compreender como essas entidades vêm respondendo às demandas da sociedade, não só reivindicando e fazendo valer direitos constitucionais, mas desenvolvendo ações educativas voltadas para a melhoria da educação e do ensino público. Tendo como ponto de partida as transformações políticas e sociais das últimas três décadas, discuto a atuação das ONGs, no contexto de redefinição do papel do Estado e surgimento do terceiro setor, localizando os trâmites de uma relação que envolve empresas, movimentos sociais e organizações governamentais articulados numa tessitura de ações marcadas pela disputa de projetos políticos. Referendada na premissa de que a atuação das ONGs decorre de dificuldades do sistema educacional, os resultados da pesquisa apontam para um rico aprendizado dimensionado nos processos educativo-formativos e nos ganhos políticos e pedagógicos obtidos na relação. Na fala dos sujeitos foi possível identificar elementos evidenciadores de contribuições positivas das ONGs na metodologia e aprimoramento da prática escolar, bem como no aprendizado pedagógico das próprias ONGs. Tornou-se evidente, nas escolas, a receptividade do trabalho dessas organizações que, legitimadas socialmente, destacam-se no cenário cearense, sendo apontadas como importantes parceiras no conjunto das lutas pela democratização da educação e do ensino público.

Palavras-Chave: ONGs, Sociedade Civil, Educação, Escola, Participação, Democratização do ensino.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze practical partner-educative of Nongovernmental-Organizations (NGO) and its interlocution with the public school, focusing relative aspects to the growth of the social participation, in a process that evidences the rescue of the historical fight for the retaken one of the democratization of the society and the education. One is about a study lead in two not governmental organizations of Fortaleza compromised with the defense of the rights of children and adolescents and with performance in the field of the education and the public school. The first one, having as reference the liability of the rights for children and adolescents, it demands of the State public politics, in a position of resistance to the hegemonic educative project. To another one, through the periodical methodology, it develops activities together the professors and pupils, in a complementary action to the school. The perspective is to understand as these entities come answering to the demands of the society, not only demanding and making to be valid constitutional laws, but developing educative actions directed toward the improvement of the education and public education. Having as starting point the transformations social politics and of last the three decades, I argue the performance of the NGOs, in the context of redefinition of the paper of the State and sprouting of the third sector, locating the proceedings of a relation that involves companies, social movements and governmental organizations articulated in a conjuncture of actions marked for the dispute of projects politicians. Authenticated in the premise of that the performance of the NGOs elapses of difficulties of the educational system, the results of the research point with respect to a rich learning measured in the processes educative-formatives and the profits gotten pedagogical politicians and in the relation. In its speaks was possible to identify elements that put in evidence the positive contributions of the NGOs in the methodology and improvement of the practical pertaining to school, as well as in the pedagogical learning of proper the NGOs. One became evident, in the schools, the receptivity the work of these organizations that, legitimated socially, they are distinguished in the pertaining to the state of Ceará scene, being pointed as important partners in the set of the fights for the democratization of the education and public education.

Key-Words: NGO, Civil Society, Education, School, Participation, Democratization of education

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif analyser les pratiques sociaux-éducatives utilisées par les organisations non gouvernementales (ONGs) et son rapport avec les écoles publiques. Une attention spéciale va être donnée aux aspects concernés au développement de la participation sociale dans un processus qui accuse le rachat de la lutte historique pour la reprise de la démocratie dans la société et dans l'éducation. Cette étude a été réalisée dans deux ONGs à Fortaleza. Ces organisations ont un compromis avec la défense des droits des enfants et des adolescents en agissant dans le domaine de l'éducation et de l'école publique. La première, en ayant comme référence l'exigence des droits pour les enfants et les adolescentes, demande de l'État des politiques publiques universales dans une position de résistance au projet d'éducation hégémonique. La deuxième, en utilisant une méthodologie de journal, développe des activités auprès des enseignants et des élèves dans une action complémentaire à l'école. La perspective est de comprendre comment ces organisations sont en train de répondre aux demandes de la société, pas seulement en faisant valoir les droits de la constitution, mais en développant des actions d'éducation qui visent l'amélioration de l'éducation et de l'enseignement public. Je discute l'activité des ONGs, en ayant comme point de départ les transformations politiques et sociales des trois dernières décennies, dans le domaine de la re-définition du rôle de l'État et l'apparition du troisième secteur économique, en localisant les voies d'un rapport avec les entreprises, les mouvements sociaux et les organisations gouvernementales articulées dans un réseau d'actions caractérisées pour la lutte pour les projets politiques. À partir du concept que les actions des ONGs commencent par les difficultés du système d'éducation, les résultats de cette recherche indiquent par un enrichissement riche dimensionné dans le processus d'éducation et de formation et dans les gains politiques et pédagogiques obtenus avec les rapports. À partir des réponses des sujets il a été possible d'identifier les éléments indicatifs des contributions positives des ONGs dans la méthodologie et le perfectionnement de la pratique de l'école, aussi bien que dans l'apprentissage pédagogique des ONGs. Dans les écoles, il est devenu évident la réceptivité du travail de ces organisations, qui légitimées socialement, sont importantes dans le scénario de l'État du Ceará et sont observées comme partenaires importantes dans l'ensemble des luttes pour la démocratie de l'éducation et de l'enseignement public.

Mots-Clés: ONG, Société civile, Éducation, École, Participación, Démocratisation d'éducation

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Elementos do Protocolo da Pesquisa – MINUTAS.....	213
ANEXO B – Lei 9790/99 ou Lei das Oscips.....	219
ANEXO C- Marco Legal - princípios e legislação (Posição da Associação Brasileira de Organização Não Governamental - ABONG).....	225

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente

ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

CDVHS - Centro de Defesa e Valorização da Vida Herbert de Sousa

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CERE – Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes

CIEE - Centro de Integração Empresa Escola

CIEJA - Conselho Internacional de Educação de Jovens e Adultos

COEDUC - Coordenadoria da Educação Municipal

COMDICA - Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente

CREDE - Centro Regional de Desenvolvimento Educacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DRU - Desvinculação dos Recursos da União

FACED - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará

FEP - Fórum de Educação do Passaré

FEPRAF - Fórum de Educação da Praia do Futuro

Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente

FUNCI - Fundação da Criança e da Cidade

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério

Fundo NOVIB - Fundo governamental Holandês

GAIS - Grupo de Apoio ao Investimento Social

IBTS - Instituto Brasileiro de Terceiro Setor

IDH – Instituto de Desenvolvimento Humano

IJC - Instituto da Juventude Cearense

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

NAJUC - Núcleo de Ações Jurídico Universitárias

NUCEPEC - Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança

OCDE – Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico

ONG - Organizações Não Governamentais

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PEQ - Plano Estadual de Qualificação Profissional

PMDB – Partido do movimento democrático brasileiro

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDIJE - Rede de Jornais Escolares

SEDUC - Secretaria da Educação Básica do Ceará

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINDIUTE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação

SOMA - Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
RESUME.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
OS CONTORNOS E O PERCURSO TÉORICO – METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	21
1.1 A construção do objeto de pesquisa: entre discursos, atores e práticas.....	21
1.2 Os caminhos teórico-metodológicos.....	28
1.3 Os sujeitos e a prática da pesquisa.....	33
CAPÍTULO 2	
ONGS E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES, CENÁRIOS, ATORES E INTERVENÇÕES.....	40
2.1 ONGs e terceiro setor: um enfoque conceitual e histórico.....	41
2.2 Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, um quadro complexo: revisitando os termos do debate.....	50
2.3 As transformações do Estado e o fortalecimento da sociedade civil organizada	56
2.4 ONGs, Educação e Escola	66
CAPÍTULO 3	
AS ONGs NO CEARÁ: REVENDO TRILHAS E COMPONDO OS	

CENÁRIOS DA PARTICIPAÇÃO	74
3.1 O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA): gênese e trajetória de atuação.....	83
3.1.1 Primeiras Atividades (1994-2000).....	91
3.1.2 Novos caminhos percorridos: da mobilização local às estratégias de ação global.....	98
3.2 A Comunicação e Cultura e sua Ação Complementar à Escola: perfil institucional, programas, relações e rotinas.....	105
3.2.1 Um pouco de sua historia.....	107
3.2.2. Comunicação e Cultura: projeto institucional e relação com a escola pública.....	110
 CAPÍTULO 4	
A PRÁTICA SOCIAL DAS ONGS NA ESCOLA PÚBLICA CEARENSE: RELAÇÃO, APRENDIZADOS E PERCEPÇÕES.....	116
4.1. A Atuação do CEDECA e a defesa da educação e da escola pública.....	118
4.2. A Comunicação e Cultura e sua ação complementar à escola: uma visão referendada nos atores e beneficiários de sua. ação.....	131
4.2.1 A Experiência da Comunicação e Cultura no CERE.....	137
4.2.2 A Comunicação e Cultura no município de Aratuba.....	150
4.2.2.1 O trabalho da Comunicação e Cultura na leitura dos sujeitos da escola municipal de Aratuba: visões que se somam.....	153
4.2.2.2 O Clube do Jornal na escola estadual de Aratuba.....	157
4.2.2.3 A Escola de Guanacés e a edição de um jornal a viva voz: uma experiência renovada do Clube do Jornal.....	161
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: tecendo paralelos, tirando lições e apresentando novas questões de pesquisa.....	174
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197

ANEXOS..... 212

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a inserção de ONGs na área educacional e, em especial, a relação que mantêm com a escola pública, na tentativa de compreender como essas entidades vêm respondendo às demandas da sociedade em relação à educação de crianças e adolescentes em situação de risco, ao mesmo tempo em que desenvolvem atividades de formação, para além daquelas oferecidas pela escola, possibilitando novas formulações de educação.

A hipótese norteadora é que a afluência de ONGs à área educacional reflete dificuldades do sistema de ensino, quanto à efetivação de políticas públicas universalizantes, mobilizando, em consequência, grande número de organizações privadas, para atuarem na área, compensando a tarefa do Estado ou reivindicando dele o cumprimento de seu papel constitucional. Tais ações deixam, portanto, de ser apenas formas de proteção a crianças e adolescentes, para se converterem em experiências formativas com amplo potencial de aprendizagem.

Além dessa hipótese, a pesquisa possibilitou-me questionar em que medida as atividades complementares podem ser vistas como ações funcionais ao projeto educativo neoliberal em curso, observando como se dá a relação ONGs x escola e como, nessa prática interativa, concebem, expressam e realizam suas ações, na busca de contribuir com a melhoria da escola pública.

Nesse sentido, o principal esforço é perceber a qualidade do diálogo estabelecido entre essas organizações, o poder público e a escola, dimensionando os ganhos políticos e pedagógicos dessa relação, bem como os resultados da intervenção nos processos de participação e democratização da gestão pública do ensino e seus desdobramentos na prática pedagógica escolar.

Através de pesquisa exploratória, mapeei aspectos de práticas sócio-educativas de ONGs voltadas para a educação escolar pública em Fortaleza.

Aproximei-me, então, de quatro dessas organizações com metodologias e formas de inserção diferenciadas: uma com ação complementar à escola e três outras que, mesmo sem atuação direta nas escolas, mas operando de forma paralela, voltam-se para a luta em torno da democratização da educação pública.

Os critérios utilizados para a escolha das ONGs objeto desta análise foram compromisso e engajamento nos processos de democratização e melhoria do ensino e da escola pública. Somando-se a esses, foram considerados outros dois critérios: a distinção entre o tipo de abordagem e metodologia de trabalho e a forma de relacionamento com a escola, imaginando poder, assim, enriquecer a análise.

A partir desses critérios, selecionei duas ONGs de Fortaleza: o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA - e a Comunicação e Cultura. A primeira, em sintonia com a luta histórica pela democratização da educação, caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma proposta alinhada à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, através de programas de monitoria e controle de políticas públicas. Embora desenvolva outras atividades voltadas para defesa da criança e do adolescente em situação de risco, foi recortado, para efeito desta análise, o programa que encampa a luta pela educação pública e gratuita, expresso no slogan: *pelo direito de aprender direito*. A segunda, Comunicação e Cultura, originária do campo da comunicação social, desenvolve em parceria com o Estado atividades pedagógicas, a partir da metodologia de trabalho com jornais, em ação complementar à escola.

Tendo como foco de análise a prática sócio-educativa dessas duas organizações - suas histórias, propostas, parcerias e interação com escolas públicas - pesquisei também em escolas que desenvolvem algum tipo de ação conjunta com as ONGs investigadas. Na rede estadual, privilegiei o Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes, localizado no bairro de Antonio Bezerra, em Fortaleza; a Escola de Ensino Fundamental Custódio Mesquita, no distrito de Guanacés, município de Cascavel e a Escola de Ensino Fundamental e Médio Joacy Pereira, no município de Aratuba. Pesquisei ainda em duas escolas da rede municipal, também do município de

Aratuba: a Escola de Ensino Fundamental Maria Júlia, na zona urbana, e a Escola Nucleada de Ensino Fundamental, na localidade de Barreiros, zona rural.

A escolha condensou aspectos que conjugam múltiplos critérios: escolas que apresentam perfil de bom desempenho na parceria e escolas que, pelo contrário, não respondem positivamente aos programas oferecidos pelas ONGs; localização físico-territorial - serem da capital e do interior - e estarem vinculadas as duas redes de ensino público - estadual e municipal. Somando-se a esses critérios, o tempo de parceria com as ONGs, não inferior a dois anos.

Na busca de desenvolver uma reflexão em torno dos sujeitos e da relação estabelecida entre eles, acompanhei o trabalho do CEDECA e da Comunicação e Cultura, ao longo dos anos de 2003 e 2004, quando fiz observações e confrontei percepções, a partir da ótica dos atores e beneficiários de sua ação. Entrevistei coordenadores, técnicos, parceiros, financiadores, conselheiros, movimentos sociais, representantes do poder público, e me detive também na escuta dos vários sujeitos das escolas e comunidades pesquisadas.

Apropriando-me de substancial número de informações, estruturei o trabalho em quatro capítulos, procurando evidenciar aspectos de uma realidade que, por sua riqueza e complexidade, certamente não apresenta todas as dimensões, não tendo, portanto, a pretensão de esgotar a discussão. No primeiro, exponho as opções teórico-metodológicas, explicitando os caminhos vivenciados na formulação do problema e no ato da pesquisa. Registro o processo de construção do objeto e minha inserção na problemática, na tentativa de fundamentar as razões que me conduziram à análise. O segundo constitui-se de uma contextualização histórica do tecido político-social em que se gestam a crise do Estado e o processo de organização da sociedade civil brasileira, quando procuro construir uma compreensão sobre os aspectos relativos ao processo de (re)democratização da sociedade e da educação, situando o quadro em que se misturam e se confrontam projetos políticos em disputa, na busca de um balanço crítico. O terceiro capítulo discute as ONGs no Ceará. A partir de um debate mais focalizado na conjuntura local, apresento e analiso a trajetória dos movimentos sociais em Fortaleza e

o projeto-político social das duas ONGs, objeto deste estudo. Aí, tento desenhar a história, o perfil político-pedagógico-institucional e suas formas de intervenção junto à sociedade civil e à escola, situando-as no conjunto dos movimentos e organizações do campo democrático e popular. O quarto capítulo é dedicado a atuação das ONGs na escola, quando, busco perceber estratégias pedagógicas e resultados dessa imersão no ambiente escolar, recuperando percepções, aprendizados e experiências mútuas no processo interativo. Aqui faço um paralelo entre as duas experiências analisadas, discutindo os reflexos de suas metodologias de trabalho sobre a escola e sobre as próprias ONGs.

Por fim, nas considerações finais, recupero os achados e lições tiradas da pesquisa, buscando, no pensamento de Gramsci, resgatar o papel político das ONGs, como forma de construir parâmetros para contrapor a categoria sociedade civil às versões apolíticas e autonomistas, tão presentes no debate atual do terceiro setor.

CAPÍTULO 1

OS CONTORNOS E O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

*Longe do estéril turbilhão da rua,
beneditino escreve! No aconchego
do claustro, na paciência e no sossego,
trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua.*

Olavo Bilac - A um Poeta

Este capítulo pretende mostrar a trajetória de construção do objeto de investigação e o espaço concreto da pesquisa: o problema e sua relevância social, os contornos temáticos, vieses metodológicos e algumas reflexões feitas no processo de pesquisa. Inicialmente, relato a construção do projeto - da versão inicial ao recorte atual - a seguir, descrevo os sujeitos pesquisados e os procedimentos adotados no ato da pesquisa, delineando as opções teóricas e metodológicas.

1.1 A construção do objeto de pesquisa: entre discursos, atores e práticas

Ao me decidir pela formulação de um objeto de investigação, duas ordens de questões se fizeram presentes em minhas preocupações: o compromisso de recuperar a discussão sobre a participação popular no conjunto das lutas pela democratização da educação e da escola e o desejo de formular uma tese que trouxesse contribuições, agregando reflexões vinculadas à conquista histórica da escola pública democrática. Dividida entre essas duas ordens de preocupação, debruicei-me sobre o tema escola-comunidade, empenhando-me na tarefa de criar-criar questões para estudo, tão ambiciosas, quanto meu desejo de buscar respostas para tais questões.

As questões giravam quase sempre em torno da mesma temática: o modo como a escola se apropria da política educacional e a re-significa no cotidiano, construindo vínculos e exercitando a partilha de poder com a comunidade, entendendo a participação, não como mera presença, prestação de serviços ou contribuição financeira da população, mas como importante instrumento de controle democrático

capaz de reverter a insuficiência da ação do Estado no provimento do ensino público na quantidade e qualidade desejada pela população (Paro, 2001).

A análise da participação popular na gestão da escola pública constituía-se o foco central da pesquisa, em sua primeira versão. Compreender os processos subjacentes ao compartilhamento do poder, numa relação crescentemente marcada pelo viés neoliberal em que a educação pública transformada em serviço deixa de ser responsabilidade exclusiva do Estado e se estrutura em bases assistenciais e voluntárias, parecia-me instigante. A intenção era, a partir de um mapeamento de ações dos diferentes grupos comunitários, poder identificar atores e ações coletivas organizadas em função da escola pública, qualificando e dimensionando a contribuição e o sentido da participação dos movimentos sociais populares na educação escolar, pois, comungando com Gohn, compreendia esses movimentos *como práticas renovadas de educação popular* (1992, p. 43).

O estudo das articulações, o contexto de composição de uma esfera social pública e não apenas estatal e seus desdobramentos educativos nas vivências e relações sociais internas e externas ao ambiente escolar compunham o universo da investigação. Como referência, tinha, de um lado, a instalação de mecanismos institucionais de estímulo à participação, típico da era neoliberal dos anos 1990, com eleições diretas para diretores e criação de canais de participação para os diferentes segmentos da escola: alunos, professores, pais e grupos comunitários externos à escola. De outro lado, a passividade e o pouco envolvimento da comunidade escolar nas dinâmicas participativas da escola, predominando, mesmo com todo o incentivo governamental, dificuldades na mobilização e engajamento nos processos democráticos.

A proficiência do discurso preconizado no slogan da política estadual de educação, *Todos pela Educação de Qualidade para Todos* e a baixa densidade da participação dos usuários e da comunidade em geral na vida escolar motivavam-me a investigar os determinantes dessa relação e suas interfaces políticas e pedagógicas.

Nesse primeiro momento, minha curiosidade privilegiava captar a compreensão da escola pela ótica dos usuários. Procurava ainda entender as articulações e as práticas que marcam a relação escola x comunidade, explicitando aspectos pertinentes à definição dos lugares clássicos atribuídos ao Estado e à sociedade civil.

A baixa participação da comunidade na vida escolar diagnosticada em estudos anteriores,¹ encorajava-me a percorrer esse caminho, fazendo-me insistir na temática. A partir da análise da relação entre escola e comunidade e das formas de participação dos grupos que gravitam em seu entorno, esperava poder alcançar melhor as expectativas e dinâmicas organizativas implicadas, desenhando o papel e a contribuição dos movimentos sociais na construção de uma gestão democrática e participativa. Assim, esperava qualificar a natureza do diálogo estabelecido entre os atores (sociedade civil e Estado) e analisar os reflexos de sua ação no desenvolvimento da comunidade local, percebendo a dimensão educativa das práticas organizativas, bem como sua repercussão na construção de uma gestão escolar democrática e participativa.

Uma leitura sensível do projeto, acompanhada de pertinentes observações de minha orientadora de tese, fizeram-me reconhecer a amplitude do estudo e proceder aos cortes epistemológicos necessários e sempre difíceis de realizar. Optando por apenas um dos atores sociais nessa interlocução com a escola, escolhi, então, as organizações não governamentais. A relevância do trabalho desenvolvido por algumas delas e o precário número de estudos realizados na área e a necessidade de definição de um foco específico na investigação fizeram-me optar pelo estudo desse novo ator político, privilegiando sua relação com a escola pública.

Uma questão, entretanto, afligia-me. Como, então, identificar as ONGs, frente à diversidade de propostas temáticas e de público-alvo, como mostravam as estatísticas e levantamentos realizados pelas redes de entidades do terceiro setor? Como falar da identidade dessas ONGs, já que os debates sugeriam uma certa pasteurização ideológica de suas ações? Na tentativa de responder a tais questões, orientei-me por uma análise sobre o desenvolvimento institucional realizada pela ABONG (2002). A partir daí, pude identificar alguns elementos demarcadores das ONGs no contexto do conturbado quadro do terceiro setor: seus projetos políticos; as alianças que estabelecem nas lutas por mudanças sociais, marcando seu pertencimento a um determinado grupo de organizações e movimentos; e o tipo de relação que estabelecem com o Estado.

¹ Dentre outros, destaco PARO, 1997; MATOS; MAIA, VIEIRA, 2000; PEIXOTO 1990; DAMASCENO, 2005.

Optando pela análise da atuação de ONGs no campo da educação, realizei um estudo exploratório em Fortaleza, com vistas a identificar suas propostas e formas de atuação no campo da escola. A pesquisa direcionava-se para localizar duas organizações com tipos de ações diferenciadas, levantadas a partir de um perfil de comprometimento com o protagonismo juvenil e com a democratização da educação pública. A vigência de posturas diferenciadas em sua relação, tanto com o poder público, quanto com a escola, constituiu-se critério para a seleção dessas organizações. A escolha privilegiou, então, organizações com metodologias distintas: uma, com postura reivindicatória e de controle das políticas públicas, sem nenhuma vinculação formal com o Estado; e outra, com atitude colaborativa, pró-ativa, desenvolvendo trabalhos de natureza complementar à escola, através de parceria com instâncias governamentais.

A intenção era compreender como essas organizações vêm interagindo com a escola pública, dimensionando os efeitos dessa interlocução do ponto de vista da melhoria do desempenho da escola e das próprias ONGs. A partir daí, esperava poder problematizar ações desenvolvidas por essas entidades, demonstrando como instituições da sociedade civil vêm respondendo a demandas educacionais de crianças e adolescentes, não só reivindicando garantia de direitos constitucionais, mas promovendo uma ação educativa para além daquela oferecida pelas escolas públicas.

A pesquisa encaminhava-se, assim, para compreender o diálogo estabelecido entre essas organizações, o poder público e a escola, selecionando informações, estabelecendo fronteiras e identificando possíveis contribuições no campo da democratização da educação e melhoria da qualidade do ensino público.

Algumas certezas faziam-me enveredar pela temática da qualidade do ensino. A premência do debate de construção de consensos em torno da qualidade, somada à necessidade de aprofundar a reflexão de um conceito que contemplasse a ótica da população usuária fizeram-me direcionar a pesquisa no sentido de perceber a contribuição das ONGs nessa direção, balizando o alcance de suas metodologias na perspectiva da qualidade do ensino. Poder refletir com os usuários da escola as exigências contemporâneas das aprendizagens era outra questão que me conduzia ao foco da qualidade. Desse ponto, imaginava poder aproximar-me da discussão sobre a função social da escola, possibilitando-me uma escuta das necessidades e expectativas

em torno de sua ação institucional enquanto socializadora de conhecimento e formadora de cidadania. Entretanto, antes mesmo de ouvir as ponderações da banca, por ocasião da primeira qualificação do projeto, já pressentia as dificuldades da pesquisa, dadas as ambigüidades implicadas no conceito de qualidade do ensino, categoria que seria central no enfoque da proposta de investigação.

O estado da arte no debate sobre qualidade do ensino demonstrava a fragilidade na produção de estudos na área, revelando também uma certa complexidade teórica e ambigüidade no conceito. Identificava, então, como elemento complicador, questões vinculadas à mensuração, uma vez que, em se tratando da contribuição de sujeitos externos, a pesquisa requeria um parâmetro comparativo do antes e do depois da atuação de ONGs na escola. Outro problema era a dimensão da qualidade a ser enfocada na pesquisa: se a da escola ou a da educação em geral. Somados tais elementos conduziram-me, mais uma vez, a um redirecionamento do enfoque da investigação.

O recorte definitivo do estudo deu-se a partir da minha inserção na realidade investigada. A partir da prática e do maior conhecimento sobre ela, pude, então, ampliar o universo de informações sobre o tema, favorecendo a formulação de questões e o aprofundamento da pesquisa. A participação em um ciclo de debates promovido pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, ABONG - Regional Nordeste III, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer, em fevereiro de 2003, foi fundamental para apropriar-me do tema, reafirmando minha opção. Nessa ocasião, tomei conhecimento de algumas pesquisas em andamento no Estado, dentre as quais, uma voltada para definir o perfil² das ONGs no Ceará e suas formas de atuação em diferentes campos.

A partir daí, pude visualizar, mais claramente, três diferentes formas de intervenção das ONGs na área educacional no Ceará: uma de natureza complementar com projeto educativo próprio e atuação em várias atividades, com incursões no esporte, na arte e cultura em geral, no campo da economia solidária, na capacitação

² Ver FIEGE, 2003.

para o mercado de trabalho; outra, de natureza complementar³ caracteriza-se por um certo tipo de intervenção de apoio voltado para a melhoria do desempenho escolar - prestação de serviços, consultorias gratuitas, ou não - através de parceria direta com a escola ou com o poder público; e uma terceira, com o foco voltado para a garantia do direito à escola, pela via do controle social das políticas públicas educacionais, mais próxima do estilo *advocacy*⁴. Encontrei, ainda, ONGs híbridas, com posturas, ora de enfrentamento, ora de colaboração com o Estado, dividindo tarefas também com o mercado, numa ampla rede de colaboração com incentivo e amparo legal, algumas com financiamento público.

Essa multiplicidade de perfis, fruto de mudanças no relacionamento entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, remete a transformações econômico-sociais e políticas de corte neoliberal, em que a proliferação de ONGs aparece em reforço à tese da expansão do setor público não estatal como possível saída para a crise do modelo de gestão estatal. Partilhando com outros atores dos processos de descentralização e democratização da gestão pública, as ONGs assumem papel de destaque no cenário educacional.

Ao questionar o trabalho dessas organizações, busco selecionar informações, estabelecer fronteiras e analisar possíveis contribuições no campo da democratização da educação e melhoria do ensino público cearense, entendendo-as como novas possibilidades educativas que assumem e agregam saberes e aprendizados distintos daqueles produzidos na escola.

Privilegiando a interlocução de ONGs com escolas, foi-me possível, finalmente, fazer o recorte definitivo da pesquisa que se voltou para analisar o fenômeno ONGs e sua relação com a escola pública, com a intenção de compreender a natureza do diálogo estabelecido entre essas organizações, o poder público e a escola,

³ Entendo como ações complementares aquelas que, de alguma forma, se desenvolvem em conjunto com a escola ou paralelamente a ela, mas que se voltam para o cumprimento eficaz da sua função social. São atividades de pesquisa, organização de banco de dados, produção de material instrucional - cartilhas, jornais, *papers* - bem como oficinas e capacitações, envolvendo o corpo docente e os demais sujeitos da escola. Já as ações suplementares são aquelas não previstas no projeto formativo escolar, mas que contribuem para um melhor desenvolvimento político e sócio-cultural de crianças e jovens das periferias, com atividades voltadas à formação para o trabalho e para a cidadania.

⁴ Segundo Roche (2002, p.231-232), *advocacy* é um tipo de ONG que utiliza-se da estratégia da informação e do exercício da pressão política, da campanha pública, da educação e da criação de alianças para democratizar as relações desiguais de poder e melhorar as condições dos que vivem na pobreza ou são discriminados, de modo a atingir as mudanças desejadas na vida das pessoas.

dimensionando os ganhos políticos e pedagógicos dessa relação, bem como os resultados dessa intervenção nos processos de participação e gestão da educação pública e seus desdobramentos na prática pedagógica escolar.

Posto nesses termos, o estudo pretende demonstrar como instituições da sociedade civil vêm, não só respondendo à tutela de crianças e adolescentes em situação de risco, mas também desenvolvendo atividades de formação para além das oferecidas pela escola, ao mesmo tempo em que desenvolvem novas formulações sobre educação. A intenção é também demonstrar como essas ONGs direcionam suas ações no sentido de colaborar com o processo de democratização da educação e do ensino público, fazendo valer direitos constitucionais, ao mesmo tempo em que se constituem espaços de interação ou campo de lutas entre as classes populares e o Estado.

Ao longo dessa trajetória e num entrelaçamento de temas e questões referendadas, não só nas práticas e vivências escolares, mas nas dinâmicas coletivas da sociedade civil organizada a seu favor, pude, enfim, construir o objeto de investigação, confirmando-se o pressuposto freireano de que, numa dialética sujeito-objeto, não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso (Freire, 1992).

1.2 Os caminhos teórico-metodológicos

Apoiando-me na crença de que nas ciências sociais o objeto de pesquisa, por não ser um dado inerte ou neutro, expressa crença, valores e ações humanas, muitas vezes compartilhados pelo sujeito que os investiga, esta pesquisa referenda o pressuposto de que existe uma relação dinâmica entre o pesquisador e o objeto pesquisado (Minayo, 1994; Brandão, 1984; Ludke e André, 1986; Bogdan e Biklen, 1994; Damasceno, 2005).

Consciente dessa implicação e comprometida em fazer valer o sentido da pesquisa como crítica e, ao mesmo tempo, como sustentação de uma ação prática, a investigação seguiu as pistas de uma perspectiva crítico-dialética (Marx, 1986; Gramsci, 1978; Kosik, 1976). Compreendendo essa abordagem, como concepção de realidade, como método e práxis transformadora, optei pelo enfoque de uma pesquisa

qualitativa por acreditar que dela decorrem possibilidades de aprofundamento da análise, o que na visão de Lüdke (1983, p.8).

...permite ao pesquisador ir além do que a simples representação dos dados numéricos permitiria. O pesquisador é instado a integrar esses dados numa perspectiva mais ampla, composta por sua própria experiência em educação e no contexto onde o caso se situa. Sua prática e seu conhecimento sobre teoria educativa (e social) aliados à sua capacidade de interpretação e à habilidade de comunicação serão integrados na elaboração de um quadro coerente a respeito de uma determinada instância da realidade educacional. Esta não será apenas apresentada por um conjunto de tabelas, com dados significativos ou não, mas por um relato que, embora de cunho pessoal, se preocupará em transmitir uma imagem total do fenômeno estudado.

Orientada pela discussão que tematiza a democratização da educação e da sociedade e toma a participação como pressuposto fundante da construção de práticas coletivas democráticas, busquei relacionar os elementos sócio-históricos do processo de conquista da escola à conjuntura político-social mais ampla, discutindo a ação das ONGs e sua relação com a escola pública, bem como sua inserção no conjunto das lutas e movimentos sociais voltados para o aprimoramento da democracia na escola e na sociedade.

Seguindo essa trilha, a investigação assumiu características processuais e dialógicas, o que demandou uma postura de reconhecimento e valorização da comunicação entre os pólos investigador e investigado, objetivando, não só conhecer os atores e apreender os processos e dinâmicas vivenciadas, mas captar, interpretar e perceber como os sujeitos da investigação se vêem no processo. Tentando enxergar o real e expressá-lo em suas contradições e ambigüidades, acerquei-me de uma abordagem teórica que me permitisse perceber o fenômeno em sua totalidade, evitando os reducionismos ou subjetivismos que desconsideram a relação sujeito-objeto (Frigoto, 1994).

Assim, tendo como suporte uma metodologia crítico-dialética, foi-me possível, localizar a educação como uma prática social, sempre orientada por uma certa visão de mundo, comprometida ou não com o ponto de vista das classes oprimidas e com o projeto de transformação social, compreendendo as ONGs como organizações de ação coletiva formalizada portadoras de projetos educativos próprios.

Compreendidas, assim, como atores políticos de expressão no contexto das transformações sociais e cívicas de expansão do setor público não estatal, analiso sua inserção no tecido sócio-cultural, admitindo especificidades decorrentes do seu contexto histórico originário e da conformação político-social presente em seu ideário, práticas e relações (conflitantes ou não) que mantêm com outros atores, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar todas as suas dimensões.

Atenta aos movimentos da prática social concreta dessas organizações, lancei-me ao desafio de perceber como vem se travando o diálogo das ONGs com a escola pública, com o cuidado de alcançar a sutileza das orientações das políticas públicas globais, que buscam transferir para a sociedade civil tarefa antes assumida só pelo Estado.

Nesse sentido, estruturei um planejamento que orientou o processo de pesquisa - do contato com os vieses teóricos sobre o tema, à coleta e análise dos dados levantados. Essa etapa da investigação possibilitou-me um resgate histórico das discussões que envolvem as principais categorias de análise - *ONGs, escola, participação e democratização da educação pública e da sociedade*. Ao mesmo tempo, fez-me refletir sobre os dilemas e impasses conceituais envolvidos nessas categorias, reafirmando a perspectiva que busca dar conta da totalidade da ação humana, sempre compreendida como histórica e socialmente produzida (Marx, 1986; Gramsci, 1978; Kosik, 1976).

Esse processo dialético de revisão/construção teórica teve como fonte básica de investigação a literatura específica sobre o tema, em *sites* e produções locais e a prática vivenciada, bem como a observação acumulada sobre o desenvolvimento de práticas participativas na escola, em consequência da minha inserção no sistema público de ensino, na condição de professora e técnica da Secretária da Educação Básica do Estado.

Considerando a complexidade da realidade focada, pude perceber no cotidiano das organizações e dos processos vivenciados (internos e externos) a forma

como os sujeitos se apropriam e re-significam elementos da política macro-estrutural, incorporando-os ao seu fazer cotidiano. O acompanhamento sistemático às formas de relacionamento das ONGs com seus interlocutores e parceiros, especialmente com a escola, favoreceu-me a percepção sobre a natureza do trabalho educativo promovido, dimensionando o efeito de suas metodologias e estratégias de ação no conjunto das iniciativas voltadas para a democratização da educação e da escola pública.

Para efeito de análise, as ONGs são tomadas em três níveis de compreensão: a) o da natureza política e do sentido de seu trabalho: objetivos, programas e ações, tais como se apresentam no discurso formal da instituição; b) o dos indivíduos ativos nas ONGs e dos sujeitos envolvidos em seus programas no campo da educação e da escola pública; c) o das redes sociais e parcerias que sustentam essas organizações, viabilizando-as como veículos de acesso a recursos e condições para a realização de atividades coletivas (Bebington, 2002).

Movida pelo desafio de apreender e compreender a relação entre os atores centrais dessa investigação, desvelando suas dinâmicas, direções e perspectivas, acerquei-me de procedimentos metodológicos diversos: observação, análise documental, entrevistas individuais e coletivas, inserindo-me e participando das ações dos sujeitos investigados. Para isso foram fundamentais o uso do diário de campo e a análise do material levantado nas entrevistas, bem como a compreensão dos condicionantes estruturais e conjunturais que produzem e reproduzem as ações sócio-educativas, e os próprios atores sociais das referidas práticas.

À medida que a pesquisa se desenrolava, ficava cada vez mais patente a complexidade da realidade e das questões investigadas. Recorrendo à teoria da complexidade de Morin (1976) e à sua concepção de realidade compreendida analógica e dialeticamente como *fiões tecidos - não apenas amarrados, confundindo-se, mas unidos transversalmente por uma trama que os re-liga*⁵ - em contraposição ao paradigma mecanicista, convenci-me da necessidade de superar qualquer tipo de explicação linear, apropriando-me da contradição como categoria capaz de dar conta de

⁵ No pensamento de Morin (1996), a compreensão da realidade requer a percepção de suas múltiplas composições e interações num único plano ilustrado pela imagem de um “caleidoscópio” em que as partes se entrelaçam, formando “diferentes mosaicos dos fragmentos que constituem o todo, configurado num movimento que vai do todo para as partes e das partes para o todo.

um maior número de determinações, buscando superar a *pseudoconcreticidade dos fatos*, para chegar mais próximo de uma compreensão da realidade⁶ (Kosik, 1976).

A absorção dos princípios e eixos de um paradigma crítico⁷ ajudou-me a entender a complexidade dos processos pesquisados, sendo possível captar o movimento que configura as dinâmicas de troca, conflitos, complementações e relações entre os sujeitos e o campo investigado, favorecendo a integração da realidade específica à totalidade mais ampla, articulando, assim, *o todo às partes e as partes ao todo*, dando-lhes sentido.

Assim, compartilhando da concepção de que não existe uma verdade única afirmada como doutrina, mas múltiplas possibilidades e lógicas estruturadas, a partir de perspectivas diversas, estruturei o processo de pesquisa, de modo a acercar-me do tema, apropriando-me dele. Leituras, sondagens e formulações de questões antecederam um estudo de caráter exploratório, num esquema metodológico montado, tendo em vista o aprofundamento da pesquisa e o alcance dos objetivos pretendidos.

⁶ Para Kosik, o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano que, com regularidade e imediatismo, penetram na consciência dos indivíduos constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. Para ele, esse mundo (a realidade) é um 'claro-escuro de verdade-engano'. O fenômeno indica a essência, ao mesmo tempo em que a esconde. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno". O papel do conhecimento consiste em separar fenômeno e essência, o que é secundário daquilo que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar sua coerência interna e com isso o caráter específico da coisa. A compreensão da realidade implica, portanto, na opinião do autor, a busca da unidade do fenômeno e da essência, sendo a dialética "o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si, captando-lhe todas as suas dimensões, já que a realidade constitui uma síntese de múltiplas determinações" (Kosik, 1976, p.11-15).

⁷ Conforme Damasceno (2005), esse paradigma teórico elaborado a partir da contribuição dos pensadores da Escola de Frankfurt (Alemanha), desenvolveu-se a partir de dois momentos simultâneos, que se expressa na: "1) realização de uma crítica radical em suas bases epistemológicas, consubstanciadas no modelo empirista/analítico, bem como na racionalidade instrumental que lhe é inerente; 2) tarefa de delinear uma outra perspectiva de análise, alicerçada na natureza dialética da realidade". Contraopondo-se ao construto epistemológico que toma como base a oposição sujeito-objeto, essa abordagem é alimentada pela "contribuição da dialética hegeliana 'que abre o horizonte para uma nova concepção de realidade, que subjaz a uma nova concepção de processo de conhecimento' e da sociologia fenomenológica, notadamente de Shutz (1979), possibilitando repensar as relações entre sujeito e objeto do conhecimento, sendo possível se apreender que não existe um mundo objetivo, puro, independente do sujeito, posto que todo objeto é condicionado pelo sujeito" (Damasceno 2005, p.31-32).

1.3 Os sujeitos e a prática da pesquisa

Concluída a etapa exploratória inicial, que se pautou pela busca de informações em *sites*, bibliotecas, reportagens locais, documentos, conversas informais com representantes de ONGs e pessoas do movimento popular, realizei entrevistas junto a quatro conhecidas ONGs de Fortaleza: o Centro de Desenvolvimento e Valorização da Vida Herbert de Sousa - CDVHS; Instituto da Juventude Cearense - IJC; o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente -CEDECA e a ONG Comunicação e Cultura, sendo as duas últimas selecionadas, posteriormente, para aprofundamento da análise.

Nessas visitas foram feitas quatro entrevistas com coordenadores ou responsáveis por cada um dos programas, quando busquei compreender os projetos, definições, iniciativas e ações adotadas por essas entidades. A perspectiva de aprofundar-me nas questões relativas ao processo de mobilização e politização decorrentes da inserção/atuação das ONGs no campo da educação escolar, articulando suas histórias a outros movimentos e entidades organizativas da sociedade civil comprometidas com a democratização da educação e da escola pública.

Com isso esperava delinear um perfil institucional das ONGs que, à primeira vista, mostravam ter compromisso com a educação pública. Para tanto, busquei perceber o clima institucional e o tipo de ação ali desenvolvida, observando e conversando, informalmente, com técnicos e funcionários. Participei de reuniões, de eventos de caráter sócio-cultural, educativo e formativo, conheci seus diversos programas e projetos, formas de financiamento e inserção em escolas e comunidades, bem como o relacionamento delas com o poder público.

Como produto da primeira fase do trabalho, obtive uma visão geral das ONGs comprometidas com a educação pública em Fortaleza, mapeando suas formas de atuação e estratégias de trabalho. Essa pesquisa oportunizou-me um conhecimento mais amplo dos resultados do trabalho desenvolvido pela *Comissão de Defesa do Direito à*

*Educação*⁸ e de sua ação catalizadora na articulação, mobilização social e defesa do direito à educação básica nas redes municipal e estadual de ensino na capital.

O aprofundamento da pesquisa deu-se através da observação participante e da realização de entrevistas individuais e coletivas. No processo, foi possível me apropriar, não só dos contextos institucionais das ONGs e da escola pública, como das análises políticas dos sujeitos investigados presentes nos discursos textuais, nas falas, compreensões, abordagens biográficas e práticas dos atores pesquisados, consolidando a noção da *construção dialógica como premissa da pesquisa qualitativa* (Melucci, 2005, p.325).

Dessa forma, encaminhei o trabalho de investigação, buscando apreender, não só a dinâmica interna das ONGs e das redes de relações de onde fluem seus recursos de que dependem para sua existência, bem como suas estratégias de articulação junto a grupos, movimentos sociais e redes de entidades da sociedade civil vinculadas à defesa da educação pública.

Nesse sentido, realizei seis entrevistas com técnicos e sócios da primeira ONG pesquisada, o CEDECA: um participante do Conselho Fiscal, um do núcleo gestor, três técnicos da equipe executiva e um coordenador executivo. Conversei com um representante do Fundo Novib, um dos principais órgãos financiadores da ONG, e busquei conhecer suas condições de sustentabilidade, através da análise de relatórios, observação e inserção no cotidiano da instituição.

Com a intenção de perceber suas articulações junto a entidades vinculadas ao campo da educação e a outros movimentos sociais com atuação na área, realizei entrevistas com entidades representativas das ONGs, como ABONG - Regional

⁸ A *Comissão de Defesa do Direito à Educação* é uma iniciativa local que agrega um conjunto de entidades governamentais e da sociedade civil cearense, articuladas pelo eixo da universalização do acesso e igualdade de condições para permanência na escola de *qualidade social*, desenvolvendo importante trabalho na área. À frente desse trabalho estão o CEDECA, a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC e o Sindicato dos Professores e Servidores das Secretarias de Educação e Cultura do Município e do Estado do Ceará - APEOC. Participam, ainda, dessa Comissão a Associação dos Servidores de Educação e Cultura do Município de Fortaleza - ASSECUM; o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude MP/CE - CAOPIJ; o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa - CDVHS; o Conselho de Educação do Ceará - CEC; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza - COMDICA; a Central Única dos Trabalhadores - CUT seção CE; os Conselhos Tutelares de Fortaleza; o Conselho Interinstitucional de Educação Infantil; o Conselho Estadual de Acompanhamento do FUNDEF; a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF; União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino - UNDIME; o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - SINDIUTE; o Curso de Pedagogia da UECE; a Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente - SOMA; a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - UMES; o Gabinete do Deputado Artur Bruno e o Gabinete da então vereadora Luiziane Lins, hoje prefeita de Fortaleza.

Nordeste III; Fórum Permanente de ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ceará; Comissão de Defesa do Direito à Educação Pública; Campanha Nacional de Educação/Comitê Executivo do Ceará; e Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – COMDICA.

Ampliei a pesquisa, acompanhando o trabalho desenvolvido por essa ONG junto a Grupos Comunitários e comunidades da periferia onde atua, articulando Fóruns de Educação (uma de suas frentes de trabalho), além de ter acompanhado seu trabalho e analisado relatórios e outras produções vinculadas ao programa objeto desta análise.

A pesquisa na segunda ONG selecionada (Comunicação e Cultura) constou também de uma série de atividades, incluindo acompanhamento e observação, entrevistas e análise de sua produção interna - relatórios, levantamentos, pesquisas - bem como de informações concernentes à sua história e a de seus participantes, estrutura organizativa e sua inserção e relação com a escola e com o sistema público de ensino.

Orientada pela perspectiva da observação, como intervenção, (Melucci, 2005), interagi com processos educativos promovidos por esta ONG e com representantes da sua equipe técnica. Entrevistei cinco funcionários; dois estagiários, dois coordenadores de programas e dois diretores - um executivo e outro de gestão. Conversei ainda, com dois representantes de instituições que financiam parte de suas atividades - SEDUC e Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - além de ter participado de atividades de capacitação de jovens da escola pública e de ações de acompanhamento a seus programas e encontros com equipes técnicas das Secretarias de Educação do Estado e de municípios.

Mesmo me propondo a analisar apenas um dos programas desta organização, a dinâmica utilizada na pesquisa viabilizou-me um conhecimento ampliado da atuação dessa organização junto à escola, possibilitando-me, assim, uma visão completa de seu desempenho junto à rede pública de ensino cearense.

Como forma de perceber os efeitos da contribuição desta ONG na escola pública foram visitadas três unidades da rede de ensino estadual: o Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes, localizado no bairro Antonio Bezerra em Fortaleza; a Escola de Ensino Fundamental Custódio Mesquita, no distrito de Guanacés, município de Cascavel e a Escola de Ensino Fundamental e Médio Joacy

Pereira, localizada do município de Aratuba. Além disso, busquei conhecer a percepção dos sujeitos das escolas da rede municipal, escolhendo o município de Aratuba como representante dos quase cem municípios com quem a ONG mantém parceria. Ali, ouvimos duas escolas: uma na zona urbana - Escola de Ensino Fundamental Maria Júlia - e outra na zona rural - Escola Nucleada de Ensino Fundamental de Barreiros, conhecendo também, o pensamento da equipe técnica municipal e do secretário de educação desse município.

Em cada escola realizei uma média de seis entrevistas semi-dirigidas - individuais ou coletivas - ouvindo representantes do núcleo gestor; do grêmio estudantil; do conselho escolar; lideranças de jovens; professores e alunos vinculados aos projetos Clube do Jornal e Jornal Primeiras Letras.

Acompanhei de perto uma oficina de confecção de um jornal estudantil por um grupo de alunos vinculados ao Clube do Jornal do Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes, em Fortaleza, tendo também a oportunidade de assistir a um *jornal a viva voz*, atividade semanal desenvolvida na escola de Guanacés, como desdobramento das atividades do Clube do Jornal, atividade já incorporado à rotina dessa unidade escolar.

Detive-me, ainda, em cada escola, na análise de documentos e propostas que pudessem evidenciar elementos de sua parceria com outras ONGs e entidades associativas e comunitárias: planos, projetos, convênios e relatórios de avaliação. Dirigi também o olhar para as práticas participativas, avaliando possíveis contribuições das ONGs na prática e estilo de gestão de cada escola. A perspectiva era identificar os efeitos dos programas e das metodologias de trabalho das ONGs na prática educativa escolar, dimensionando as influências resultantes dessa interação na melhoria do trabalho educativo, tanto das escolas, quanto das próprias ONGs.

Conversei com seis alunos egressos da escola pública e engajados hoje em trabalhos sociais, alguns prestando serviços na Comunicação e Cultura, e em processo de criação de sua própria ONG, como forma de garantir novos projetos voltados para o protagonismo juvenil. Conheci o processo de estruturação de uma rede de jornais escolares - a REDIJE - organização de suporte a um dos programas da ONG, o Clube do Jornal, rede geradora de novos movimentos sociais, estruturada a partir de

iniciativas e articulações de lideranças dos diferentes grupos em funcionamento nas escolas.

Entrevistei três técnicos da SEDUC/Crede, um Secretário Municipal de Educação e dois funcionários responsáveis pelos programas desta ONG na Secretaria de Educação de Aratuba, com o objetivo de conhecer os termos de convênios e a percepção dos sujeitos que formalizam a parceria, bem como suas percepções sobre o relacionamento das escolas com as ONGs pesquisadas.

Dessa forma, pude dimensionar o papel das ONGs - em sua ação complementar e suplementar à escola pública - elucidando as bases em que se estruturam seu fazer político-pedagógico, suas estratégias de sustentação, clima institucional e seu relacionamento com a sociedade: escola, poder público e movimentos sociais, podendo, então, me acercar de informações capazes de subsidiar o alcance dos objetivos pretendidos.

Através da pesquisa constatei a debilidade do conhecimento sobre ONGs que, além de não dar conta dos vários fenômenos envolvidos, requer uma reflexão política fundamentada na origem e natureza concreta dessas organizações, demandando, portanto, a construção de uma compreensão capaz de alcançar as várias dimensões implicadas na análise.

CAPÍTULO 2

ONGs E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES, CENÁRIOS, ATORES E INTERVENÇÕES

(...) para compreender e julgar uma sociedade, é preciso penetrar em sua estrutura básica até o elo humano sobre o qual está construída. Isso inegavelmente, depende de relações legais, mas também de formas de trabalho, modelos de amar, viver e morrer.

Maurice Merleau Pontí

Ao me aproximar do debate sobre as ONGs e sua inserção no campo da educação, deparei-me com duas ordens de dificuldades: a imprecisão do termo e a escassez da produção teórica no ambiente acadêmico, sem falar na debilidade da produção teórica, em se tratando de análises referentes à sua interação com outras organizações da sociedade e, em especial, com a educação e a escola.

Frente a isso, tornou-se imperativo uma reflexão sobre os vieses conceituais e políticos engendrados na discussão, como forma de enfrentar as ambigüidades, num contexto de contradições, com graves dilemas no entendimento da questão democrática. Assim, neste capítulo, trago um enfoque conceitual e histórico da construção das categorias ONGs e terceiro setor, buscando discutir sua funcionalidade ou não em relação ao projeto neoliberal, refletindo também suas semelhanças e particularidades em relação a outras práticas associativas, no processo de construção de uma *participação cidadã* e de uma esfera pública mais consistente.

2.1 ONGs e terceiro setor: um enfoque conceitual e histórico

O termo Organização Não Governamental (ONG), tradução do inglês, *nogovernmental-organization* (NGO), tem sua origem nas Nações Unidas, onde foi utilizado pela primeira vez para designar organizações que atuavam em nível internacional. A resolução 288, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), de 1950, definiu o conceito de ONG, no âmbito das Nações Unidas, como sendo uma

organização internacional que não foi estabelecida por acordos governamentais (Furriela, 2002).

Na literatura latino-americana, mais especificamente na brasileira, o termo ONG surge na metade dos anos 80, sendo reconhecido, à época, como *micro organizações não governamentais sem fins lucrativos* que realizam projetos junto aos movimentos populares, na função de assessoria e promoção social (Fernandes, 1994; Landim, 1999).

Analizadas, quase sempre por um viés puramente organizacional, sem que sejam contemplados os indivíduos e as redes sociais - nacionais e transnacionais – das quais fazem parte, a elas são atribuídas características de um novo ator político, ainda que apresentem lacunas ou imprecisões conceituais, especialmente em relação ao chamado terceiro setor. Compreendidas como um fenômeno em si ou instrumento de mediação para implementação de projetos sociais, o fato é que, por serem definidas *pelo que não são*, encerram uma forte polissemia, tanto do ponto de vista conceitual quanto do político.

A própria definição de ONGs, como instituições que não foram criadas pelo governo ou não são parte dele, implica um entendimento que engloba uma infinidade de instituições como: sindicatos, igrejas, partidos políticos, institutos de pesquisa, grupos de bairros, não sendo por isso satisfatória porque muitas dessas organizações são criadas pelo governo ou são parte deste (Menescal, apud Furriella, 2002).

Na Alemanha, por exemplo, o termo ONG surgiu dentro do governo, quando foi criado, em 1962, o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), sendo definidas como *nicht staatlicheorganisationen* (organizações não-estatais) ou *pressure groups*, ou *political nonprofit organization* (organizações políticas sem fins lucrativos), desenvolvendo uma política de alianças de caráter duplo: de um lado, aliam-se ao Estado para exigir do mercado o equacionamento dos custos sociais e ambientais da produção exigidos pelo desenvolvimento sustentável; de outro lado, aliam-se ao mercado para exigir do Estado a realização de reformas democráticas que aumentassem sua eficácia administrativa (Furriela, 2002).

Vieira (1997) argumenta que a explosão de atividades não-governamentais, em geral, e principalmente das ONGs reflete a intensificação da permeabilidade das fronteiras nacionais, bem como os avanços nas comunicações modernas. Cita estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - em que a atuação das ONGs beneficia cerca de 250 milhões de pessoas em países em desenvolvimento. As organizações não-governamentais e voluntárias tornaram-se, em sua opinião, importantes peças de apoio aos programas de desenvolvimento das últimas décadas. Cita, ainda, números levantados pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), através de relatório da Comissão de Assistência ao Desenvolvimento, de 1994, segundo o qual, em 1992, a assistência oficial para o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos despendeu 58,7 bilhões de dólares. Nesse mesmo ano, as ONGs distribuíram 5,5 bilhões em doações, o que representa 10% da assistência governamental, constituindo-se o quinto maior grupo doador.

Incorporando uma forte polissemia em seu significado, é voz corrente entre os autores a dificuldade de se ter uma única definição aplicável à realidade de países dos hemisférios norte e sul, embora existam entre elas alguns aspectos comuns, como, por exemplo, a solidariedade e a atuação política em vários campos da vida coletiva. (Furriela, 1999).

Ballón (2004), ao analisar a atuação das ONGs no novo espaço global, aponta alguns aspectos do protagonismo dessas organizações em âmbito internacional, sobretudo em relação às ONGs do norte que, em sua opinião, não só subordinam, como dão suporte financeiro às ONGs do Sul. Essas organizações internacionais, conforme o referido autor, intervêm em três grandes campos:

...1) no campo dos direitos e controle de propostas cidadãos sobre os organismos internacionais e empresas transnacionais; 2) na promoção de um maior e mais efetivo controle social sobre os bens que são comuns a toda a humanidade, vinculando-se fortemente às questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável; 3) como porta-vozes éticos de interesses mais gerais da humanidade, lutando para estabelecer convênios internacionais que sobredeterminem a atuação dos Estados, como os que tratam da defesa dos direitos humanos, por exemplo (2004, p.1-2)

Sobre as ONGs do continente latino-americano, o mesmo autor, em concordância com Gohn aponta múltiplas identidades na história dessas organizações, lembrando que há três gerações de ONGs:

1) as missionárias e militantes dos anos de 1970; 2) as promotoras de democracia dos anos de 1980 e início da década de 1990; e 3) as profissionais e até tecnocráticas da segunda metade da década de 1990 em diante, que constituem um segmento heterogêneo, definido ambigualmente e por negação - não-governamental (1998, p. 2).

A definição de ONGs, entretanto, é um problema complexo, até mesmo para as próprias ONGs. O debate de suas finalidades, elemento central em sua conceituação comporta várias perspectivas de análise, confundindo-se com o terceiro setor. Há os que as consideram como organizações com um fim em si mesmas, ou seja, organizações da sociedade civil que têm direito a um espaço de representatividade no âmbito da política. Há os que as definem como *entidades de mediação*, cujo objetivo último é servir aos movimentos sociais e às suas entidades representativas. Entre essas perspectivas, há um conjunto de outras (in)definições, sujeitas a várias compreensões ideológicas e políticas que precisam ser entendidas como forma de superar a polêmica compreensão que existe sobre elas.

Convém afirmar que essas organizações, no Brasil, emergem na esteira da crise e/ou da institucionalização dos movimentos sociais populares,⁹ enquanto assessores de lutas coletivas, ganhando importância estratégica, a partir de incentivos de órgãos estatais e organismos multilaterais, como entidades que não representam o governo, mas que têm finalidades e compromissos com interesses públicos (Gohn, 1997).

A postura de negação em relação ao Estado, expressão inicial da resistência nos tempos de chumbo da ditadura militar de 64, na conjuntura dos anos 90, passa por transformações, com mudanças substanciais nos pólos da relação que mantêm com o Estado.

⁹ Cf. Matos, 1998; Braga e Barreira, 1991; Gohn, 1992,1997).

Tais mudanças, delimitadas pela realização da Conferência Mundial em Defesa da Ecologia - ECO 92 - e por grandes mobilizações geradas no *Movimento pela Ética na Política e pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida*, marcam a redefinição da identidade das ONGs que se desobrigam do papel de assessoramento aos movimentos sociais para se perceberem como atores políticos com posicionamentos próprios. A partir daí, assumem uma nova postura na relação que mantêm com o Estado, transitando da negação à parceria, com possibilidades de acordos de participação e cooperação direta e efetiva, de modo especial em áreas voltadas para questões ambientais (Socsek, 2003).

Na visão dos estudiosos do tema, a ECO-92 constituiu-se, de fato, um divisor de águas na prática dessas entidades, no Brasil, marcando a transição na compreensão do que pode ser caracterizado como participação cidadã (Projeto DEMO, 1995), evidenciando-se, a partir daí, uma forte valorização e crescente visibilidade dessas organizações.

Convidadas a partilhar do enfrentamento das questões sociais que, sob o signo de mudanças na gestão enfatizam a noção do *público não estatal*, as ONGs passam a compor o complexo quadro do terceiro setor, envolvendo-se em ações que vão da filantropia assistencial à luta por questões políticas em defesa do reconhecimento dos direitos e da cidadania, mergulhando num processo chamado por Landim (2002) de *diluição de identidades*.

O termo terceiro setor surge, efetivamente, no Brasil, no final dos anos 90, designando um universo de organizações e iniciativas da sociedade civil, vinculando agentes do campo das fundações, do investimento social empresarial, de organismos multilaterais de desenvolvimento e outros. Da mesma forma que aconteceu com as ONGs, foi importado de outros contextos¹⁰ e evoca a noção de entidades privadas sem

¹⁰ Segundo Landim (2003), o termo terceiro setor é uma expressão importada dos Estados Unidos, contexto em que o “associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica básica no individualismo liberal em que o ideário dominante é o da procedência da sociedade civil sobre o Estado”. Incluem-se nesse campo empírico, segundo definição e metodologia da pesquisa, arbitrados por Landim e Beres, (1999), organizações que: “não integram o aparelho governamental; estruturadas formalmente, sem finalidade lucrativa ou seja que não distribuem lucros entre seus empreendedores ou responsáveis; que envolvem algum nível de participação voluntária ; e que se auto-gerenciam, gozando alto grau de autonomia interna, incluindo-se aí organizações de tradições históricas, ideários, papéis os mais diversos na sociedade brasileira. Segundo dados da mesma autora fornecidos em 1991, dão conta de um vasto universo de 220.000 entidades, classificadas a partir de dados fornecidos pela Receita Federal do seguinte modo: 29,1% beneficentes, religiosas ou caritativas; 23,3% esportivas e recreativas; 18,6% culturais, científicas ou educacionais; 4,4% associações, sindicatos de empregados; 1,8% associações de autônomos ou profissionais liberais; e 19% de outras, classificação que ao final foge a uma precisão(2003, p.127).

fins lucrativos, mas com finalidade pública, ganhando visibilidade com práticas de concepções diversas, nos últimos anos (Landim, 2003).

Sugerindo uma conotação de neutralidade, a denominação terceiro setor, assim como das ONGs, está sujeita ao uso polissêmico, embora recaia sobre ela a idéia de uma certa funcionalidade ao projeto neoliberal, caracterizando-se como uma espécie de substituto do Estado, no enfrentamento das questões sociais, compreensão reforçada pela política de desmonte dos direitos do Estado em relação às políticas sociais.

Acrescente-se o fato de que, sob o predomínio da visão do mercado, o termo tende a esvaziar as dinâmicas politizadas, presentes na história do associativismo no Brasil nas décadas de 70-80, diluindo a idéia do conflito e da contradição, em nome de uma certa *homogeneização ou minimização de diferenças que podem ser sociais e politicamente significativas* (Landim, 2003, p.109).

Para Montañó, terceiro setor é um conceito ambíguo que confunde mais do que esclarece. Em sua opinião, mais do que uma

categoria ontologicamente constatável na realidade, representa um construto ideal que mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (2002, p.57).

Na visão de Salomon, apud Fernandes, 1994, incluem-se no terceiro setor apenas as organizações formais; para outros autores constam até atividades informais, individuais (Fernandes, 1994, pp. 26 e 109); para outros, ainda, as fundações empresariais seriam excluídas; os sindicatos e movimentos políticos insurgentes, seitas etc, ora são considerados pertencentes, ora excluídos do conceito, o que levanta dúvidas, não havendo consenso sobre o conceito.

A visibilidade e controvérsia dos termos em que se assenta o debate entre ONGs e terceiro setor demanda novas elaborações conceituais, questões e análises, embora isso esteja ainda em debate. Daí a pergunta: afinal, ONG é terceiro setor?

Pela negativa da ABONG e insistente reivindicação quanto à formulação de um marco legal que normatize as relações e espaços na difícil equação Estado/sociedade civil tem-se no debate uma forte coloração político-ideológica de difícil compreensão, caso a análise se distancie das finalidades e dos projetos políticos encampados pelas diferentes ONGs. Para Silva (2004), o debate em si retrata os

processos de *disputa política por legitimação*, que tem como pano de fundo um conjunto de fatores conjunturais, que vão da queda do muro de Berlim, com o fim do socialismo real, passando pela redefinição do papel do Estado e predominância da lógica do mercado com a hegemonia de governos neoliberais e todas as práticas de caráter excludente trazidas pelo modelo global, até a retomada e revisão da questão da democracia e da cidadania dos dias atuais.

De fato, o debate público sobre as práticas associativas, no Brasil e na América Latina, tem incorporado novos contornos, recolocando no centro da discussão a relação da sociedade civil com o Estado, à medida que traz à tona a própria conceituação de sociedade civil, pela discussão do *empoderamento* dos diferentes grupos sociais a ela articulados (Teixeira, 2001; Dowbor; 2005; Lesbaupin, 2000).

Sem que haja uma delimitação conceitual precisa, a discussão sobre sociedade civil apresenta visões controversas, evidenciando variados tipos de ação coletiva classificados genericamente como movimentos sociais.

Na busca quase sempre mal-sucedida de se distinguirem de outras organizações, pois o campo fluido é crescentemente invadido por novos atores, as ONGs, conforme destaca Landim (1993), transpõem as fronteiras dos movimentos sociais e penetram instituições poderosas como o Estado, a mídia e o mercado.

O ingresso de outros atores na cena pública e o compartilhamento de responsabilidades de tarefas, de competência do Estado, trazem um novo diferencial à esfera pública, potencializando a chamada *participação cidadã*. Partilhando com outros atores dos processos de descentralização e democratização, sob o enfoque da gestão pública de base não estatal, as ONGs assumem, efetivamente, papel de destaque no cenário político e social, potencializando debates e compreensões diversas.

Na visão neoliberal e, em acordo com a lógica privatista presente na reforma do Estado, as ONGs e a sociedade civil, em geral, são destacadas em suas *virtudes empreendedoras e por um suposto espírito cívico e solidário*, justificativa que reforça o argumento da omissão do Estado em suas obrigações sociais, transferindo para elas parte de suas tarefas constitucionais. Esse fato é compreendido por alguns teóricos como *disfarce ideológico do abandono do Estado de seu papel constitucional* (Montano, 2002, p.57), visão compartilhada por aqueles que se opõem ao modelo político em curso.

Uma segunda posição, mais à esquerda, ancorada no estatismo, considera que as ONGs não devem substituir a iniciativa governamental, mas contribuir para tornar os programas sociais mais efetivos. Essa visão, reforçada por algumas forças de esquerda, na opinião de Durão (1991) é fruto também de

um entendimento pouco preciso quanto às noções de público e privado, com a redução do público ao estatal, que desconhece a noção de uma esfera pública ampliada (não estatal), capaz de exercer legitimamente o controle e usufruto dos fundos públicos (Durão, 1991, p. 59).

Uma terceira corrente de pensamento reconhece que o problema está para além da discussão da privatização ou estatização, transferindo o debate das funções e amplitude do Estado para sua democratização (Dawbor, 1992; Franco, 2003, Sales, 2003). Concentrando atenção no resgate da dimensão coletiva do Estado e na consolidação de uma esfera pública, politicamente ativa e consistente, atribuem à sociedade civil organizada, e dentro dela às ONGs, o controle e sustentação da gestão dos interesses públicos e a defesa de uma democracia verdadeiramente participativa. Tal compreensão, articulada à noção de construção de uma esfera de interesse público, capaz de traduzir a diversidade e complexidade da sociedade, traz em seu interior a noção de hegemonia trabalhada por Gramsci (1978), enquanto possibilidade de tomada do poder das classes subalternas, em reforço à tese de que isso não deve se dar apenas como resultado mecânico da crise da estrutura e do poder constituído, mas como processo, cujo momento essencial está representado pela luta que investe contra a infraestrutura e a superestrutura da sociedade capitalista. Uma luta em que, a depender do direcionamento político que assumem, as classes dominadas podem corroer as bases da hegemonia burguesa, constituindo-se hegemônicas, antes mesmo da tomada do poder (Gramsci, 1978).

Dessa perspectiva, com base em Gramsci, a própria atuação das ONGs e da sociedade civil organizada configura-se como canal que possibilita as massas ultrapassarem a *passividade política para uma certa atividade*, elevando-se do *senso comum para uma consciência filosófica* para, de forma contra-hegemônica, construir uma nova hegemonia favorável aos interesses das classes subalternas, sedimentando a construção de um novo bloco histórico (Gramsci, 1978).

Inspirada na concepção gramsciana, para quem o desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política voltada para elevar o nível *intelectual e moral das massas* é condição para sua realização, comungo com Teles, quando alerta para a noção de que, longe de ser um processo harmonioso, a construção de uma sociedade civil sólida e ativa é um processo feito e refeito, *numa permanente negociação no terreno conflituoso da vida social, mediado pelo reconhecimento dos direitos e pela representação de interesses* (Teles, 1994, p. 48-52).

Tal compreensão sugere um exercício de análise das forças políticas em jogo, o que requer um conhecimento mais aprofundado do movimento conjuntural e das práticas associativas, presentes no contexto social brasileiro.

2.2 Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, um quadro complexo: revisitando os termos do debate

O estudo dos movimentos sociais tem sido tema recorrente na literatura sociológica, sendo tais movimentos compreendidos como *novos sujeitos políticos* que passam a ocupar a cena pública brasileira, a partir da década de 1970, período em que, efetivamente, são dados os primeiros passos rumo à construção de uma nova esfera pública no país.

Analisados, inicialmente, a partir de uma certa unidade que seria a oposição contra um *inimigo comum* - o Estado e a ditadura militar - vários desses estudos explicitam o conteúdo da *politização da carência*, embora algumas análises apontem para a existência de uma fase reivindicativa e outra propositiva, a partir do processo constituinte, nos anos 80 (Cardoso, 1988).

No exame da participação de organizações em conselhos de gestão e políticas sociais, emergem, posteriormente, outras análises que enfocam a fase chamada por Doimo (1995) de *conselhistas*, momento em que se ampliam as possibilidades de relação e negociação entre os interesses das organizações populares e o governo, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 e de suas leis complementares.

Compõem o cenário político da década, que ficou conhecida como a *era da participação*, movimentos sociais diversos: sindicais, representativos de classe, organizações não governamentais alinhadas à defesa da cidadania, aos poucos, acrescidos de outros movimentos civis de diferentes matizes: filantrópicos, empresariais, assistenciais, constituindo-se espaços de participação, num movimento de construção de uma esfera pública no Brasil, classificados genericamente como movimentos sociais.

Conforme Goss e Prudêncio (2003), até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores, em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas ciências sociais, a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma maior consistência teórica, principalmente na obra de Touraine (1994) para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da sociologia. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso, ainda hoje, entre os pesquisadores sobre o significado do termo, até porque ele vem sendo utilizado de forma indiscriminada para classificar diversos tipos de ação coletiva.

A lacuna deixada por um certo esgotamento do conceito marxista de classe social predominante nas ciências sociais até final da década de 70, foi preenchida por outras análises que reconhecem a existência de *sujeitos sociais*, que não se enquadram no paradigma tradicional da classe operária, destacando a singularidade dos novos movimentos, eleitos como *elementos da microestrutura e não somente da macroestrutura social* (Goss e Prudêncio, 2003 p. 75).

Do ponto de vista da produção do conhecimento, o *novo*, na análise dos movimentos sociais, acontece por uma reviravolta teórica, quando são eleitas novas categorias de análise que reforçam, não só a importância das experiências cotidianas (Heller, 1981) e a cultura política presente nos espaços associativos (Geertz, 1978), com ênfase na dicotomia público-privado (Arendt, 1989) e na noção de movimentos sociais, como espaço de construção de cidadania (Bobbio, 1992; Teles, 1994; Gohn, 1992).

Partindo da noção de *ações coletivas*, Melucci (1989, p.61), questiona o conceito de movimentos sociais, entendendo-os como uma *rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana*, sendo essa também a compreensão de Sherrer-Warren (1995, p.178-179) que os concebe como *redes* ou partes de um *tecido social que envolve movimentos propriamente ditos, ONGs e até certos espaços de representação institucional*. Generaliza-se, entre muitos outros autores, não só a importância, mas a necessidade de se investigar a singularidade dos movimentos como *novos sujeitos políticos*. De acordo com Goss e Prudêncio (2003) o conceito de classe social parecia estreito demais para o entendimento dos movimentos populares daquele momento histórico. Assim, estrutura-se uma caracterização em que os movimentos sociais aparecem como

ações sócio-políticas construídas por atores coletivos de diferentes classes e camadas sociais, articulados a certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política, criando um campo específico de relações de força na sociedade civil (Gohn, 1997, p. 251).

Pensados nesses termos, os movimentos sociais são, frequentemente, destacados como ações que desenvolvem um processo de criação de identidade em espaços coletivos não institucionalizados, sendo capazes de gerar transformações na sociedade, sejam de caráter conservador ou progressista.

No contexto brasileiro e cearense, os movimentos sociais, traduzidos por práticas organizativas estruturados em função, tanto da produção, quanto do consumo e outras especificidades como questão de gênero, geração, etnia e outros, assumiram papel de destaque, não só pelo enfrentamento dos problemas de carência, pela via da mobilização social e de recursos, mas também pela defesa dos direitos negados de cidadania, na busca de superação de políticas públicas inadequadas, estruturando e conduzindo a luta social.

A complexidade do tecido associativo com predominância de ações mais propositivas, na conjuntura dos anos 90, reflete mudanças nos movimentos sociais, estruturando-se um diversificado quadro de atores coletivos e projetos sociais, que conjugam movimentos de cunho reivindicatório com práticas de “filantropia e voluntarismo social”.¹¹

¹¹ A propósito, ver PAOLI, 2002.

De acordo com Gohn (1997, p. 336), modifica-se a ação reivindicativa tradicional presente nos movimentos sociais dos anos 70-80, transformando-a em *ações solidárias alternativas* em que, segundo Razeto (apud Gohn, 1997), *parte das necessidades devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas, mudando assim o paradigma da ação social.*

Nesse contexto, as ONGs assumem papel estratégico, intermediando as ações em que o poder público se transforma em agente repassador de recursos, usando para isso a estratégia de parceria para prestação de serviços.

Muitas ONGs, inclusive aquelas que, historicamente, radicalizaram seu compromisso com os ideais de democracia e justiça social, fragilizadas pela debilidade do financiamento internacional, passam a disputar espaços na aquisição de fundos públicos, sendo equiparadas, pela mídia e por estudiosos do assunto, a fundações e entidades empresariais, filantrópicas como organizações sociais colaboradoras da ação estatal, aproximando-se de do campo do terceiro setor, algumas na condição de *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP*.¹²

Orientado por um modelo de gestão que tem como foco a descentralização e a participação social, em consonância com os princípios preconizados pelo mercado, a ação governamental privilegia o sistema de parceria, trazendo para o quadro associativo um conjunto de ambigüidades tratadas por Ballón (2004, p. 3) como dilemas a serem resolvidos. Dentre eles destacam-se:

a) a diferença entre quem se define como parte de um terceiro setor, não-lucrativo e filantrópico, de claro conteúdo neoliberal, e quem se define como parte da sociedade civil, na qual afirma uma identidade específica, baseada na defesa de interesses públicos e no compromisso com a constituição de uma esfera pública ampliada; b) entre quem defende o fortalecimento das organizações da sociedade civil e da esfera pública não-estatal e quem adota uma postura privatista,

12. A Lei 9.790/99 aprovada pelo Congresso Nacional, em 23/03/1999, legisla sobre o processo de criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS. Essa lei possibilita a participação de organizações não governamentais em processos coletivos de gestão de serviços, reconhecendo como de interesse público aquelas que têm por objeto: “promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação não-lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos mencionados nas áreas acima” (www.abong.org.com.br, 2004).

favorável ao processo de redução do Estado; c) a diferença entre quem acredita que a luta contra a pobreza deve ser feita por meio do fortalecimento da política social como expressão de direitos e quem entende essa luta como assistencialismo e filantropia.

Na base de tais dilemas, estrutura-se um conjunto de questões, destacando-se, dentre elas, a dúbia relação entre Estado, sociedade civil organizada, mercado, ONGs, terceiro setor e outras esferas da sociedade, incluindo-se instituições privadas. Isso traz para o centro do debate a questão da sustentabilidade das ONGs e o delicado problema das parcerias e do financiamento, frente à diminuição da ajuda internacional, levando as ONGs à busca de novas bases de sustentação e barganha por financiamento, junto ao Estado ou ao mercado.

Tal questão, tematizada a partir do *interesse público* e do *lugar* que as ONGs ocupam em relação ao Estado e ao setor privado, tem assumido papel central no debate, à medida em que traz à tona a polêmica discussão do acesso aos fundos públicos e do papel da sociedade civil no gerenciamento desses recursos, evidenciando a discussão da *função estatal* da sociedade civil organizada, da qual nos fala Gramsci, em sua teoria de Estado ampliado (Gramsci, 1978)¹³.

Vieira (1998) reconhece que, sobre o conceito de sociedade civil, esta não pode ser compreendida só a partir de sua oposição ao Estado, mas também em relação ao mercado¹⁴. Em seu entendimento, os conceitos de *público* e *privado* não se aplicam mais, exclusivamente, à noção de Estado e de sociedade civil, sendo necessário considerar, hoje, as esferas do *estatal-privado* e do *incipiente social-público*. Na esfera estatal-privada, podem ser localizadas empresas e corporações estatais que, embora

13 A propósito, ver Sales, Ivandro da Costa **Os desafios da gestão democrática da sociedade:** um diálogo com Gramsci (mimeo), Camaragibe-PE, 2003.

14. Vieira, (1997) recupera o sentido do termo sociedade civil, destacando a visão de importantes estudiosos, de Aristóteles aos dias atuais. No século XIX, recupera essa noção em Hegel e Marx. Segundo a autora, o primeiro sugere que nem a família nem o Estado são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas e que entre essas duas esferas existe um conjunto de instituições, um sistema de necessidades, a administração da justiça e as corporações. Para Marx, sociedade civil não significa instituições intermediárias entre a família e o Estado, mas se reduz ao sistema de necessidades, ou seja, o lugar próprio da contradição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Gramsci percebe a sociedade civil, enquanto lugar de organização da cultura. Para ele, a expressão sociedade civil foi empregada como um nível intermediário de socialização entre os grupos primários em torno da família e as normas racionalizadas do Estado. Para o autor a noção de sociedade civil mudou consideravelmente, a partir da década de 1970, ressurgindo como uma terceira via de oposição ao Estado soviético, depois do fracasso das tentativas de democratização da Hungria e da Tcheco-Eslováquia. Nesse novo conceito, por mais crítica que se possa fazer ao mercado e ao Estado, os movimentos não se organizam para acabar com eles, mas para fortalecer as formas societárias de organização, ampliando o papel da sociedade civil na esfera pública.

formalmente públicas, encontram sua lógica na defesa de interesses particulares, econômicos ou setoriais, comportando-se como organizações de mercado. Já na *emergente esfera social-pública* localizam-se os *movimentos e instituições que, embora formalmente privados, perseguem objetivos sociais*, espaço em que, na prática, se articula a construção de uma esfera pública ativa e politicamente consistente. São organizações conhecidas como *não-mercado, ou não-corporativas* (Vieira, 1997), conhecidas também como ONGs *do campo da cidadania* (Gohn, 1997) e do *campo democrático e popular* (Paludo, 2000).

Referenciada na necessidade do avanço e consolidação de uma sociedade civil organizada e ativa, é necessário pontuar um pouco mais essa questão, localizando seus avanços e retrocessos, a partir da análise da prática dos diferentes atores e do estado do debate sobre democracia e cidadania.

2.3 As transformações do Estado e o fortalecimento da esfera pública no Brasil

Tem sido recorrente, nas ciências sociais da atualidade, uma visão que configura o Estado como uma entidade *de co-governo*, que combina o sistema representativo com o participativo e que comporta a noção de redemocratização do país, tanto pelo viés do controle social, quanto pela atuação de um mercado socialmente orientado. Por essa abordagem, as mudanças que lhes são atribuídas decorrem de uma nova relação que o Estado mantém com a sociedade civil e com o mercado, visíveis no espírito da *filantropização do social, da cidadania empresarial e do crescimento do associativismo civil* (Horochovski, 2005).

Na base dessa discussão, estão a crise do desenvolvimentismo e as transformações por que passa a esfera pública, a partir da segunda metade do Século XX, tendo a reforma do Estado como carro-chefe. A falência do Estado do Bem-Estar

Social¹⁵, associada à emergência de uma concepção conservadora que elegeram como norte os valores do mercado e a crítica a uma suposta ineficiência estatal, respondem por parte das transformações por que atravessa o Brasil em sua fase atual. Nesse contexto, o Estado, em sua versão neoliberal, passa a legitimar as exigências do capitalismo global no espaço nacional, inserindo a exclusão social na ordem do dia (Sousa Santos, 1999).

A partir de então, acontecem importantes transições que aliam a noção da democratização do espaço global à difusão do modelo liberal, tendo a globalização da economia como estratégia. A idéia disseminada é a de implantação de um modelo *civilizatório planetário*, cuja infra-estrutura é constituída pela automação e pelas novas tecnologias informacionais que permitem os processos integrados em rede (Ortiz, apud Horochovski, 2005). Nesse processo, a globalização, caracterizada pelo enfraquecimento do Estado-nação e sua conseqüente perda da proteção de fronteiras e controle sobre o mercado, tem um papel essencial.

Na visão dos menos otimistas, trata-se de um estado de barbárie, presidido pela perversidade do capital, presente na exclusão social crescente, na destruição ambiental, no terrorismo e em outros tipos de degradação social, dentro de uma moldura ideológica que banaliza ou naturaliza as circunstâncias históricas geradoras de tais processos (Sevcenko, 2001; Petras, 1999).

Outros estudiosos do tema conseguem visualizar, nesse contexto, elementos para a construção de alternativas democráticas, com mecanismos de participação igualitária, responsabilidades compartilhadas em esferas públicas com efetivo poder de decisão. Nessa visão, toma corpo a discussão em torno da *radicalização da democracia, da universalização da cidadania e da conquista da sustentabilidade* (Avritzer, 2003; Costa, 1997; Santos, 2000; Franco, 2003).

¹⁵ Embora seja plausível a afirmação de que o Estado democrático de direito tem-se apresentado como modelo jurídico-político viabilizador da realização da justiça como igualdade, é bom destacar que o Estado do bem-estar social, no Brasil, nunca se realizou de forma satisfatória, tendo perdido nas últimas décadas em eficiência e capacidade de integração. Para Neves (1994) o problema deixa de ser singularidade dos países *periféricos* e estende-se aos países *centrais*, principalmente da América do Norte e Europa ocidental desenvolvida, nos quais o modelo de Estado “do bem estar social” teve um êxito considerável. Em conseqüência da chamada globalização econômica, entendida aqui como expansionismo do sistema econômico com efeitos destrutivos para a reprodução autônoma de outras esferas da comunicação, ampliam-se as formas economicamente determinantes da exclusão social, no sentido amplo deste termo, escasseando o acesso aos benefícios e vantagens dos diversos sistemas sociais, numa tendência de ampliação da exclusão numa escala global. A propósito ver Neves (1994), Diniz (1998), Draibe (1990), Bresser Pereira (1991).

Identificado pelo aumento das pressões para a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva, surge a noção de uma nova esfera pública caracterizada pelo *pluralismo e pela solidariedade*. Seu fortalecimento dá-se com a implementação de uma democracia de base participativa, o que implica uma visível correlação entre o conceito de democratização e o fortalecimento da sociedade civil e da esfera pública não estatal, traduzidos na consolidação de uma extensa rede de organizações ligadas a movimentos sociais e ampliação do *capital social* (Putnam, 1996).

Como forma de compreender esse processo no Brasil, especialmente com o avanço da (re)democratização da sociedade, a partir dos anos 80, muitos teóricos têm buscado, subsidiados pela teoria do Estado ampliado em Gramsci (1978), repensar a democracia e suas particularidades, retomando o papel da sociedade civil, do Estado e dos processos de construção política em diferentes momentos históricos.

Coutinho (2001, p. 63), ao discutir a democracia como valor estratégico para a mudança social, identifica o Estado brasileiro como instrumento de dominação e acumulação a serviço das classes dominantes. Isso o leva a pensar esse mesmo Estado numa perspectiva ético-política distinta, que considera a noção de democratização e de revalorização da questão democrática para os que estão embaixo, na estrutura de classes. O autor reafirma a tese da democracia como valor universal, acreditando hoje que, ao contrário do que pensava a esquerda, o socialismo é um *instrumento para alcançarmos a plena democracia*. Compreendendo a democratização como caminho para transformação social, considera que a democracia não se esgota em determinadas configurações institucionais, sendo algo *processual que combina, indissoluvelmente, reformas políticas com reformas econômicas e sociais*.

Seja qual for o ponto de vista, são claras as implicações entre as reformas econômicas e políticas presentes no debate, em torno da emergência da sociedade civil, como alternativa capaz de fazer valer a luta pelo desenvolvimento, pela equidade e justiça social. Para Teles (1994, p. 47), entretanto, sem

mediação entre o local e a dimensão pública da sociedade, expressa nas leis e na garantia dos direitos sociais, o localismo de ênfase comunitária torna-se inócuo, com risco de aprofundar segmentações e disparidades, sem alterar os termos através dos quais as dificuldades são geradas.

Em seu entendimento, tais alternativas passam necessariamente pela

invenção, negociação e pactuação de novas regras, nas quais os direitos possam ser firmados como medidas no gerenciamento dos conflitos e parâmetros no reordenamento da vida econômica e social.

Nesse sentido, o reconhecimento dos direitos significa, no plano da economia, a neutralização dos automatismos do mercado, e, na esfera do Estado, a constituição de parâmetros públicos que estabelecem as regras do jogo na negociação, tendo como pressuposto e princípio o reconhecimento recíproco dos direitos. Essa construção de parâmetros de interesse público (plural e descentralizado), conforme defende Teles, implica a ruptura da versão autoritária e excludente,

... permitindo a redefinição da antinomia entre os interesses privados e públicos e a realização do princípio republicano, a partir da realização do princípio igualitário da democracia e da universalização dos direitos, o que implica a refundação da própria república em espaços inventados de democracia e de cidadania(1994, p. 50).

Essa discussão orientada pelo caráter contraditório e pouco eficaz das políticas públicas de corte neoliberal torna-se relevante para o entendimento das transformações do Estado *pela alteração das bases do seu funcionamento, promovendo a chamada crise do Estado latino-americano* (Weffort, 1992).

Nesse contexto, a internacionalização da economia tem trazido pesadas conseqüências para organização e equilíbrio dos estados nacionais, deslocando a estrutura de poder e instalando a supremacia do capital globalizado. No centro dessa discussão, sobressai a idéia de que o debate democrático, de uma maneira geral, tem sido restrito ao espaço político do Estado-Nação, delineando-se fortes limites na teoria política.

Held David (2001), reafirmando a complexidade do debate, destaca alguns elementos que compõem hoje o quadro da democracia no Brasil. Para ele, a era do Estado-nação de modo algum terminou, ainda que tenha declinado. Os Estados têm sua autonomia limitada e sua soberania afetada por alguns processos, que consideram desafios para a democracia. A dinâmica da economia mundial com a internacionalização da produção e das operações financeiras impõe o crescimento de negociações/arranjos e instituições/organizações multilaterais que constituem a base do governo global (o que é diferente de um governo integrado ou supra nacional).

Para Dallmayr (2001, p. 31), é tarefa da teoria democrática repensar ou reconceitualizar o governo popular, de forma a fugir dos *encantos da soberania ou da identidade coletiva (de direita e de esquerda)* e de fazê-lo sem invalidar ou se desviar do governo popular para privilegiar o mercado e o liberalismo corporativo ou o neoliberalismo. Compreende a democracia como um tipo de regime político justaposto a outros, como *categoria universal ou idéia transtemporal, que Claude Lefort chama de mise-en-scène da política*. A democracia, para Dallmayr, não é apenas uma opção de regime, mas se constitui uma resposta a desafios e aspirações históricas. Como tal, não pode ser pensada como mera substituição de um tipo de governo por outro (da monarquia ou do absolutismo real pelo governo popular) ou como campo restrito de alguns grupos; deve ser pensada como *recanalização de energias voltadas para o bem público* (Dallmayr, 2001, p.13).

Esse raciocínio é corroborado por Husson (1999, p. 103), quando destaca a incompatibilidade entre a doutrina da democracia e sua existência real em um contexto histórico com fortes traços antidemocráticos:

se a democracia é um componente ético-político essencial do processo civilizatório, em um contexto de avanço de barbárie capitalista, que hoje evolui em um descomunal acirramento de desigualdades, ela não poderia ficar imune.

Hirts, apud Behring (2001), destaca os limites da democracia parlamentar e os vícios dos grandes partidos políticos, que, para ele, exercem uma espécie de monopolização da interlocução com os cidadãos, buscando se perpetuar no poder. Reconhece que é preciso cautela quanto a qualquer afirmação relacionada à expansão da democracia, por considerar que prevalece uma visão procedimental. Analisando as contradições do Estado brasileiro, em sua forma atual, o autor reconhece que a proposta de redução da ação do Estado por meio das privatizações não está significando a ampliação do controle democrático, por, pelo menos duas razões: primeiro, as funções são assumidas por organizações, por vezes, muito maiores que os Estados dos séculos XIX e XX, existindo apenas uma troca da gestão pública para a privada, com menor possibilidade de fiscalização; segundo, a retirada do Estado das ações de saúde e educação reduz a capacidade dos eleitores influírem nas questões públicas.

Por outro lado, identifica outra ordem de contradição resultante da idéia de que as leis são normas gerais, universalmente aplicáveis e a maior parte da legislação consiste em *delegação de poderes de decisão e ação em órgãos executivos* que, por sua vez, têm o poder de criar novas leis e normas, além de administrarem da forma como entendem compatíveis.

Bobbio (1992), ao enfrentar essa temática, reconhece que jamais um princípio foi tão desconsiderado quanto o da representação política. Em sua opinião, a exigência da *publicidade dos atos do governo* é importante, não apenas por permitir ao cidadão conhecer os atos de quem detém o poder para assim poder controlá-lo, mas porque a publicidade é uma forma de controle, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é. Para o autor, se não for possível encontrar uma resposta adequada à questão do controle social, a *democracia, como advento do governo visível, está perdida* (1986, p. 31).

Pensando sobre a democracia no Brasil, Behring (2001) reconhece a presença de vários componentes do mito *fundador da brasilidade* tratado por Chauí como *drama crônico*, caracterizado por Florestan Fernandes, quando discorre sobre nossa transição conservadora para a modernidade de

um país fortemente desigual quanto à apropriação da renda e da riqueza, um país heterônomo e dependente, no qual as elites locais alimentam-se de um eterno conluio com os interesses internacionais de plantão (Fernandes, apud Behring, 2001, p. 103).

O autoritarismo do Estado, o patrimonialismo, o clientelismo, o nepotismo, a privatização do público, a tutela, a troca de favores são alguns dos elementos que a autora destaca como componentes da cultura política conformadora do tecido social. Para ela, o Brasil neoliberal da década de 90 reedita essas marcas históricas. Somos modernos, só que nossa modernidade é profundamente desigual, com *ilhas de prosperidade e mares de miséria; com latifúndios e homens sem terra, com produtos altamente sofisticados para o consumo e pessoas sem emprego ou no subemprego*, de onde se depreende que a democracia no Brasil passa, necessariamente, por uma vontade política voltada para a construção de uma *esfera pública consistente e visível*, cujos componentes apontados por Raichellis (1997, p. 105) são:

...visibilidade (transparência dos discursos e ações dos que tomam decisão e para os implicados nela); controle social, através da participação da sociedade civil organizada na arbitragem dos interesses em jogo e acompanhamento das decisões, segundo critérios pactuados; representação de interesses coletivos pela constituição de sujeitos sociais ativos, mediadores de demandas coletivas; cultura política de enfrentamento do autoritarismo social e da cultura privatista de apropriação do público pelo privado e democratização social pela ampliação de fóruns de decisão política, extrapolando os condutos tradicionais de representação, incorporando novos protagonistas e gerando uma interlocução pública capaz de articular acordos que orientem decisões coletivas.

Weffort (1998, pág. 85), ao analisar as *velhas e novas democracias* na América Latina, compreende as últimas como *regimes políticos mistos*, nas quais a transição incorporou importantes resquícios do passado autoritário. Identifica, como princípio democrático clássico, a autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, confirmando diferentes tendências do pensamento político, nos quais considera que

não há democracia onde não há autonomia da sociedade civil (e da sociedade política) em face do aparato do Estado. O que significa que a autonomia deve ser condição necessária, mas não suficiente para a democracia.

Argumentando a favor da existência de regimes mistos de múltiplas colorações democráticas, Weffort identifica na história do Brasil situações ilustrativas da *mistura institucional* com a subordinação dos sindicatos, durante a democracia populista do período 1945-1964, e a consolidação de uma nova democracia brasileira, depois de 1984. Mesmo admitindo mudanças democráticas significativas no período pós-ditatorial, com relativa autonomia da sociedade civil frente ao Estado, reconhece que a Constituição de 1988, principal base institucional da democracia brasileira, preservou muitas instituições autoritárias, tornando precária a democracia brasileira (Weffort, 1998).

Pensando na mesma direção, Santos e Avritzer (2002) compreendem a democracia construída no século XX, sob o ideário liberal, como um modelo de bases econômicas politicamente desiguais, por isso com matizes diferenciados em seu conteúdo democrático. Como estratégia de disputa e sustentação entre as elites, os autores identificam a democracia representativa como uma fórmula clássica de

democracia de baixa intensidade. Nesse modelo restritivo, é retirada do cidadão comum a capacidade de tomar decisões, cabendo-lhe apenas a escolha de seus líderes. Limitada à vivência partidária e à questão eleitoral, a ineficiência do mecanismo gerou o que os autores chamam de *patologia da representação*, pelo fato de os cidadãos não se sentirem representados; e de *patologia da participação*, tendo em vista o grande abstencionismo ocorrido nos países que adotaram a democracia representativa em que o voto não é obrigatório.

Reconhecendo que, historicamente, a participação popular foi minimizada pela organização burocrática do Estado, cujas formas complexas de administração eram pouco propícias ao controle social, os autores posicionam-se a favor de uma democracia de base participativa, demonstrando que, a partir da segunda metade do século XX, com o fim da guerra fria e o avanço da globalização, houve um impulso em direção à democracia local e a variações da forma democrática no interior do Estado nacional, o que permitiu uma recuperação de tradições participativas.

No Brasil, efetivamente, a intensidade das práticas participativas e o fortalecimento da sociedade civil têm sido intercalados por momentos de repressão e de abertura política, em que eclodem movimentos e organizações voltados para o fortalecimento de uma esfera pública mais consistente.

Os primeiros passos rumo à consolidação de uma democracia efetiva são dados no contexto de um Estado contraditório - forte, mas incapaz de absorver informações e gerar respostas criativas para os problemas sociais advindos de toda a sociedade - que homogeneiza soluções para questões que requerem soluções plurais, por serem demandadas por grupos sociais diversificados (Brunsteins, 2003).

Os anos 80 encerram uma primeira fase de manifestações populares - contra a carestia, em defesa de eleições diretas, a favor da anistia, defesa de bens e serviços no campo da produção e do consumo - que, na literatura especializada, aparecem como momento de emergência de *novos sujeitos e projetos políticos* (Sader, 1988), tendo o processo de redemocratização, pós-ditadura militar de 64, como cenário propulsor do surgimento e consolidação de expressões organizativas mais definidas.

Nesses espaços participam entidades representativas, movimentos sociais - sindicais, de mulheres, étnicos e inter-geracionais - grupos comunitários de periferia, ONGs, pastorais sociais, fundações, associações filantrópicas e outras entidades de base comunitária, compondo a vasta rede da sociedade civil que, sob a hegemonia do projeto neoliberal, recebem a denominação de terceiro setor.

O viés generalizante desse conceito, do qual algumas ONGs tentam se afastar, sugere uma melhor delimitação dos termos da dialética implicada na relação Estado-sociedade, de onde provêm situações ambíguas e alguns dos principais dilemas que impedem a construção de uma sociedade civil forte, que incorpore um projeto contra-hegemônico favorável aos interesses dos grupos subalternos.

Tais dilemas, normalmente decorrentes da pouca clareza quanto à função política dessas organizações, repercutem na compreensão dos próprios militantes, trazendo entendimentos confusos, impondo uma maior clareza na definição desses sujeitos.

Inspirada na concepção original de Gramsci, para quem a sociedade civil representa um campo de luta hegemônica que, em contraposição à lógica mercantil, se volta para os interesses populares na busca de uma *nova direção intelectual e moral*, entendo a sociedade civil, em geral, e as ONGs, em particular, como elemento ativo da dialética Estado/Sociedade, portadoras do que Nogueira chama de *condensações objetivas da correlação de forças em cada fase histórica* (Nogueira, 2005, p. 28).

Pensada nesses termos, ONGs e sociedade civil, em geral, não podem ser compreendidas fora dos contextos contraditórios e das tensões políticas vigentes na sociedade capitalista, pressupondo-se como papel da sociedade civil organizada funções de gestão na condução dos processos organizativos dos grupos, sendo pouco comum situações de sua completa autonomia em relação ao Estado.

Na perspectiva de Gramsci, não se poderia falar de Estado e sociedade civil como entes distintos. A separação ou autonomia entre os dois pólos, daquilo que chamou de Estado ampliado, falsifica a relação entre dirigentes e dirigidos, governo e sociedade civil, representantes e representados, separação que, na visão de Sales (2003, p. 55) *escamoteia a função estatal da sociedade civil*. Pensado nesses termos, o *Estado deixa de ser um ente separado, fora, acima ou a serviço da sociedade, para se tornar*

uma função, ou seja, um espaço de gestão de interesses e direitos sociais (Sales, 2003, p.56).

Isso faz com que a sociedade civil organizada, em geral, e as ONGs, em particular, sejam colocadas no centro do debate da luta pelos direitos de cidadania e democracia, assumindo papel relevante, menos pelos resultados concretos das ações que desenvolvem e mais pela possibilidade de contribuírem para a mudança das relações entre Estado e sociedade, e também com as lutas populares por direitos de cidadania, inclusive por educação e por escola.

2.4 ONGs, Educação e Escola

A expansão oficial da educação no Brasil, apesar de contar com a contribuição de outros fatores, aparece associada a lutas e movimentos civis, sendo a universalização da educação e do ensino público configurada como fruto de constantes mobilizações populares. Ninguém ignora, entretanto, que os ideais de uma escola pública laica, obrigatória, democrática e de qualidade para todos, apesar de historicamente presente na pauta das grandes reivindicações populares, ainda se constitua um desafio a ser enfrentado, ao longo deste século.

Isso faz com que a educação e a escola sejam inseridas no rol das reivindicações populares, sendo também objeto de luta de outros atores da sociedade civil que, apostando em seu caráter democratizador, investem esforços no sentido de contribuir para o cumprimento de sua função social, fazendo valer direitos historicamente conquistados pela população economicamente desassistida.

Nesse sentido, muito se tem que buscar para entender, no Brasil, as clivagens históricas presentes na relação entre Estado, organizações da sociedade civil e Educação. Ao analisar a temática, Brunsteins (2003) considera que a relação entre as práticas coletivas civis e a educação se inicia no século XIX, com forte presença de movimentos assistencialistas ligados à Igreja católica. Tais organizações, inicialmente autônomas, dissolvem-se, em consequência do processo de intervenção do Estado, aparecendo, posteriormente, em projetos corporativistas, patrimonialistas e clientelistas, a partir da conhecida aliança entre Governo e Igreja.

Paiva (1987) destaca iniciativas isoladas da população em torno da criação de escolas gratuitas, desde os tempos mais remotos - do Império, passando pela República, estendendo-se aos dias atuais. Reconhece, entretanto, que as mudanças na relação entre Estado e sociedade civil vão se dar, efetivamente, a partir do golpe militar de 64, quando os movimentos e organizações coletivas passam a ter mais autonomia.

Analisado sob o enfoque da *cidadania regulada*, esse fenômeno, que reaparece com mais intensidade no período da ditadura, consolida redes de organizações de atendimento a grupos populares diversos, algumas voltadas para a educação de adultos e desenvolvimento comunitário. Muitas delas se distanciam de seu caráter assistencialista e filantrópico inicial e se caracterizam como grupos populares articulados à cooperação internacional, com metodologias voltadas para a politização das classes subalternas, em oposição ao Estado.

Uma periodização do trabalho de organizações da sociedade civil feita por Brunstein (2003) induz-me a pensar a evolução do trabalho das ONGs no campo educacional, sobretudo no que se refere a suas metodologias de ação. Se, inicialmente, nos anos 60 e 70, o foco de suas ações era a ajuda e a promoção social, os anos 90 caracterizam outra fase, a de consultoria de serviços de estilo empresarial.

Na primeira fase, inspiradas em autores como Paulo Freire (1971,1978), privilegiam conceitos como liberdade, opressão, direito, e a educação é vista como importante espaço de transformação social. Nessa perspectiva, apresentam importantes contribuições na condução de metodologias de conscientização voltadas para superação das precárias condições sociais, políticas e econômicas.

Nessa fase *invisível* das assessorias, as ONGs, segundo Landim (1993), passam a ter maior consciência das metodologias que norteariam seu trabalho, associando à assistência social reflexões sobre as contradições que geram a pobreza. Por trás disso, está a crença de que o processo de emancipação da chamada sociedade civil vincula-se, invariavelmente, à educação política dos grupos populares, e que se daria pela consciência dos direitos ou pela capacidade de se organizarem/mobilizarem, atribuindo-se peso significativo à educação e às iniciativas civis preocupadas com o retorno à democracia e ao cumprimento dos direitos sociais.

Oliveira (2002), ao analisar as ONGs na fase de redemocratização do país, lembra que a maioria delas é composta de pessoas com formação universitária, o que aumenta a credibilidade e legitimidade em seu trabalho de assessoria e condução das lutas coletivas, sendo, por isso, mais ágeis, no tocante à produção do conhecimento.

A partir dos anos 90, diversificam seu campo de atuação e vão se configurando como atores sociais autônomos com projetos próprios desvinculados dos movimentos sociais. A crise de auto-sustentabilidade, aliada a mudanças de ordem conjuntural condicionam novo estilo de gestão, incorporando ações de consultoria e prestação de serviços, em moldes empresariais, passando a disputar com instituições de mercado iniciativas no campo filantrópico-assistencial (Armani, 2003).

A Conferência de Educação realizada em 1990, na Tailândia, abre, efetivamente, um quadro de grandes possibilidades para as ONGs, no âmbito educativo, comunitário e familiar, criando espaço para atuação, seja no campo da educação fundamental ou da formação para o trabalho. Incentivadas por organismos estatais e multilaterais e ajudadas pela mídia, passam a se destacar como portadoras de *know-how* em metodologias, estratégias e programas, sendo consideradas agências estimuladoras do trabalho voluntário e de valorização de culturas locais (Gohn, 1997).

Nesses termos, incorporam, não só a generalização do *acesso à educação com igualdade de oportunidades e ampliação dos meios*, como enfatizam os *resultados da aprendizagem* e melhoramentos no entorno educativo, assumindo papel de destaque na educação, rateando, assim, tarefas com a família e a comunidade. A estratégia inclui a consolidação de alianças com diversos segmentos da sociedade, organizações internacionais, governos nacionais e locais, entidades corporativas e ONGs de diferentes tipos - algumas com vocação popular; outras não, embora capazes, tecnicamente, de prestar serviços (Coraggio, 2000).

Independentemente do número e da variedade de papéis exercidos no campo da educação não formal, tem sido visível a inclusão de ONGs nos processos de gestão das políticas educacionais, nos últimos anos. Entretanto, não se pode dizer que existem ONGs de educação, assim como se têm ONGs ambientalistas ou de gênero.

Em se tratando de Ceará, não se pode afirmar quantas ONGs atuam no campo da educação, até porque *não existem ONGs de educação, mas ONGs dedicadas*

à educação, assim como existem empresas que também oferecem seus serviços para a educação (Aguiar, entrevista, 2003).

Um levantamento feito pela ABONG, em 2002, constatou a educação como foco prioritário de atuação das ONGs. No Brasil, de 196 instituições associadas, 52,04% afirmaram ser a educação seu campo principal de ação. *Capacitação técnico-política e formação* aparecem como principais tipos de intervenção das ONGs (64,29%), seguidos por *assessoria* (42,35%), *prestação de serviços* (34,81%) e *pesquisa* (16,33%).

No Ceará, essa estatística segue mais ou menos a mesma lógica. Contemplando o campo da educação não-formal, o foco de atuação das ONGs volta-se, sobretudo, para o apoio à família, à criança e ao adolescente, em geral nas áreas de saúde e segurança alimentar e serviços de auto-ajuda (47,64%). Uma análise de sua distribuição por setores de atuação, realizada por Fiege, em 2003, evidencia um contingente maior de ONGs na área assistencialista ou de auto-ajuda, com pouca especialização setorial (19,81%). Em alguns casos, questiona se podem ser consideradas ONGs dentro da abordagem aqui utilizada. Ao somarem-se às entidades que atuam na área de assistência a crianças e adolescentes (com necessidades especiais, auto-ajuda e sociedades beneficentes), sob a roupagem de organizações comunitárias (associação, conselho, sociedade) constituem-se quase dois terços das ONGs no Ceará. Outro grupo representativo são entidades que atuam no campo da educação popular e da cidadania (13,67%) (Fiege, 2003).

As iniciativas e o extensivo aparato legal dos anos 90 vão, efetivamente, marcar uma fase de redefinição e de busca de novos horizontes para a educação. Na prática, pelo incentivo a aproximação da escola com a comunidade, abrem-se possibilidades de maior controle e garantia de direitos, ampliando-se também a responsabilização da sociedade civil no enfrentamento dos problemas sócio-educacionais.

Nessa perspectiva, tanto as Conferências Mundiais (Jomtien, 1990; Dakar, 2000) quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), enfatizam a educação, a cultura, o esporte e o lazer, o que implica criação de propostas de educação integral e oferta de atividades fora do período escolar, abrindo espaços para ações

complementares à escola, em boa parte, oferecidas por ONGs, como é o caso da Comunicação e Cultura.

Assim compreendendo, considero necessário pontuar aqui essa discussão, já que, especialmente em Fortaleza, não são muitas as ONGs com intervenção em escolas. Isso não significa dizer, entretanto, que estão distantes do campo da educação escolar, já que a realidade aponta para uma marcante presença desses atores em debates e lutas que gravitam em torno da política educacional. Bom exemplo disso são as articulações de movimentos sociais e ONGs em campanhas de defesa da educação pública e outras atividades - conferências, debates, prestação de serviços em muitos campos e espaços.

No plano internacional, assume papel de destaque a organização da *Campana Mundial por la Educación*. Estruturada, em 1999, a partir de uma aliança entre duas ONGs internacionais (Action Aid y Oxfam International) y a Confederação Mundial de Educadores (Internacional de la Educación), às quais se somam redes nacionais e locais em diversos países. Além dos exemplos já citados, outras inserções, em espaços decisórios internacionais da educação, podem ser destacados como os tratados em torno das *Cumbres de las Américas*, espaço que tem aglutinado redes de organizações encarregadas de difundir o processo e avançar o diálogo entre governos e sociedade civil. Como frentes de difusão do processo de las Cumbres, destacam-se, ainda, pela qualidade do diálogo que conseguem ter com os Governos, a *Alianza Social Continental (ASC)*, criada em 1999, que integra um amplo conjunto de organizações e movimentos de trinta e cinco países do continente, incluindo-se Cuba, e outra organização coordenada por três ONGs latino-americanas - *Corporación Participa* (Chile), *Fundación Grupo Esquel* (Estados Unidos) e *Fundación Canadiense para América Latina* (FOCAL).

Para Torres (1999), cada uma das iniciativas e planos coletivos articulados por organizações civis no plano da educação vão gerando

organismos de la Sociedad Civil (OSC) que se articulan desde la colaboración o desde la crítica, generándose así una trama también paralela de planes o iniciativas de la sociedad civile a las mismas escalas - mundial, hemisférica, regional, nacional.

Para Coraggio (2000), a participação de ONGs em conferências, debates e iniciativas do campo educacional, do plano internacional ao local, é uma demonstração do crescente espaço que essas organizações vêm conquistando na esfera da sociedade civil, o que faz com que sejam avaliadas como importantes atores no encaminhamento de questões sócio-político-educacionais.

Um pronunciamento latino-americano por ocasião do Fórum Mundial de Dakar (2000) e mais recentemente, a *Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação* coordenada pela *Plataforma Inter-Americana de Direitos Humanos PIDDH*, com a participação do *Centro de Estudos de Adultos da América Latina - CEAAL* - e auspícios da Action Aid e Íbis, evidenciam o trabalho dessas organizações no campo da educação pública, sinalizando para a formação de grandes redes de movimentos sociais organizados em defesa da educação pública visualizadas no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS)¹⁶, bem como no atual debate em torno da Conferência Nacional de Educação, em fase de estruturação em Brasília.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com comitê em funcionamento em várias regiões do país, inclusive no Ceará, é outro movimento legítimo de defesa da educação pública no Brasil. Representando diferentes indivíduos, organizações e grupos não institucionalizados, a campanha, coordenada por ONGs, apresenta estratégias de clara conotação política em defesa da democratização, tomando como foco a luta pela ampliação do financiamento da educação pública.

Nesse contexto de luta em que se destaca a defesa da *educação pública e de qualidade social para todos*, pode-se dizer que o trabalho desenvolvido por ONGs na área educacional vem assumindo lugar de destaque, concorrendo para chamar a atenção do Estado e da iniciativa privada para o importante papel da educação e da escola na promoção da qualidade de vida da população, especialmente, dos grupos excluídos.

Como forma de aproximar o debate para o foco desta análise, discuto, a seguir, as ONGs e sua atuação no contexto cearense, tomando como referência o processo de (re)democratização vivenciado nos últimos anos no Estado, recuperando, assim, alguns elementos do cenário da participação local.

¹⁶ Uma frente em defesa da educação, por ocasião do último Fórum Social Mundial em Porto Alegre, evidencia lugar de destaque dado à educação na programação desse fórum (2005). Contando com a participação do *Conselho Internacional de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA - Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação*, esse movimento, que contou com uma *caminhada pela educação* na abertura do evento, pautou-se pela construção de uma agenda que viabilizasse a abertura de um diálogo em torno da educação, ampliando o debate sobre diferentes concepções, perspectivas e sujeitos políticos do campo educacional (Boletim do FSM, 2005)

CAPÍTULO 3

AS ONGS NO CEARÁ: REVENDO TRILHAS E COMPONDO OS CENÁRIOS DA PARTICIPAÇÃO

[...] quando muda a paisagem, alteram-se as áreas de sombra e de luz e desloca-se a luz do horizonte, passando-se a perceber os elementos em seus detalhes e conexões de forma inusitada. Todo esse redesenho ambiental depende, muitas vezes, apenas da chegada de um olhar novo que, ao capturar diferentemente a realidade ressignifica suas estruturas e funções. Em muitos casos, desfaz-se o feitiço e fica possível destacar a borboleta da flor, evidenciando que não são uma coisa só (...) partes do todo se arrumam e novas aproximações e dissociações entre as coisas inimagináveis, no contexto, tornam-se comuns. (Celeste Cordeiro)

O surgimento de ONGs no Ceará, como no restante do Brasil, dá-se em um cenário de contestação e questionamentos em torno das políticas públicas oficiais, no momento em que se estruturam os chamados novos movimentos sociais. São iniciativas que tomam pulso em função de múltiplas demandas populares, como moradia, transporte, saúde, ao mesmo tempo em que se esboçam reivindicações em torno da superação da pobreza e da defesa comunitária ou cultural com ênfase em questões étnicas, ambientais, de gênero e de direitos humanos (Sherrer-Warren, 1999).

Com baixa densidade representativa, as ONGs alinham-se aos movimentos sociais assessorando e capacitando os grupos populares. A rigor, constroem sua identidade à sombra desses movimentos, num ambiente de contradição gerado na resistência dos setores organizados da sociedade civil às forças da ditadura militar.

No Ceará, muitas dessas organizações - algumas gestadas no seio da igreja católica e da teologia da libertação - envolvem-se na luta dos movimentos populares com atuação, tanto no campo, quanto nas periferias urbanas. Incorporando um ideário de resistência, destacam-se pela postura de oposição ao Estado, passando, inclusive, a articular lutas coletivas, num rico processo de educação política e popular. Conforme Fiege (2003), no Ceará, podem servir de exemplo dessa geração de ONGs a Federação de Assistência Social - FASE, com atuação no Ceará, no período de 1975 a 1992; o

Centro de Pesquisa e Assessoria - ESPLAR, fundado em 1974 e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, criado no início da década de 80.

No final da década de 70, início dos anos 80 e, depois, na fase pós-constitucional, momento em que as discussões apontam para a reelaboração de uma nova concepção de cidadania, o trabalho das ONGs no Ceará assume maior visibilidade, contribuindo para a organização e fortalecimento da sociedade civil, frente às estratégias do Estado.

A valorização da participação e a formulação de uma nova esfera pública, decorrentes de conquistas anteriores, repercutem no Estado, caracterizando um quadro diferenciado visível na profusão de iniciativas diversas: conselhos setoriais representativos, plenárias de consulta e comissões paritárias em áreas distintas que, sob a chancela da *gestão participativa*, imprimem nova feição ao movimento popular.

A política de participação popular na gestão pública cearense, ainda nos governos da chamada Nova República, toma vulto com iniciativas do tipo *ticket de leite* e, depois, com o Programa dos *Agentes de Saúde*, implementado nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Caracterizadas pelo binômio *cooptação x perda de autonomia dos movimentos sociais* (Fiege, 2003), no Ceará, as práticas participativas demandadas pelas políticas públicas governamentais acabam promovendo forte inflexão nos movimentos sociais, contribuindo para um decréscimo na visibilidade desses movimentos e para a construção de um novo padrão de relacionamento com o Estado.

O governo Tasso Jereissati¹⁷, inspirado nessa política de criação de *zonas de gestão popular*, institucionaliza a prática de conselhos que passam a compor a estrutura de gestão das áreas sociais, saúde, economia e educação. Bom exemplo disso são os

¹⁷ Conhecido como Governo das Mudanças, o grande compromisso político do Governo Tasso com a sociedade cearense é o de colocar o Estado a serviço da população. Em seu primeiro mandato (1987-1991) estrutura o Plano das Mudanças e privilegia atuação junto à sociedade civil, criando novas bases de relacionamento com os diversos segmentos organizados da população. Sua política é continuada na administração Ciro Gomes (1992-1995), quando é anunciado prioridade à “promoção do bem-estar social”, como instrumento de instauração efetiva dos direitos de cidadania. *Em seu governo destacam-se*: 1) o crescimento de 25,4% das matrículas do ensino básico com queda da evasão escolar de 16% para 14%; 2) Implantação do Programa Saúde da Família e ampliação do número de agentes de saúde; 3) Instalação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Tutelares, 4) Implantação do Programa de Apoio às Reformas Sociais – PROARES. O 2º governo Tasso (1996 - 2000) traz como realização um plano de desenvolvimento sustentável para o Ceará, acrescentando à sua administração dois novos princípios: “sustentabilidade do desenvolvimento e visão de longo prazo”. No contexto da reforma do Estado e, em consonância com a política de descentralização das ações governamentais e do alargamento do processo decisório das comunidades, é dinamizada a proposta educacional “*Todos pela Educação de Qualidade para Todos*”. Com proposta de forte teor de mobilização são concebidas políticas de gestão, desenvolvimento e integração com a sociedade, envolvendo amplos segmentos, criando para isso um aparato institucional de conselhos e comissões paritárias para consulta em vários âmbitos e níveis de decisão, dando continuidade ao processo iniciado pelo seu antecessor (Anuário do Ceará: 2004,329-330).

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDS - e a implementação de centenas de outros conselhos nas áreas de saúde e educação instalados em todo o Estado.

Assim, a primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-1991) destacou-se por um conjunto de iniciativas para alcançar os objetivos esboçados em seu Plano de Mudanças, sendo a organização e a participação da população apontadas como ingredientes indispensáveis. Em função disso, são eleitos mecanismos que visam à

articulação e integração entre as entidades representativas da sociedade e os organismos públicos, em que o Estado implementará ações que garantam a defesa dos direitos de cidadania, com a criação de conselhos para esse fim em diversas instâncias estatais (Plano de Mudanças, 1988, p. 35).

O cenário dos anos 90 e o dos governos seguintes, condicionados pelas reformulações e ajustes estruturais do país, trazem importantes modificações para os movimentos sociais, influenciando, decisivamente, suas práticas organizativas e seu relacionamento com o poder público.

A partir de um discurso mais republicano, cresce, no âmbito das ONGs, a crença no ideário de uma utopia possível que se volta para práticas e relações de parceria com o poder público, redimensionando os pólos da relação, antes concentrada na postura de negação ao Estado (Socsek, 2003). O Pacto de Cooperação no Ceará formalizado entre governo e entidades da sociedade, em 1991, explicita a mais significativa iniciativa de mobilização social vivenciada no Estado. Inovando, por agregar diversos setores e segmentos locais dispostos à prática do diálogo - movimentos sociais, entidades de classe, ONGs e instituições do Estado - esse pacto buscou consolidar a crença de que o interesse comum pode unir o diferente. Apesar de esvaziada, essa experiência deixou um importante legado, inaugurando a cultura do diálogo entre governantes, mercado e sociedade civil organizada no Ceará (Paiva, 2003, p. 98).

A partir daí e, especialmente com a criação do Programa Comunidade/Capacitação Solidária e do Plano Estadual de Qualificação Profissional - PEQ - amplia-se o raio de atuação e participação de ONGs em tarefas de responsabilidades governamentais, evidenciando-se, na prática, um certo compartilhamento de ações no enfrentamento das problemáticas sociais locais.

No Ceará, esse processo se fortalece em relação direta ao crescimento de entidades civis com atuação no campo da assistência social e com a implementação de políticas compensatórias típicas dos governos neoliberais. Cresce o número de ONGs compartilhando atividades com o governo - às vezes fazendo por ele - ao mesmo tempo em que se irradia o espectro da filantropia empresarial e da realização de parcerias com o Estado.

Ajustadas a esse clima e assumindo posturas pró-ativas no compartilhamento das responsabilidades governamentais, algumas ONGs, autorizadas pela Lei das OSCIPs, aparelham-se para encampar parcerias com o Estado, compondo o polêmico quadro do terceiro setor. Com configurações e atuações diversas, amplia-se o quadro de atuação das ONGs que vão da operacionalização de políticas assistenciais - pela via da parceria ou terceirização de serviços - até tentativas de formulação, monitoramento e fiscalização de orçamento público. Dos subterrâneos da ação - quando se vinculavam aos então movimentos clandestinos da ditadura militar do passado - ao momento atual, as ONGs cearenses apresentam visíveis modificações na natureza e nas formas de inserção social.

Fiege (2003) dá conta do crescimento e da diversificação do trabalho dessas organizações, nas mais diversas regiões do Estado, embora não saiba ao certo quantas ONGs atuam no Ceará. Estima um quantitativo que varia em torno de 200 a 250 organizações distribuídas geograficamente no Ceará.¹⁸ Mesmo admitindo novos mapeamentos em cadastros e censos do terceiro setor anunciados pelo Grupo de Apoio ao Investimento Social (GAIS) e pelo Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (IBTS), a referida pesquisa admite dificuldades para se obter dados sólidos, uma vez que, na atual conjuntura, conforme nos alerta Fiege (2003, p. 20).

[...] tudo é ONG no sentido literal da sigla, quando muitas vezes são apenas entidades civis de natureza beneficente, assistencial, caritativa, sem esquecer aquelas que são meras crias da área governamental que, segundo o autor, deveriam ser chamadas de organização quase não governamental - OQUANG - ou projetos de um dono só, indivíduo não governamental - ING.

¹⁸ No Brasil, alguns autores chegam a estimar um número de 500 mil entidades (Revista Integração/ Fundação Getúlio Vargas (2001), enquanto a Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) trabalha com um número de 250 mil ONGs de toda espécie. Fiege (2003), apoiando-se nas fontes do cadastro da ABONG, reconhece no Ceará, um quantitativo de 212 ONGs.

Um ponto pacífico entre os estudiosos do tema parece ser a controvérsia em torno da natureza do trabalho e da eficácia das metodologias das ONGs no enfrentamento das questões sociais. Compreendidas, historicamente, pela relação de oposição ao governo, essas organizações incorporam, hoje, uma postura contraditória. Isso impõe o decantado exercício de *separar o trigo do joio*, como forma de perceber o alcance político das entidades que atendem pelo nome de ONG, distinguindo as de posturas subservientes, filantrópicas e de caráter duvidoso, daquelas capazes de contribuir com a construção e aprimoramento da democracia e de uma nova cultura política verdadeiramente participativa (Paiva, 2003).

Na busca de uma compreensão mais aprofundada do papel político das ONGs na cena pública cearense, lancei-me à tarefa de localizar organizações comprometidas com a democratização e com alguma forma de inserção em escolas. No lastro deixado pelo compromisso com a educação popular e com a construção da cidadania, identifiquei algumas organizações com atuação no campo da educação, em geral, embora poucas tivessem inserção direta em escolas.

Estudos anteriores ajudaram-me a construir uma visão panorâmica dos movimentos sociais em Fortaleza, identificando nesse conjunto ONGs com ideários, posturas e práticas diversas. Meu foco voltou-se para aquelas comprometidas com a cidadania, atuação no campo da educação ou inserção na rede escolar.

Uma primeira observação sobre dinâmicas e práticas organizativas, em Fortaleza, revelou-me um processo de organização em defesa da educação pública. Liderados por ONGs, identifiquei três tipos de articulação de movimentos políticos com demandas coletivas.

O primeiro, sintetizado num documento intitulado *Prioridade Total para a Inclusão Social*, demarcava um conjunto de posições de entidades civis frente ao modelo de desenvolvimento vigente no Estado. Liderado pela diretoria regional da ABONG - Nordeste III, aglutinou a participação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas e no processo político-eleitoral vigente, exigindo mudanças no rumo do governo eleito para o período 2002/2006.

O segundo, articulado pelo Instituto da Juventude Cearense - IJC - uma ONG de jovens, também demarca posição política de cobrança, através de um

documento intitulado *Propostas da Juventude Cearense de Políticas Públicas ao Governador Eleito do Estado* (Fiege, 2003, p.45).

O terceiro e mais recente movimento traduz o posicionamento político de um conjunto de ONGs e movimentos sociais em *defesa do direito à cidade*, por ocasião da disputa política pela prefeitura de Fortaleza, para o pleito 2004-2007. Lançando mão da estratégia de articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil, o movimento, contando também com a coordenação da regional da ABONG, mobilizou cerca de vinte e seis entidades, entre ONGs, fóruns e movimentos sociais, constituindo-se momento de grande repercussão no cenário político local. O objetivo era influenciar os rumos das eleições municipais. Defendendo independência e autonomia em relação a qualquer candidatura, reafirma posição contrária ao então modelo de gestão pública e propõe a construção de uma agenda comum organizada em torno de alguns eixos:

1) recuperação urbano-ambiental das cidades; 2) defesa da democracia participativa e da transparência na utilização dos recursos públicos e na definição das políticas públicas; 3) desenvolvimento econômico sustentável; 4) universalização e aprimoramento das políticas sociais básicas; 5) direitos humanos e igualdade (raça, classe, etnia, situação de deficiência, orientação sexual, gênero e geração) (Carta Aberta aos (às) candidatos (as) à Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2003).

Baseados na carta de princípios da ABONG, esses documentos reivindicavam do Governo estadual políticas e programas sociais em prol de melhorias nas condições de vida na cidade e recuperação do diálogo, franqueado no discurso governamental.

Nessa dinâmica e a partir dela, pode dimensionar a relevância do trabalho da sociedade civil organizada em Fortaleza, avaliando a centralidade do papel das ONGs na condução dos processos de organização e participação social¹⁹.

¹⁹ Fiege (2003) identifica no Ceará, várias articulações de ONGs (e /ou do terceiro setor mais amplo), destacando as seguintes: 1) Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) - Ceará (1992); 2) Comissão de Defesa do Direito à Educação (1997); 3) Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e Adolescentes; 4) Fórum Cearense do Meio Ambiente; 5) Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido; 6) Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil; 7) Fórum Estadual Lixo e Cidadania; 8) Fórum de Mulheres Cearenses; 9) Fórum de ONGs/AIDs do Ceará; 10) Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Ceará; 11) Fórum Nacional de Direitos Humanos - Ceará; 12) Núcleo de Habitação e Meio Ambiente (2001); 13) Rede Cearense de Sócio-Economia Solidária (2000); 14) Fórum Regional Ceará DED & Parceiros (2000); 15) Rede de Jovens do Nordeste (2002); 16) Fórum POVO/EDISCA/POMMAR (2000) e 17) Fórum do terceiro setor (tentativa de rearticulação).

No campo da educação, localizei a *Comissão pela Defesa do Direito à Educação*, como uma das principais frentes de luta a favor da educação pública em Fortaleza. Criada com o nome de Comissão Interinstitucional de Acompanhamento da Matrícula na Rede Pública de Fortaleza, em 1997, é constituída por entidades de classe, movimentos populares, organizações não governamentais, comissões parlamentares, universidades, Ministério Público, Conselho de Educação, conselhos de direitos e tutelares.

O Fórum Interinstitucional Sobre Educação Pública no Estado do Ceará e as ações da *Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública*, através do seu Comitê Estadual, constituem-se duas outras frentes de luta local que somadas à Comissão articulam ações voltadas para a garantia de vagas ou melhorias na escola pública.

Um olhar sobre as propostas trazidas pela *Carta Aberta aos(as) candidatos(as) à Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade* assinada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelo Centro de Articulação e Apoio às Creches e pela Comissão de Defesa do Direito à Educação, evidencia problemas e apresenta propostas de gestão, com vistas à modificação da política educacional local. Expressando reflexões e reivindicações favoráveis a mobilização de pessoas, redes e instituições em defesa do *direito ao acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade social para todos*, a carta propõe para Fortaleza:

[...]1) *ampliação e melhoria da rede de ensino; 2) atendimento adequado aos (às) estudantes com necessidades especiais; 3) ampliação e fortalecimento de programas de apoio à educação; 4) ampliação do financiamento público; 5) planejamento e gestão democrática da educação; 6) valorização e qualificação dos(as) trabalhadores(as) em educação.*

A partir da defesa de implementação de uma democracia participativa e de uma política de inversão de prioridades orçamentárias que contemplem políticas públicas universalizantes, as entidades acima destacadas posicionam-se frente à política educacional local, investindo na retomada histórica da luta pela democratização da educação e do ensino público como serviço indispensável à construção da cidadania e à melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto de participação, ganha importância estratégica o trabalho de algumas ONGs, na posição de liderança de ações que se voltam para a melhoria da escola pública, seja no campo da defesa e efetivação dos direitos constitucionais, seja intervindo diretamente, através de ações complementares à escola, promovendo e instituindo práticas formativas e outros saberes ainda não trabalhados por ela. Dentre as ONGs com essa postura, destaco o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA e a Comunicação e Cultura, entidades de expressão no conjunto das lutas locais, desenvolvendo, cada uma a seu modo, ações voltadas para a melhoria da escola pública.

Como referência necessária à análise, apresento a seguir, uma descrição mais detalhada dessas duas ONGs, recuperando um pouco de suas histórias e formas de inserção/atuação na escola pública cearense.

3.1 O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA: gênese e trajetória de atuação

O CEDECA, como tantos outros centros de defesa existentes no Brasil, é fruto de uma articulação de entidades da sociedade civil - movimentos sociais, universidades e instituições - e parte constituinte do processo de legitimação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - processo ainda em curso, no Ceará.

Sua criação, em 1994, é precedida de um conjunto de movimentos e iniciativas comunitárias de atendimento a meninos e meninas de rua, no início da década de 80, momento em que, nacionalmente, é questionada a política de atendimento e assistência ao menor. Até então, conforme nos alerta Danziato (1998, p.61), o único direito que se tinha garantido no aparato jurídico brasileiro era, justamente, *a normalização e o disciplinamento estabelecidos para crianças e adolescentes que se encontram em dissonância em relação ao comportamento socialmente instituído*. Os direitos relativos a crianças e adolescentes discutidos em encontros internacionais, até mesmo na Declaração de 1924, não eram, então, observados nas leis brasileiras, passando a ser foco de atenção da sociedade, somente no início da década de 80, após a suspensão do clima ditatorial.

Nesse contexto, merecem destaque alguns antecedentes da luta a favor da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e do surgimento dos Centros de Defesa no Brasil e no Ceará, até como forma de se compreender os caminhos e processos percorridos para o reconhecimento social do ECA.

No cenário internacional, desponta um conjunto de mobilizações em prol da reformulação da prática jurídica e social na área da infância e da adolescência, sendo a questão da prevenção da delinquência e da administração da justiça a tônica principal do Ano Internacional da Juventude, celebrado em 1985.

Em 1984, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprova as *Regras de Beijing*, texto que contém regras mínimas para a administração da Justiça de Menores, posteriormente, reforçadas pelo Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família, que recomenda aplicação universal do texto (Costa, 1991).

Segundo Danziato (1998), a partir das mobilizações referidas, foram elaboradas duas emendas de iniciativa popular encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, com cerca de duzentas mil assinaturas de crianças e adolescentes. As emendas *Criança e Constituinte e Criança e Prioridade Nacional* foram incorporadas ao artigo 227 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, passando a criança a ser prioridade absoluta na legislação brasileira.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (Constituição Federal, 1988).

No Brasil, o presidente Fernando Henrique (FHC), em 1990, promulgou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes, aprovada na Assembléia Geral da ONU de 1989, atribuindo destaque à noção da *proteção integral*. No mesmo ano, em Brasília, acontece o *Seminário Latino Americano sobre Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, momento em que são lançadas as bases para criação de um movimento nacional de meninos e meninas de rua – MNMMR - oficialmente instituído em 1985.

O ponto culminante dessa discussão dá-se, no ano seguinte, em Brasília, por ocasião do *I Encontro Nacional dos Meninos e Meninos de Rua*, momento em que, nacionalmente, os diferentes movimentos e alternativas comunitárias ganham força, e lideranças reconhecem o momento de avançar rumo às garantias constitucionais dos direitos reivindicados.

No Ceará, esse movimento tem a liderança do NUCEPEC²⁰, da Pastoral do Menor, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, de ONGs e entidades como a OAB e outras ligadas a movimentos sociais. Incorporando-se à *Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes*, a coordenação do movimento, em Fortaleza, promove em conjunto com o *Fórum Nacional Permanente de Entidades não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente* (Fórum DCA), mobilizações no sentido de salvaguardar a inclusão de um artigo na Constituição que favoreça a causa.

Com apoio do UNICEF, discutiu-se, no Ceará, a necessidade de se ter um centro de defesa específica para a questão da criança e do adolescente, sendo criado, a partir de um projeto do então vereador Durval Ferraz, o Escritório de Defesa dos Direitos Humanos. Esse escritório de defesa aglutinava esforços conjuntos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Fortaleza, através da Procuradoria do Município, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Faculdade de Direito da UFC, num projeto de extensão do Núcleo de Ações Jurídico-Universitárias - NAJUC.

Uma das primeiras atividades do grupo, destacada por um dos fundadores do CEDECA,

[...] foi a realização de um curso com temáticas diversas divididas em três grupos: um de introdução ao Direito Civil, outro sobre o Direito Penal e um terceiro sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse processo, ganhava força no Brasil a criação de outros centro de defesa, a exemplo do que já acontecera na Bahia e em São Paulo. O objetivo era tratar, especificamente, da questão da infância e da juventude.

²⁰ O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança - NUCEPEC - é uma Organização Governamental vinculada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, que envolve trabalho de professores e alunos em pesquisa e extensão dos serviços da universidade. A Pastoral do Menor criada em São Paulo foi lançada, nacionalmente, através da Campanha da Fraternidade em 1973. Em Fortaleza, começa a funcionar, em 1986.

O *II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, em 1989, foi palco da luta seguinte em prol da regularização do artigo constitucional e da revogação do Código de Menores e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor. O Fórum DCA, junto com a Pastoral do Menor lideraram novas mobilizações, culminando com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho de 1990. A Lei 8.069/90, composta de 267 artigos, institui uma doutrina de *proteção integral* e reconhecimento da criança como *sujeito de direitos*, dando espaço a uma concepção de criança como *ser em desenvolvimento*, mudando, a partir do advento do ECA, a lógica que, historicamente, norteara a assistência à criança e ao adolescente no Brasil²¹.

É assim que, na esteira da luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do adolescente, em 1994, surge o CEDECA, como um centro de defesa que trata de questões de proteção e acompanhamento a crianças e adolescentes, tendo um diferencial em relação a outras instituições: trata, exclusivamente, de demandas de natureza coletiva, questões que, de uma maneira ou de outra, têm o Estado como autor da privação de direitos. Daí, seu ingresso no campo da educação escolar.

Fundamentada em princípios instituídos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal e no ECA, o CEDECA vem desenvolvendo seu trabalho, buscando associar *intervenção jurídica, mobilização social e comunicação para direitos*, com vistas à construção de uma sociedade que exercite plenamente os direitos humanos infanto-juvenis.

Com atuação, inicialmente só em Fortaleza, o CEDECA expande, progressivamente, sua ação para a região metropolitana e, depois, para o interior do Estado, desenvolvendo atividades a partir de quatro grandes frentes: *Proteção Jurídico-Social; Produção de Conhecimento, Educação, Direito Pra Valer e Desenvolvimento*

²¹ Recente avaliação do governo (2005) reconhece que o Estatuto da Criança e do Adolescente, implantado há anos no Brasil, ainda apresenta graves problemas em sua aplicação. Para o ministro Nilmário Miranda (Direitos Humanos), 70% das unidades de internação de jovens infratores são inadequadas. Admite que a violência entre jovens de 15 a 24 anos decorre da desigualdade social, confirmando pesquisa realizada pelo IPEA, segundo a qual a frustração e o convívio entre ricos e pobres motivam a violência juvenil e que entre os “jovens extremamente pobres (renda per capita de até 1/4 do salário mínimo), 71% são negros” (Folha de S. Paulo/SP, 2005).

Institucional. Tomando a violação dos direitos como causa, e atuando, prioritariamente, a partir da denúncia de casos graves de violações de direitos empreendidos pelo poder público, a ação dessa ONG dá-se, através de atividades de

intervenções, monitoramento e acompanhamento de ações e orçamentos junto ao poder público; capacitação de sujeitos sociais para exigibilidade de direitos; intervenções administrativas e jurídicas, através da reivindicação direta ao poder público para cumprimento de direitos e implementação de políticas públicas e intervenções legislativas e jurídicas; pressão sobre os parlamentos para a aprovação de normas e dispositivos legais de garantia dos direitos; e mobilizações junto à comunidades, no sentido de ampliar a pressão social em torno da garantia de direitos de crianças, em observância às normas legais". (Site: www/cedecaceara.org.br)

A produção de conhecimentos - pesquisas, publicações, doutrina e jurisprudência voltadas para conscientização e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes - é a segunda frente de atuação. Alinhando sua imagem ao campo da educação popular, vem direcionando o trabalho para o desvelamento da realidade social, acreditando que a sociedade civil pode produzir indicadores sobre a efetivação e eliminação da violação de direitos no Brasil.

Nessa perspectiva, tem a mídia como forte aliado, instrumento essencial para divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e de toda a problemática envolvendo o público infante-juvenil no combate à *exploração sexual, comercial e do trabalho infantil, à violência policial e ao descumprimento de direitos sociais garantidos em lei, como educação, família, saúde e lazer (Relatório CEDECA, 1997).*

Filiado à ABONG e compondo, no momento da pesquisa, a direção da Regional Nordeste III, o CEDECA está vinculada a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED, aos fóruns DCA, nacional e estadual, fóruns de entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e adolescentes e outros identificados com temáticas vinculadas a seus programas.

No campo da defesa do direito à educação, suas estratégias têm se voltado para articulação, mobilização e fortalecimento da luta a favor da democratização da educação e do ensino, tendo como diferencial a associação da mobilização social com a intervenção jurídica. Num primeiro momento, em defesa do acesso e, depois, da permanência na escola e qualidade do ensino, modificando suas estratégias ao sabor das

conjunturas sócio-educacionais e das demandas da população, com ações que vão do local ao nacional.

Sua liderança na Comissão em Defesa da Educação Pública no Ceará e sua participação na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, compondo a Coordenação Nacional e o Comitê Estadual e, ainda, sua participação em outros fóruns e atividades de mobilização voltados para a garantia dos direitos, conferem-lhe papel de destaque na produção de mobilização social, trabalho reconhecido pelo Prêmio Itaú-UNICEF na categoria *mobilização pela educação*, em 1997.

O desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de planejamento e gestão institucional constituem preocupação central na vida da organização. Sobrevivendo quase que exclusivamente da colaboração de fundos internacionais (Fundo governamental holandês - NOVIB, Cordaid e apoiadores do porte da instituição WCF do Brasil e da Misereor - Alemanha e outros), a ONG é estruturada por um quadro de sócios de mais de 50 pessoas da cidade de Fortaleza, de um Conselho Fiscal e de um corpo executivo de funcionários não sócios, para possibilitar o controle externo do trabalho desenvolvido. Frente à crise de auto-sustentabilidade que envolve as organizações sociais do país, inclui em suas preocupações a questão do financiamento e da autonomia.

Seu coordenador, admitindo mudanças no perfil do financiamento das ONGs, decorrente de mudanças na colaboração internacional, da ascensão da política de financiamento estatal e do viés assistencial presente na política social do país, reconhece que essa questão interfere diretamente na autonomia dessas instituições, sendo esse um dos desafios a ser enfrentado por todas as ONGs, no futuro. Frente a isso, conforme declarações de um de seus técnicos, o CEDECA busca dar visibilidade à sua prática social,

alinhando o foco e o ritmo de sua ação, enquanto órgão de defesa, sem eximir-se de atuar em outros espaços que lhe oportunizem participar, influenciando mudanças na formulação e execução de políticas sociais cada vez mais universalizantes.

Compreendendo a educação como importante instrumento de articulação e difusão de uma nova visão de mundo, *meio indispensável para a universalização da dignidade*, o CEDECA assume a defesa da educação e da consciência de justiça social

como desafio, fazendo valer sua intervenção junto a grupos e movimentos populares do Estado. Comprometida com uma proposta político-pedagógica afinada com a perspectiva de construção de uma democracia participativa e elegendo como meta uma *educação pública e de qualidade social para todos*, define-se como ONG do campo democrático, incorporando a sua prática social elementos originários do campo da educação popular.

Uma periodização de sua trajetória construída em função do tipo, formas e âmbitos de atuação, nesses dez anos de existência, sugere uma primeira fase, que vai da sua criação até mais ou menos o início dos anos 2000, seguida de uma outra ainda em curso.

A primeira, caracterizada pela ênfase em ações pontuais voltadas para a divulgação e legitimação do ECA (1990), caracteriza o caráter do *denuncismo* mais presente no início do diálogo com o poder público governamental, intensificado, na fase seguinte, com a incorporação da produção de mobilizações sociais, com maior ênfase na

formação e fortalecimento de redes, fóruns, atividades de lobby e pressão política (advocacy), comunicação na mídia e meios alternativos para divulgação de direitos e estímulos ao protagonismo social das comunidades vítimas de violação de direitos (Informação Verbal).

intensificando, assim, sua atuação no campo do fomento, monitoramento e controle das políticas públicas.

Tomando como base dados colhidos em relatórios e entrevistas com alguns de seus representantes, mostramos, a seguir, a descrição das principais atividades, seguidas de ações de sua segunda fase, aqui identificada como momento de ampliação e diversificação de metas e atividades.

3.1.1 Primeiras atividades (1994 - 2000)

No que considero sua primeira fase, o CEDECA pautou sua ação num conjunto de atividades organizadas em múltiplas frentes. Com um raio de atuação ampliado - envolvendo desde crianças e adolescentes em atendimento direto, movimentos sociais e comunitários, até dirigentes do poder público, operadores do direito, fóruns e articulações da sociedade civil organizada - elege como principal interlocutor o poder público, no intuito de pressioná-lo, fazendo valer direitos infanto-juvenis garantidos em lei. Assim, em suas ações voltadas para a garantia do *direito à vida, à integridade física, à saúde, à dignidade, ao respeito ao lazer e à convivência familiar e comunitária e à educação*, articula processos de mobilização e capacitação, promovendo ações no campo da *ação jurídica e da conscientização de grupos*, num processo de formação de sujeitos políticos orientados por um projeto educativo calcado nas bases de uma educação popular.

A defesa da educação, através do programa, *Educação Faça Valer Esse Direito* (1995), promove entre pais e comunidade a *consciência do direito e dever de colocar todas as crianças na escola* (Relatório, 1997), a partir de uma metodologia de trabalho que une mobilização a capacitação de lideranças comunitárias, através de campanhas em bairros da periferia de Fortaleza. Em função disso, busca articulação com outras ONGs, tendo como importante parceira, nessa fase, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Herbert de Sousa, que atua na área do grande Bom Jardim, populoso barro da zona norte de Fortaleza, com quem partilha uma metodologia de trabalho para suprir uma demanda específica da falta de vagas em escolas da periferia. Um de seus primeiros desafios foi vencer o argumento do poder público de que havia vagas, os pais é que não procuravam, o que implicava responsabilizá-los. Isso obrigou o Ministério Público a intervir no processo.

Após atividades de mobilização, em que eram usados diferentes recursos de divulgação - carros de som, bonecos gigantes, cartazes, avisos em missas e rádios comunitárias, atividades circenses - foi discutido com a comunidade interessada o sentido do Estatuto da Criança e do Adolescente, as conquistas legais, o significado do direito à educação, orientando-a, através de oficinas sobre o direito de petição e suas diferentes utilizações. O passo seguinte consistiu-se no cadastramento de crianças fora

da escola, quando foram espalhadas em pontos estratégicos de diferentes bairros - escolas, igrejas e associações de moradores - bancas de cadastramento de crianças sem atendimento escolar, para qualificar a demanda, no intuito de solucionar o problema, garantindo os direitos previstos na lei.

Afirmando-se, num primeiro momento pelo embate a favor do acesso à escola, a discussão da qualidade do ensino, iniciada pelos aspectos da estrutura física, da composição da grade escolar e da formação dos serviços oferecidos, amplia-se numa ação conjunta com outras entidades, trabalhando a concepção de educação integrada a outros direitos. Bom exemplo disso foi a luta pela aquisição de medicamentos para crianças de escolas públicas de Fortaleza que necessitavam de remédios importados ou de alto custo, exigindo-os do poder público, conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (Relatório,1997).

Pelo empenho, visibilidade e importância da luta empreendida em favor da garantia do acesso à escola, esta acabou tornando-se uma espécie de porta-bandeira da ONG, embora não seja essa sua única prioridade. Ao lado, e convivendo com campanhas de mobilização pela educação e escola, outras frentes de atuação fizeram-se presentes no cotidiano da organização. Suas prioridades foram, inicialmente, a divulgação do ECA, *o fortalecimento do Fórum DCA, o combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, a defesa jurídica e o acompanhamento do orçamento público*, embora outras atividades ganhassem visibilidade, demarcando sua atuação como Centro de Defesa Jurídica.

O relatório de 1997 detalha bem as atividades realizadas nesse período, momento que coincide com a implementação do estatuto. Dentre elas, destacam-se: a defesa jurídica contra algumas atrocidades cometidas contra adolescentes - o caso da chacina na favela Pantanal; o caso Pirambu, em que a ONG atua como assistente do Ministério Público no assassinato de um adolescente por um policial; a organização de um banco de dados sobre homicídios de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Fortaleza; o combate à prostituição infantil, através do Projeto SOS - Disque Denúncia Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em que a ONG é escolhida para ser o receptor das denúncias recebidas pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente); atuação na *Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes no*

Turismo Sexual; o *Projeto Advoga Criança* – em que os Centros de Defesa e a Intervenção Jurídico Social na Garantia dos Direitos Infanto-Juvenis desenvolvem trabalho de monitoramento da aplicação das medidas sócio-educativas previstas no ECA, através de visitas a educandários de menores infratores como o Centro Educacional São Miguel; a busca de articulação com fóruns; articulações com a Associação Nacional dos Centros de Defesa, ANCED. Essas são algumas das atividades, nesse período, além da já anunciada campanha *Educação Direito Pra Valer*, com atuação em vários pontos da cidade (Relatório anual, 1997).

Os órgãos públicos violadores dos direitos passam a ser local para onde são dirigidas as pautas reivindicatórias do CEDECA, sendo, efetivamente, o poder público (executivo e judiciário) seus principais interlocutores.

Apesar da prioridade discursiva do MEC e das secretarias de Educação dos estados e municípios declararem compromisso com a democratização da educação e do ensino público, no Ceará, dados relativos ao baixo desempenho e precariedade do serviço escolar determinam e fortalecem a atuação do CEDECA no campo da defesa da educação, conforme sintetiza seu slogan, *Educação, faça valer esse direito*.

A década de 90 é marcada por grandes indefinições em relação às atribuições das esferas governamentais, destacando-se dentre elas a que anuncia a retirada do ensino infantil das escolas estaduais, ao mesmo tempo em que são divulgadas vagas ociosas na rede municipal de ensino.

Sobressaindo-se como um problema a mais no cenário educacional de Fortaleza, em 1997, o programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED-UFC), em parceria com o CEDECA e outras entidades do Movimento Popular de Fortaleza promove o *I Seminário: Acesso à Educação de Qualidade: realidades e perspectivas*. Ao final de três dias de discussão de que participaram representantes dos organismos estaduais e municipais de ensino, ONGs e movimentos sociais envolvidos com a causa da educação pública, o Seminário aprovou propostas gerais e específicas, que foram dirigidas às autoridades competentes, delineando preocupações, tanto com *o acesso, quanto com a qualidade da educação* oferecida à população.

Em atendimento aos objetivos propostos, o seminário conduziu a efetivação de compromissos e a realização de encontros periódicos, resgatando a idéia de criação do Fórum em Defesa da Escola Pública e da organização de uma Conferência Municipal de Educação. Constituindo-se um marco importante na luta em defesa da educação e da escola pública, no Estado, esse seminário trouxe importantes contribuições, fortalecendo e aglutinando um conjunto de lutas que iriam ter continuidade na organização de entidades civis, governamentais ou não, redundando na criação da Comissão Interinstitucional de Acompanhamento à Matrícula Única (1997), transformada, depois, na Comissão de Defesa do Direito à Educação.

O município de Fortaleza, por apresentar maiores fragilidades no atendimento ao público escolar, tornava-se alvo da interlocução da Comissão (CEDECA) que, contando com a ajuda da mídia, acompanhava *pari passu* o processo. Conforme Mesquita (2002), parte dessas dificuldades provinha da inexistência de vagas e das modificações das políticas de atendimentos de cada governo.

Nos últimos anos - que compreenderam os governos do PMDB (1991 a 1992, 1º governo do prefeito Juraci em substituição a Ciro Gomes; 1993 a 1996 - período da administração Cambraia; 1997 a 2004 - 2º mandato do prefeito Juraci Magalhães) - havia basicamente dois tipos de convênios: o de apoio comunitário e o de co-gestão. O primeiro, mais antigo, era celebrado com associações comunitárias e a prefeitura. A prefeitura oferecia professores, funcionários e merenda escolar e a associação oferecia o prédio e a coordenação da escola. No convênio de co-gestão, desativado a partir do FUNDEF, a Prefeitura repassava recursos, estabelecendo um valor-aluno à entidade conveniente, que se responsabilizava por tudo, inclusive pela contratação de professores, conforme se vê no termo de Convênio para fins de prestação de serviços (Mesquita: 2002, p. 98).

A problemática da falta de vagas e da qualidade do serviço escolar posta em evidência na realização da experiência de matrícula única, em 1999, sedimentou uma frente de luta a favor da defesa da escola que, reforçada pela campanha nacional, *Toda Criança na Escola*, determinou uma atuação mais intensa da sociedade civil, fiscalizando e fazendo valer a exigibilidade do direito previsto, constitucionalmente (Relatório da Comissão de Acompanhamento ao Processo de Matrícula Única em Fortaleza, 1999).

Explicitada a fragilidade do sistema público de ensino - deficiência de vagas e precárias condições de funcionamento e/ou ausência de serviços essenciais, como água, banheiro, livros, bibliotecas, abria-se, então, espaço para discussões, mobilizações, denúncias e encaminhamentos de pleitos e reivindicações por parte da Comissão de Defesa da Educação e de entidades da sociedade civil preocupadas com a temática.

A discussão se estabelecia, de um lado, com as entidades denunciando o problema da falta de vagas e, de outro, o poder público tentando mostrar que existiam vagas ociosas. O discurso oficial avaliava positivamente o processo de matrícula única, enquanto a Comissão - ONGs e outras instituições - criticavam e acionavam juridicamente o Estado, visando garantir o direito dos estudantes prejudicados que, à época, encontravam-se fora da escola.²²

Com o advento do Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério - FUNDEF, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza reorienta a política de atendimento escolar, promovendo modificações em sua política educacional. Desarticula os polêmicos convênios de *co-gestão* com a rede privada e comunitária de ensino e recorre à política de criação dos *anexos*, ainda em funcionamento na rede municipal²³. Essas escolas, incorporadas à rede pública municipal na condição de anexos, trazem um complexo quadro de problemas, afetando o já comprometido sistema educacional. Com isso, abre-se um novo filão na polêmica discussão da sociedade civil com o Estado, orientando a luta, agora, para a questão da qualidade do serviço oferecido pelas escolas.

Em 1998, o CEDECA, em parceria com comunidades de bairros populares, realiza um levantamento da situação das escolas anexas em diversas áreas da cidade, constatando, nesses estabelecimentos, condições de absoluta precariedade. No ano

22 Divulgando o trabalho do CEDECA, reportagem de um jornal local, O POVO anuncia: “A juíza Alda Maria Holanda, do Juizado da Infância e da Juventude do Ceará, acatou, na segunda-feira passada (7), pedido de liminar, requerida por meio de ação civil pública, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA - CE), determinando que a Prefeitura de Fortaleza matricule, excepcionalmente, em escolas particulares, as crianças das escolas municipais Marieta Cals e Francisco de Andrade Teófilo Girão, que estão desde o início do ano sem aulas. As aulas foram suspensas em razão de problemas de espaço físico. A liminar determina que as crianças comecem imediatamente a estudar nos próprios estabelecimentos de ensino, ou ainda em escolas particulares próximas às suas residências. As despesas deverão ser custeadas pelo Município, que deverá garantir também o transporte escolar” (Jornal O POVO, 1986).

23. Segundo dados de 2005, o sistema público de ensino que atende à cidade de Fortaleza é composto de duas redes: municipal e estadual. A primeira, legalmente, responsável pelo ensino fundamental e educação infantil, compreende um complexo de 222 escolas patrimoniais, 114 anexos e 72 creches conveniadas (57 municipais e 15 privadas).

seguinte, como tal política de atendimento foi reeditada pela Prefeitura de Fortaleza, o CEDECA volta a visitar as escolas, dessa vez, nas comunidades do Parque Genibaú e do Serviluz, onde, com a participação dos moradores, desenvolve pesquisa com o objetivo de levantar dados relativos ao funcionamento geral das escolas, elaborando, a seguir, um quadro detalhado da estrutura física e das condições didático-pedagógicas das escolas, nos dois bairros.

A pesquisa revelou um quadro caótico no atendimento escolar, suscitando discussões e encaminhamentos futuros para a atuação do CEDECA. Frente aos problemas detectados na escola e à ausência de um compromisso efetivo do poder público, na busca de superação de tais problemas, novas pesquisas são realizadas, registradas e publicizadas, através de seus relatórios (1999, 2000 e 2003), como forma de denunciar a precariedade do sistema escolar. Pelo teor dos documentos, pode-se avaliar a gravidade das denúncias:

[...] o Estado do Ceará se orgulha de ter matriculado com a campanha Toda Criança na Escola, 97% das crianças em idade escolar. Esquece, porém, de se perguntar em que escolas e em que condições. O que fica claro, portanto, é que a realidade educacional no município é muito diferente da propaganda veiculada pela Prefeitura de Fortaleza, responsável pelos anexos, e que a falta de vontade política e a escassez de recursos aplicados na área se reflete de maneira desastrosa na qualidade do ensino ministrado em nossas escolas (Relatório das escolas anexas dos Bairros Genibaú e Serviluz. Fortaleza, agosto de 1999).

O CEDECA assume um lugar estratégico na Comissão Interinstitucional de Acompanhamento da Matrícula na Rede Pública de Fortaleza hoje, com o nome de Comissão de Defesa do Direito à Educação²⁴. Liderando o processo, articula outras entidades que passam a compor um grupo mais amplo de organizações -

²⁴ Essa Comissão, em funcionamento, desde 1997, era integrada pela Comissão de Educação da Câmara Municipal de Fortaleza, pelo Ministério Público e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Tomando como base os debates realizados no *Seminário Acesso à Educação de Qualidade: realidades e perspectivas*, realizado em parceria com a FACED/UFC e os resultados apresentados por pesquisa do CEDECA sobre a situação de 12 escolas visitadas no decorrer da *Campanha Educação Faça valer esse Direito*, foi montado um plano de trabalho, tendo em vista solucionar os problemas na rede de ensino público. À Comissão agregaram-se novas instituições: o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (COMDICA), os Conselhos Tutelares I e II, a Fundação da Criança da Cidade (FUNCI), a Secretaria de Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente, o SINDIUTE, o Sindicato APEOC, a CUT, a Faculdade de Educação da UFC, o Centro de Educação da UECE e as assessorias dos deputados Artur Bruno e Luizianne Lins.

governamentais, não governamentais, entidades sindicais, estudantis e comunitárias - constituindo e liderando uma rede de movimento de defesa da educação pública.

A primeira década do século XXI, que coincide com a elaboração do Plano Trienal dessa ONG para o período 2001-2003, traz-lhe novas frentes de luta no campo da educação. Com preocupações, quanto ao processo de avaliação institucional como forma de reorientar suas atividades na produção de um maior impacto junto aos grupos trabalhados, mantém o objetivo de ampliar o alcance dos programas em defesa da exigibilidade dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, articulando e acrescentando intervenções em novos âmbitos e níveis de atuação.

3.1.2 Novos caminhos percorridos: da mobilização local às estratégias de ação global (2000 - 2004)

Organizando-se em várias frentes de luta, o novo século traz ao CEDECA articulações e estratégias renovadas de ação, propondo questões e novos desafios no quadro da democratização da educação. O *Programa Educação de Qualidade: exija esse direito*, carro chefe na luta pela efetivação dos direitos a uma educação referenciada socialmente, assume lugar de destaque na organização.

Compartilhando com setores da sociedade civil - partidos, sindicatos classistas, ONGs locais e nacionais - um espírito de resistência ativa às propostas neoliberais, o CEDECA toma como foco principal de atuação a *violação do direito, o controle e a fiscalização das políticas públicas universalizantes*, transformando necessidades e carências sócio-educacionais em agendas políticas (Comissão de Defesa do Direito à Educação, Relatório, 2003).

Nesse sentido, três acontecimentos marcam sua área de atuação: um é a intensificação dos processos de mobilização e articulação política, através da Comissão de Defesa do Direito à Educação em Fortaleza; outro é seu engajamento na Campanha Nacional por esses mesmos direitos e sua participação na coordenação do comitê estadual; e o terceiro é sua inserção e engajamento em áreas específicas de atuação,

promovendo fóruns de educação nos bairros da periferia - primeiro no Passaré (FEP) e, depois, na praia do Futuro (FEPRAF).

Somando lutas localizadas de encaminhamento prático junto a órgãos governamentais locais - SEDUC/CREDE, COEDUC e suas Regionais – a estratégias nacionais em que figuram bandeiras de luta no plano das decisões macro-estruturais e inserção em atividades internacionais, como as da Semana da Ação Global²⁵, o CEDECA vem equilibrando suas atividades, configurando mudanças em sua trajetória de atuação, agora ampliada pela articulação de lutas locais a estratégias nacionais.

Com participação em “chamadas” e divulgação de matrículas, dedicando especial atenção ao acompanhamento à rede de escolas públicas de Fortaleza - pesquisando e denunciando junto aos órgãos competentes e à sociedade em geral, as condições e fragilidades do sistema de ensino local - o CEDECA tem a Comissão de Defesa do Direito à Educação como importante frente de luta. Com e através dela, transpõe a disputa do terreno puramente jurídico-constitucional para o âmbito da luta social, ampliando seu raio de atuação.

Nesse sentido, algumas atividades sobressaem-se no rol das ações da ONG, nessa nova fase, com destaque para a formalização de denúncias junto a conselhos e órgãos de instâncias normativas - Conselho Estadual de Educação, Comissão de Educação da Plataforma de Direitos Humanos Econômico-Sociais e Culturais do Brasil (Plataforma DhESC Brasil)²⁶, promoção de audiências públicas e debates na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e outros fóruns, em busca de uma maior atenção do poder público para a qualidade do serviço escolar, especialmente das escolas anexas .

A experiência de apoio à luta de defesa dos direitos junto a grupos vulnerabilizados da periferia de Fortaleza, constitui outra importante tarefa desenvolvida pelo CEDECA, na área de educação. Como atividades que buscam tornar públicas discussões estruturadas em função de demandas localizadas, a organização e

²⁵ A Semana de Ação Global é uma iniciativa que compõe os eventos do Grande Loby pela Educação Pública em todo o Mundo e constitui-se de atividades de mobilização, pesquisas em escolas como o *Mapa das crianças, Jovens e adultos Fora da Escola*.

²⁶ A política de anexos foi instituída pela prefeitura de Fortaleza, em 1997 como condição para acolher alunos, anteriormente, atendidos pela experiência que manteve com escolas comunitárias, através de convênios de “co-gestão”. Apesar de ser prioridade da atual administração a desativação progressiva desses anexos, a rede municipal ainda conta, hoje, com 114 escolas anexas num conjunto 336 escolas municipais, encontrando-se estes em precárias condições físico- sociais e didático-pedagógicas.

realização dos Fóruns em Defesa da Educação - primeiro, na região do grande Passaré e, depois na Praia do Futuro - possibilita o diálogo de comunidades carentes com o poder público, em uma instância de organização que articula expectativas de pais e lideranças comunitárias com a oferta do serviço escolar, gerando um potencial mobilizador de forte conteúdo pedagógico.

À época, com um contingente populacional superior a trinta mil habitantes e previsão de, aproximadamente, oito mil crianças e adolescentes para apenas uma escola - *Escola Integrada Dois de Maio* - e alguns anexos da rede municipal de ensino, o trabalho no grande Passaré, como é chamada aquela região de Fortaleza, caracterizou-se por uma luta articulada, tendo em vista superar as precárias condições de vida e a falta de equipamento escolar, tendo o Fórum de Educação do Passaré - FEP²⁷ - como instância de organização e condução das pautas reivindicatórias.

Avaliado positivamente, o Fórum chegou a congregar cerca de dezessete entidades comunitárias, resolvendo, assim, parte das carências, relativas a vagas em escolas mais próximas, pela aquisição de uma unidade escolar de grande porte, obtendo, ainda, com apoio do CEDECA, financiamento para instalação de uma rádio educativa na comunidade, servindo como referência para aplicação da experiência em outros bairros²⁸.

A rigor, o Fórum de Educação do Passaré - FEP - possibilitou a articulação de comunidades organizadas, propiciando o desenvolvimento de um trabalho comunitário, a partir de um diagnóstico da realidade educacional na área. Um conjunto de vinte e quatro reuniões ordinárias do FEP, audiências com o secretário da Regional VI, com a Coordenadoria da Educação Municipal (COEDUC) e com a Secretaria de

27. O grande Passaré compreende os bairros localizados, geograficamente, entre as avenidas Paranjana e Perimetral, sendo composta pelas comunidades Jardim União I e II, Riacho Doce, Sítio Guarani, Nova Descoberta, Amor Doce. A construção da escola EPM Raimundo de Moura Matos foi a grande conquista do Fórum do Passaré. Construída em local acessível à população de toda a área, hoje, atende cerca de 1000 alunos do ensino fundamental nos três turnos. Além desta, quatro outras escolas anexas foram criadas na região, oferecendo 300 vagas para crianças do nível de educação infantil, além da ampliação da *Escola 2 de maio* que passou a atender também o nível médio.

28 A Rádio pela Educação no Passaré - REP - patrocinada pelo Fundo NOVIB - Fundo para Apoio a Pequenos Projetos Comunitários em espaços onde suas contrapartes atuam - prevista para o primeiro semestre de 2002, foi inaugurada, em 24/07/2004, momento em que o CEDECA apresentou suas despedidas, entregando à comunidade o serviço de rádio, antecedido de uma capacitação para utilização e montagem da programação. Participaram desse evento o coordenador Renato Rosendo, técnicos da assessoria e assessores comunitários do CEDECA e representantes do Fórum e entidades a ele vinculadas. Em suas falas, fizeram uma avaliação da caminhada, recuperando aspectos da luta e reconhecendo a importância do papel da ONG no processo (Informativo CEDECA, 2004).

Educação do Ceará (SEDUC) fez parte do trabalho coletivo, que obteve como maior vitória a construção da escola Municipal Raimundo de Moura Matos.

O início da construção dessa escola (maio de 2001), constantemente acompanhada por lideranças locais, foi antecedida por um conjunto de articulações, reuniões e mobilizações em que o CEDECA se fez presente, sempre como membro do fórum, em estímulo ao protagonismo da própria comunidade (Relatório, 2001).

Na opinião de técnicos da organização e de algumas lideranças do Fórum, embora persista o quadro deficitário de equipamentos escolares, frente à grande demanda da região, os resultados do trabalho coletivo foram satisfatórios. Reconhecendo que o movimento teve momentos de *altas e baixas*, com participação variada de entidades e ações, quase sempre centralizadas em algumas pessoas. Na análise de técnicos do CEDECA, a experiência partilhada com o movimento comunitário, apesar de bem sucedida, apresentou algumas deficiências, em geral decorrentes da necessidade de uma maior articulação interna e de um maior tempo de dedicação ao Fórum, desafio adiado ou transferido para as lideranças envolvidas, dado o ativismo do trabalho e a emergência de demandas, em novas áreas, como as das comunidades da Praia do Futuro.

O trabalho do CEDECA nessa área, iniciou-se, em 2002, em atendimento às demandas das comunidades 31 de Março, Luxou, Cocos, Embratel, Caça e Pesca e representantes da comunidade Nossa Senhora Aparecida, no Papicu. Ainda em fase de consolidação à época da pesquisa, o Fórum em Defesa da Educação na Praia do Futuro - FEPRAF - faz-se presente em movimentos mais amplos, em torno da conquista da escola.

Com reuniões sistemáticas e atividades de mobilização em cada comunidade, o fórum tem como meta a ampliação da participação e a produção de um diagnóstico educacional participativo na área, visando garantir o direito à escola. Nessa perspectiva, o CEDECA, conforme destaca um dos participantes do FPRAF, ao mesmo tempo em que *fornece orientações jurídicas e pedagógicas para a condução do trabalho no bairro, traz para as comunidades informações referentes às lutas mais amplas*, vinculadas à Comissão Estadual ou à Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Como o próprio nome sugere, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é uma rede de organizações, agências de cooperação e movimentos sociais articulados em função da luta pela democratização da educação. Seu principal objetivo é recuperar o conceito de educação, enquanto direito social, disseminando amplamente, através de um conjunto de atividades de mobilização, pesquisas, campanhas e *lobbys* políticos, os ganhos constitucionais presentes na Constituição e na legislação educacional brasileira, e em acordos internacionais.

Originária de uma iniciativa internacional, articulada a partir da Declaração Mundial da Educação (1990), com adesões crescentes em todo o território nacional, vem desenvolvendo amplo trabalho de mobilização social, tendo como meta a garantia do *acesso a uma escola pública de qualidade a toda a população* (Informativo da Campanha, 2003). A perspectiva é chamar atenção para a necessidade urgente de mais investimento na educação básica, pressionando o Congresso e o Governo brasileiro para o aumento dos recursos públicos e condições com vistas a efetivar direitos educacionais previstos em lei, garantindo um ensino de qualidade a todos os segmentos sociais.

Articulada a outras campanhas e movimentos sociais internacionais - como a Campanha Global pela Educação, iniciativa vinculada à Cúpula Mundial de Educação em Dakar (2000) e à Semana de Ação Global, desenvolvida pela UNESCO (EPT), a Campanha tem se notabilizado por intervir mais diretamente no campo do financiamento da educação, tomando para si as seguintes bandeiras:

- *derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação - obstáculo ao aumento do financiamento dos atuais 4,7 para 7% do PIB ;*
- *cumprimento da lei do FUNDEF que desde de 1988 não vem sendo respeitado;*
- *criação do FUNDEB (fundo para toda a educação básica), tendo como base o custo aluno-qualidade ou seja recursos suficientes que possibilitem a efetivação dos direitos educacionais garantidos em lei; e*
- *fim da Desvinculação dos Recursos da União - DRU - e ampliação dos recursos por meio de uma reforma tributária que contribua efetivamente para a distribuição de renda no país (Campanha Nacional, 2004).*

Ao concentrar ações na luta pela derrubada dos vetos presidenciais, que impedem a ampliação de recursos para a educação e a sustentabilidade do Plano Nacional de Educação - PNE - recém-aprovado, o CEDECA investe na construção de uma frente de luta, mobilizando e articulando novas adesões locais, em reforço ao processo de mobilização coordenado pela Campanha Nacional.

Com penetração em todo território nacional, a Campanha Nacional ganhou adesão do CEDECA no ano 2001, quando, junto com outras entidades cearenses²⁹, passou a fazer parte do Comitê Estadual. À frente desse Comitê, o CEDECA vem articulando uma agenda de debates e iniciativas voltadas para divulgação e remoção dos vetos ao Plano Nacional de Educação, envolvendo-se, mais recentemente, em atividades no sentido de viabilizar discussões sobre o *custo-aluno-qualidade*, mediante oficinas com especialistas, audiências e debates abertos ao público, produção de documentos e encaminhamento de propostas ao executivo e legislativo federais³⁰.

Engaja-se, também, na diversificada agenda da Semana da Ação Global (2002/2003) e em outros eventos da Campanha Nacional, com quem passa a desenvolver pesquisas e diagnósticos voltados para a melhoria da qualidade do ensino, ampliando e redimensionando sua ação e relação com a escola pública cearense.

Como todo trabalho de ONG do tipo *advocacy*, a eficácia do CEDECA está relacionada à ação de outras organizações e movimentos sociais, dando-se, através de redes e coalisões. Nesse sentido, é pouco prudente afirmar que os resultados de seu trabalho decorrem do esforço próprio, uma vez que caracteriza uma rica mistura de estratégias com outras agências de educação e movimentos sociais, numa linha de confronto e debate público. Apesar do ativismo que lhe é peculiar, muitas de suas atividades são tributadas ao conjunto da luta coletiva que, em Fortaleza, tem se constituído uma ação de longo prazo.

²⁹ No Ceará, além do CEDECA, compõe o Comitê Estadual o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual do Ceará - UECE, a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-CE, o Centro de Defesa e Valorização da Vida Herbert de Sousa - CDVHS e a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC.

³⁰ Ver documento *Construindo cenários de Custo Aluno Qualidade* de José Marcelino de Rezende Pinto, Professor da FFCLRP - USP, Campus de Ribeirão Preto. Email: jmrpinto@ffclrp.usp.br.

Embora já possam ser computadas mudanças no campo da garantia do acesso de crianças e adolescentes à escola, muito ainda há que ser feito no sentido de concretizar a democratização da educação e do ensino público.

Assim, além do papel de controle e fiscalização de políticas públicas, sob o argumento da exigibilidade dos direitos à educação para crianças e adolescentes, o CEDECA contribui com a criação de novas agendas de discussão e atividades junto a escolas, embora não possa ser qualificada como ONG de ação complementar, característica predominante na segunda ONG – Comunicação e Cultura - objeto desta análise.

3.2 A Comunicação e Cultura e sua ação complementar à escola: perfil institucional, programas, relações e rotinas

A segunda organização analisada neste estudo é a Comunicação e Cultura. Como já foi indicado, anteriormente, define-se como uma organização privada, com interesse público e ampla inserção em escolas. Originária do campo da educomunicação, tem como característica central o desenvolvimento de ações conjuntas com escolas, a partir do trabalho com jornais escolares, o que lhe confere possibilidades concretas de influenciar no desenvolvimento curricular, assumindo também um papel de importância na produção de mobilização e organização coletiva na escola e na comunidade do entorno.

Declarada de utilidade pública, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social e no Fichário Central de Obras Sociais (Ceará), essa ONG tem como missão

[...] promover atividades educacionais e projetos de desenvolvimento social voltados para jovens de baixa renda, direcionando sua ação para a defesa dos direitos da infância e da adolescência e para formação da cidadania.

O compromisso com uma educação para a participação e busca de informações para uma atuação coletiva e cidadã tem se constituído metas da organização, que toma a escola como lócus central de sua ação.

Construindo-se como ONG de educação, sua atuação, que se dá, através do desenvolvimento de um programa composto de três projetos, pode ser caracterizada, a partir das seguintes características: a) utilização da força do jornal para fortalecer a participação social e o protagonismo juvenil; b) uso do jornal como instrumento pedagógico para ser trabalhado em sala de aula; c) iniciação de um processo de qualificação, apresentando aos jovens técnicas de produção de jornais, além de contribuir metodologicamente com a escola, inovando e sugerindo novas estratégias pedagógicas ao professorado envolvido.

Sua imersão na rede pública de ensino, a partir da prática de parcerias com secretarias de educação e amplo leque de organizações privadas - ONGs, fundações, institutos e outros - tem lhe credenciado um perfil empreendedor, sugerindo um mergulho em sua trajetória que, inevitavelmente, está vinculada à história de seus atores.

3.2.1 Um pouco de sua história

Criada, na década de 80, a partir da iniciativa de um grupo de educadores, seu líder fundador - um argentino com experiência na área de comunicação social e ideário comprometido com ações no campo da educação popular - iniciou suas atividades no Ceará, colaborando com a publicação de jornais comunitários, a partir de um convite da Associação dos Moradores do Mucuripe, importante bairro popular de Fortaleza.

A partir dessa experiência e de outras pesquisas na área, em junho de 1991, esses educadores lançam seu primeiro projeto - *Jornais Comunitários Associados* - iniciativa voltada para facilitar a publicação de jornais populares editados na Região Metropolitana de Fortaleza, prática, posteriormente, reconhecida no processo de mobilização da população organizada dos bairros. Por aglutinar o público-alvo de sua

ação - jovens provenientes da população de baixa renda - a escola, passa a ser o lócus seguinte de sua atuação.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069, de 13 de julho de 1990), a implantação dos Conselhos Tutelares e a existência de uma maior abertura da escola para a comunidade, com a criação de Conselhos Escolares e demais canais de participação, favorecem a articulação e parceria dessa ONG com o poder público, com quem passa a interagir, favorecendo sua intervenção junto a redes de ensino público no Estado.

Orientada pelo desejo de contribuir com a formação para cidadania e democracia, o trabalho dessa ONG volta-se para a criação de grupos de jovens organizados em torno da elaboração de um jornal estudantil, com autonomia e identidade própria. A perspectiva da organização é possibilitar a esses jovens o desenvolvimento de uma consciência cidadã, pelo exercício da autonomia, tomando a liberdade de expressão e o protagonismo juvenil como princípios básicos (Relatório de Atividades, 2003).

Assim, compreendendo o jornalismo como um *esforço da humanidade para uma convivência pacífica entre os homens*, elegem o jornal impresso como espaço de comunicação entre os jovens, buscando prepará-los para o *desenvolvimento das habilidades requeridas a um jornalista e para edição de um jornal comunitário na escola* (Folha Educativa, Série Clube do Jornal, n. 31).

Seguindo um código de ética pautado na *pluralidade, transparência e qualidade da informação*, concebem o trabalho do jornalismo escolar, a partir de três temáticas: *direitos humanos, educação e escola*, contribuindo com novos enfoques, introduzindo a prática do jornalismo escolar.

O primeiro projeto, *Clube do Jornal é o carro-chefe da organização*. Iniciando com um número reduzido de escolas, sua meta é facilitar, assessorar e estimular os jovens a criarem um veículo de comunicação próprio: um jornal estudantil inteiramente assumido pelos alunos, sem interferência da administração da escola.

De 1991 até 1994, manter e ampliar o número de Clubes do Jornal foi a preocupação central da organização que, à época, sobrevivia com recursos provenientes

de instituições privadas - nacionais e internacionais - sem nenhuma parceria formalizada com a escola ou com o sistema público de ensino.

Ajudada pelo contexto, em que as políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes são tidas como insatisfatórias e em que as políticas sócio-educacionais acenam para uma nova concepção de *criança e escola cidadãs* (Paro, 2001), a Comunicação e Cultura reorienta suas atividades, oficializando-se como ONG de ação complementar à escola.

Seu segundo projeto, *Jornal Primeiras Letras*, voltado para crianças menores, nasceu de uma experiência realizada na Escola Paroquial Trilho I, no Bairro de Fátima, em Fortaleza, no ano de 1995. Segundo informações de um de seus diretores, Daniel Raviolo, esse projeto foi concebido a partir da descoberta dos professores dessa escola, de que um jornal poderia ser *uma interessante maneira de estimular a participação dos alunos das séries iniciais, uma vez que promoveria o desenvolvimento da oralidade, da escrita e da leitura*. A ONG, então, incorporou essa nova tarefa à sua proposta, dispondo-se a disseminar a experiência em outras escolas da rede pública estadual de ensino.

Assim, por acreditar que contribuiria com o processo de ensino-aprendizagem, a ONG passa, então, a publicar, além dos jornais juvenis, produções exclusivas de crianças, editadas pelos professores do 1º ao 3º ciclos de ensino (antigas 1ª a 6ª séries) da rede pública, assumindo como tarefa a orientação do trabalho dos professores que coordenavam a edição de jornais com textos e desenhos dos alunos de todo o contingente de escolas conveniadas (Raviolo, Lira e Mota, 2001).

Um balanço, após dez anos de criação, aponta para sua inserção num quantitativo de oitocentos e trinta e seis (836) escolas da rede pública, aproximando-se, em 2003, da meta prevista que era implantar, até 2005, o jornal em 1000 escolas públicas de ensino fundamental no Ceará.

Nessa trajetória, sempre marcada pela busca do diálogo com outras organizações privadas e estatais, surgem novos projetos e atividades. Assim, é criado, como desdobramento de um das editorias do Clube do Jornal, um terceiro projeto que, em sintonia com o protagonismo juvenil, volta sua ação para formação de educadores sociais, a partir da metodologia de educação entre pares. Propondo-se capacitar educadores populares para trabalhar com grupos de mulheres e jovens da periferia, o

Projeto *Igual para Igual* sob o enfoque *de novas relações de gênero e de uma sexualidade mais segura e saudável*, não se limitou ao público escolar. Pelo poder de mobilização e multiplicação de novos grupos e atividades, numa espécie de efeito dominó, esse projeto materializou-se em vários núcleos instalados em áreas da periferia de Fortaleza e adjacências, alcançando, em 2003, um total de 100 educadores com atuação em 85 núcleos dentro e fora das escolas³¹.

A parceria com o Governo do Estado iniciada, a partir de 1995 em Fortaleza, com renovação de sucessivos convênios com secretarias de governo - primeiro da saúde e depois da educação - e com secretarias municipais de ensino, intensificou sua relação com organismos governamentais e multilaterais, como Unicef, Unesco, outras ONGs e fundações privadas, que passaram a financiar sua ação, construindo relações em ritmo crescente.

Aumentando em tamanho e em número de parcerias, a ONG Comunicação e Cultura apresenta, hoje, uma bagagem vasta de experiências em trabalho com jornais escolares, exportando *know-how* para outras entidades, através de ações com ONGs de outros estados, num movimento voltado para estruturar uma rede de jornais escolares, em âmbito nacional. Sua experiência como ONG de atuação complementar à escola, requer um conhecimento mais aprofundado de seu projeto político e da sua ação pedagógica, mediados por seus programas em parceria com a escola.

3.2.2 Comunicação e Cultura: projeto institucional e relação com a escola pública

Reconhecida como uma organização social bem sucedida, o trabalho da Comunicação e Cultura traz um diferencial em relação à proposta de outras ONGs. Seu projeto político-pedagógico, suas estratégias de sustentabilidade e sua atuação, preferencialmente, no campo da educação escolar pública em caráter de complementaridade, acrescentam-lhe especificidades, conferindo-lhe possibilidades

³¹ Por decisão do núcleo diretor da Comunicação e Cultura, esse programa, dada sua crescente demanda, encontra-se, hoje, em fase de incubação, para transformar-se, futuramente, em uma nova ONG.

concretas de influenciar no desenvolvimento curricular das escolas, como também nas práticas organizativas ali existentes. Isso traz para o foco desta análise novas e importantes questões, pondo em destaque a dimensão pedagógica das ONGs, enquanto espaços educativos potencializadores de mudanças na organização escolar.

Compreendendo o educativo como uma questão, não só ideológica, mas também pedagógica, a prática educativa da Comunicação e Cultura tem se caracterizado pela intervenção ativa em escolas, materializada no incentivo, formação e produção de jornais escolares. Com financiamento público garantido e sistemática participação no planejamento das escolas, sua atuação, favorecida por uma parceria formalizada com secretarias de educação, e por um número crescente de adesões de municípios, apresenta-se como experiência bem sucedida, sendo bem avaliada por seus financiadores e parceiros.

Seu orçamento anual, proveniente de organizações privadas, setores públicos (estadual, municipal e federal), bazar e serviços com vendas de camisetas e impressos gráficos, no ano da pesquisa (2003), foi da ordem de um milhão e duzentos mil reais (R\$ 1.200.000,00). As formas de arrecadação de tais recursos se dão de formas diferenciadas que vão, da celebração de convênios com entidades públicas a parcerias com organizações e fundações privadas, além de doações e pequenas contribuições advindas dos jornais estudantis impressos em seu parque gráfico.

Entre seus principais parceiros (2003), encontram-se: Unicef, Unesco, Avina Foudation, Instituto C & A de Desenvolvimento, Fundação Mac Arthur, Instituto Ayrton Senna, COMDICA, USAID / POMMAR, Ashoka, Lei de Incentivo à Cultura - PRONAC. Em anos anteriores, manteve parceria com outras entidades: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Natura Cosméticos, Lojas Americanas, John Hopkins University/PCS, BNDS, dentre outras. No setor público, tem como principal parceiro a Secretaria da Educação Básica do Estado que, precedida pela Secretaria de Saúde do Estado, constitui-se sua principal interlocutora no âmbito governamental, seguida de um número crescente de prefeituras municipais.

No plano local, compõe ainda o rol de parcerias da Comunicação e Cultura no estado, a Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão - Cepimar - e o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo

Intermunicipal e Interestadual do Ceará - Sinterônibus - empresas que disponibilizam meios para transporte dos jornais escolares para os municípios do interior do Estado.

Para operacionalizar seus programas e projetos, a ONG dispõe de uma infraestrutura composta por um conselho de administração e grupos de coordenação por projetos. Seu colegiado é formado de profissionais liberais, empresários, educadores convidados, todos voluntários, e de uma representação de funcionários que, segundo informações do coordenador de gestão, tem como *função principal deliberar sobre as grandes decisões da organização*, definindo, inclusive, sua diretoria executiva e a coordenação dos programas.

Do ponto de vista operacional, a ONG Comunicação e Cultura conta, hoje, com um quantitativo de quarenta e cinco pessoas, entre bolsistas, estagiários, técnicos, coordenadores e diretores. Cada projeto dispõe de uma equipe fixa composta por um técnico especialista na área e duas bolsistas que fazem contatos, serviço administrativo e toda a parte burocrática da organização.

Além de manter uma equipe fixa, a organização contrata, a título de prestação de serviços, profissionais que capacitam grupos de alunos e professores, assessorando e acompanhando o trabalho junto à rede de escolas, nos diferentes municípios. Dentre esses técnicos cadastrados em banco de dados, alguns são ex-estagiários, outros, egressos dos programas da ONG.

A partir de 2001, foi criado o serviço de ouvidoria para atender, especialmente, o Clube do Jornal, garantindo a observância do código de ética jornalística. Coordenado, normalmente, por estagiários do curso de comunicação social, na prática consta da leitura atenta de todas as matérias dos diferentes jornais, antes de sua publicação. Quando a ouvidoria detecta algo que fere o código de ética, eliminando o caráter de censura, sugere mudanças no ponto de vista dos autores ou até a substituição da matéria. Outro aspecto observado pela ouvidoria diz respeito ao direito de resposta àqueles que se consideram atingidos, garantindo-lhes espaço de defesa na mesma edição do jornal.

A prática organizacional da Comunicação e Cultura constitui-se de relações amistosas entre os participantes das diferentes equipes, favorecendo a existência de um bom clima institucional. Entretanto, por contar com uma equipe reduzida de funcionários, as dinâmicas organizativas internas não parecem ser prioridade no

cotidiano dessa organização. A existência de colegiados - Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Núcleo Gestor - não tem sido suficiente para garantir, internamente, uma vida associativa plena, o que não se constitui exceção ao quadro geral das ONGs que, via de regra, deixam-se consumir pelo ativismo, limitando a sistematização e análises de suas próprias práticas³² (Projeto Demo,1985).

Sua relação com a escola, alimentada constantemente por contatos e intercâmbios que se dão através de encontros sistemáticos com técnicos e encarregados pelos programas, na escola e nas secretarias de educação, constitui-se atividade central no planejamento da ONG. Através desses encontros, são dadas orientações, quanto ao preparo e desenvolvimento de seus diferentes projetos, caracterizando-se um tipo de intervenção garantidora de sua atuação. A partir dessa relação, são disseminadas diretrizes e estratégias para o desenvolvimento dos programas. Hoje, a Comunicação e Cultura assume na escola pública um papel de fundamental importância na operacionalização do currículo, subsidiando e influenciando a condução do conteúdo escolar.

Tomando como referência os projetos, Clube do Jornal e Jornal Primeiras Letras, identifiquei, no ano de 2003, um expressivo número de atividades desenvolvidas pela Comunicação e Cultura junto às escolas. Relacionadas ao Clube do Jornal, essas ações constaram de oficinas de capacitação – curso introdutório ao jornalismo juvenil, cursos de redação jornalística, intercâmbios de experiência entre os clubes, encontros regionais e reuniões com vários segmentos, incluindo a Rede de Jornais Estudantis - REDIJE - além de atividades de acompanhamento às escolas, conforme se pode ver nos quadros seguintes

³² Esse aspecto, mesmo não tendo aparecido nas entrevistas, foi perceptível no ativismo e acúmulo de trabalho das equipes constatado, aspecto também constatada ausência de reflexão e análise da prática vivenciada. Esse assunto é discutido por Danziato (1998) que, retomando a análise do item *sistematização metodológica* desenvolvida pela pesquisa do Projeto DEMO (1985), afirma que as ONGs, em geral, apesar de realizarem análises corretas do ponto de vista político-conjuntural, deixam a descoberto alguns pontos, como, por exemplo, o acompanhamento e avaliação dos trabalhos, destacando o *tarefismo* como problema.

Clube do Jornal 2003

Número de escolas participantes	121
Número de municípios beneficiados	30
Número de bairros/localidades beneficiados	93
Número de jornais	121
Número de edições de jornais	271
Tiragem total dos jornais	308.000
Número total de sócios	1.230
Habilitação - número de sócios habilitados	166
Habilitação - número de oficinas ministradas	17
Curso Introdutório ao Jornalismo Juvenil - sócios capacitados	286
Curso Introdutório ao Jornalismo Juvenil - oficinas ministradas	173
Cursos livres de Redação Jornalística - sócios capacitados	99
Cursos livres de Redação Jornalística - oficinas ministradas	76
Oficinas Estratégicas - número de sócios participantes	186
Oficinas Estratégicas - número de oficinas ministradas	23
Intercâmbios de Experiência do Clube do Jornal - sócios participantes	128
Intercâmbios de Experiência do Clube do Jornal	2
Intercâmbios de Experiência Regional - sócios participantes	121
Intercâmbios de Experiência Regional	11
Intercâmbios/Reuniões da REDIJE - sócios participantes	93
Intercâmbios/Reuniões da REDIJE	31

O mesmo pode ser percebido quando se analisam os dados referentes ao Projeto Primeiras Letras também ao longo do ano de 2003, no Estado do Ceará:

Projeto Primeiras Letras – 2003

Dados – Ceará	Total
Número de escolas participantes	763
Número de municípios beneficiados	106
Número de bairros/localidades beneficiados	514
Número de jornais	753
Número de edições de jornais	2.303
Tiragem total dos jornais	1.166.900
Número de professores capacitados	1.506
Número de crianças beneficiadas com o projeto	337.155
Número de Oficinas de Capacitação Inicial	12
Número de Intercâmbios de Experiências organizados	147
Número de Oficinas de Sensibilização	5

Com novas adesões e atividades estendidas a outros estados da federação, os anos subseqüentes à pesquisa apresentam um crescimento bastante significativo à Comunicação e Cultura. Dados recentes apresentam um quantitativo ampliado de convênios e articulações, alcançando um novo panorama, conforme se pode ver no anexo II.

CAPITULO 4

A PRÁTICA SOCIAL DAS ONGs NA ESCOLA PÚBLICA CEARENSE: RELAÇÃO, APRENDIZADOS E PERCEPÇÕES

[...] para além do espaço estrito da escola educadora (e deseducadora, no limite de seus processos de exclusão) redesenham-se possibilidades pedagógicas no contexto e nos nexos estabelecidos com uma comunidade e com uma cidade que também podem educar... Os fragmentos de participação e aprendizagem compõem um lastro de cultura comunitária que, articulados aos espaços de organização, semeia condições para processos sociais e educativos diferenciados.

(Moll, 2000, pp.186-187)

A trajetória de trabalho de ONGs e sua inserção no campo da educação e da escola pública confirmam a convicção de que práticas sociais e educativas, sob condições adversas de subalternidade, articulam possibilidades de aprendizagem, constituindo interfaces pedagógicas e políticas de fundamental importância para se pensar a melhoria da educação e do ensino público.

No Ceará, como já foi destacado anteriormente, identifiquei poucas ONGs com atuação em escolas, embora tenha constatado que algumas, de forma direta ou paralela, direcionam seu trabalho para elas, tendo em vista a melhoria da educação, apesar de não desenvolverem nelas uma intervenção sistemática, como é o caso do CEDECA. No conjunto dessas atividades, pude constatar ações que classifico em duas abordagens: a primeira, genericamente conhecida como *ação complementar à escola*, caracteriza-se por um tipo de intervenção de apoio, com atividades diversas voltadas para a melhoria do desempenho escolar. Nessa abordagem, identifiquei ONGs com parcerias diretas com a escola ou poder público e outras que, através de prestação de serviços, gratuitos ou não, desenvolvem consultorias, colaborando com a educação e o sistema escolar.

A segunda caracteriza-se por intervenções que, mesmo sem apresentar alternativas metodológicas concretas para melhoria do desempenho escolar, mas, sensíveis à problemática da exclusão e da precariedade dos sistemas de ensino, convergem suas preocupações para o desenvolvimento de ações educativas que podem ser enquadradas como ações suplementares à escola.

Convém esclarecer, entretanto, que essa subdivisão não contempla todas as diferenças e particularidades educativas desenvolvidas pelas ONGs, até porque, como destaca Brunsteins (2003, p. 47) *são iniciativas ainda muito incipientes e seus contornos não estão cristalizados em um formato fechado ou mesmo maduro*. Podem-se encontrar numa mesma instituição programas focados na educação e em outros campos e públicos, sem a intenção de promover qualquer tipo de diálogo com a escola. Além do mais, adverte a referida autora que, mesmo programas com intervenção na prática escolar não implicam, necessariamente, que alterações no currículo convencional, pois isso só se dá, através de uma mudança mais radical na cultura escolar.

Feitos esses esclarecimentos, convém reafirmar que a abordagem utilizada para compreensão da relação das ONGs com a escola buscou aprofundar, não apenas o que fazem, mas também entender o que pensam os atores sobre aquilo que realizam. Assim, pautando-me na observação e escuta dos sujeitos, foi se tornando necessário detalhar os tipos e formas de intervenção das ONGs na escola, recuperando processos e resultados concretos dessa interação, a partir do ponto de vista, não só da escola, mas das próprias ONGs.

Buscando fazer uma demarcação mais aproximada das práticas sociais em foco, discuto, neste capítulo, não só a experiência educativa das ONGs na escola, sua funcionalidade e contribuições, mas o jogo interativo que preside essa relação com o Estado e com os movimentos sociais vinculados à causa da educação pública, pontuando ganhos e aprendizados, a partir da atuação das ONGs, em cada ambiente pesquisado.

4.1 A atuação do CEDECA e a defesa da educação e da escola pública

Em acordo com códigos, estatutos, normas e conferências que proclamam direitos de crianças e adolescentes e perseguindo prerrogativas do artigo 227 da Constituição Federal, que dispõe sobre as garantias da educação escolar, o trabalho do CEDECA junto às escolas tem se norteado pelo compromisso com a defesa de políticas educacionais inclusivas e com a busca da garantia de condições e recursos adequados a uma formação escolar referenciada, política e socialmente.

Dividindo-se entre questões localizadas no campo do direito e atividades de mobilização social em bairros, escolas ou campanhas em âmbito local ou estadual, o CEDECA tem, efetivamente, uma trajetória marcada pela interlocução com o poder público municipal de Fortaleza, com quem busca estabelecer diálogo, desde o início dos anos 1990.

Seu programa a favor da educação, sintetizado no slogan *aprender direito é um direito*, tem foco voltado para a política educacional e para a escola pública local, embora não seja este seu único espaço de atuação. Junto com outras organizações dos movimentos sociais - local e nacional - compartilha preocupações no campo do fomento, da monitoria e controle da política pública nacional, como integrante do Comitê Diretivo da Campanha Nacional de Defesa da Educação, com quem divide ações voltadas para a defesa e melhoria da educação escolar pública.

Uma compreensão a partir da ótica de alguns de seus principais atores e parceiros - assessores comunitários, representantes do Conselho Fiscal, financiadores, movimentos sociais e do próprio coordenador executivo da organização – sugere uma classificação dessa instituição como uma ONG de defesa da educação norteadas pelo *mediação entre o processo de mobilização e a perspectiva do direito* (Entrevista No. 02).

Essa estratégia, bastante visível na sociedade e, sobretudo na mídia, é destacada por alguns como referência positiva do trabalho do CEDECA. Na opinião de seu coordenador executivo, o caráter mobilizador da organização - que inclui o trabalho junto a escolas e comunidades e até na Campanha Nacional pelo Direito a Educação e atuação em conselhos e entidades representativas (ABONG, ANCED), constitui sua ação de maior visibilidade. O CEDECA vem contribuindo para a *formação de opinião e de valores na construção de um discurso, que é o discurso da defesa do direito*. Por outro lado, destaca, ainda, o trabalho de proteção jurídica como tarefa importante da organização, algo que, em sua opinião, vem contribuindo para a formulação de uma nova mentalidade jurídica, local e nacional. O controle do orçamento público e o conjunto de ações judiciais favoráveis à garantia dos direitos de crianças e adolescentes (à escola, ao lazer), e outras peças jurídicas formuladas contra a prefeitura de Fortaleza ou contra o poder público nacional - como é o caso da ação contra a ilegalidade e atraso das parcelas do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF³³ - constituem ações centrais em sua pauta de trabalho.

Essa variedade de ações do CEDECA tem suscitado avaliações que apontam para um certo desvirtuamento de sua missão inicial, enquanto centro de defesa. Na opinião de um de seus assessores, tal avaliação, não se constitui problema. Admitindo que o foco do trabalho do CEDECA consiste, justamente, na articulação de mobilizações e intervenções, a partir da perspectiva do direito, reconhece que, da mesma forma que essa ampliação tira a possibilidade de uma intervenção mais direta nas comunidades, também abre oportunidades interessantes, favorecendo uma ampliação do trabalho e maior aproximação com a escola. Para esse mesmo assessor as intervenções mais recentes do CEDECA, através da Campanha Nacional de Defesa da Educação Pública, da Comissão Estadual de Defesa da Educação Pública, dos fóruns e debates nos bairros e inserções no cotidiano das escolas têm proporcionado ao CEDECA um grande conhecimento da realidade educacional, servindo como retaguarda para uma intervenção mais qualificada no campo do fomento e controle da política pública. Nesse sentido, argumenta que esse tipo de intervenção, da forma como vem se dando, favorece informações mais precisas sobre como utilizar determinadas estratégias, possibilitando maior aproximação com a escola (Assessor Comunitário, CEDECA, entrevista No. 02).

Compreendendo a política interna do CEDECA como questão a ser melhor equacionada, considera ainda que, nos últimos anos, houve um inegável crescimento da organização, visível no conteúdo e nas diversas formas de atuação. O CEDECA ocupa hoje espaço, não só no campo da defesa dos direitos, como também na produção de mobilizações e articulações junto a entidades representativas, participando do Conselho Nacional da ABONG, da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED, dos Fóruns de Defesa da Criança e do Adolescente, da Sociedade

³³ O FUNDEF é uma política pública que financia a melhoria do ensino, através da formação de professores e ampliação das condições do trabalho docente. Regulamentado pela Lei 9.424 em dezembro de 1996, o FUNDEF prevê que no mínimo 15% (60% de 25%) de todos os impostos devem ser aplicados no ensino fundamental, até 2006, pelos estados e municípios da Federação. Desta forma propõe reunir num Fundo comum 15% de todos os impostos arrecadados por estados ou municípios ou a eles dirigidos: Imposto de circulação de mercadorias - ICMS; Fundo de Participação dos Estados - FPE; Fundo de Participação dos Municípios - FPM; Impostos sobre produtos industrializados exportados - IPI, e compensação financeira prevista na Lei complementar 87 de 1996 (Lei Kandir). Uma vez reunidos em um fundo de âmbito estadual, a proposta é que sejam esses recursos repassados ao governo estadual e prefeituras em função dos critérios: 1) número de matrículas no ensino fundamental regular presencial; 2) estimativa de novas matrículas para o ano seguinte; 3) custos diferenciados do aluno (1ª a 4ª, 5ª a 8ª, da escola rural, e da educação especial). Cabe lembrar que recentemente houve a ampliação do FUNDEF para cobrir todos os níveis de ensino - da educação ao ensino médio - transformando-se, assim em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio e Valorização do Magistério – FUNDEB (Nicholas Davies, 1999).

Brasileira para o progresso da Ciência - SBPC, de campanhas e outros conselhos nacionais, mundialmente articulados em defesa da criança e do adolescente. Além disso, busca uma maior aproximação com comunidades carentes que apresentam dificuldades no acesso à escola com ações que vão da chamada para matrícula, a pesquisas e audiências públicas, em caso de descumprimento dos direitos previstos em lei.

Um balanço de seu desempenho no campo da educação escolar traz considerações e ponderações diversas, arrefecendo o debate em torno do papel das ONGs na luta pela democratização da educação e da escola.

Um de seus sócios, secretário da ONG, ao comentar o trabalho da organização, considera que esta desenvolve, com maior eficácia, tarefas vinculadas ao campo da defesa dos direitos. Em sua opinião, o desempenho do CEDECA em relação às ações de mobilização social, ainda é *muito incipiente, talvez pelo pequeno número de técnicos que possui ou mesmo pelas dificuldades inerentes ao processo*. Outros profissionais da organização também admitem ser restrito o quadro de profissionais, se se leva em conta o número de ações que o CEDECA desenvolve, o que acarreta ativismo e prejuízo na sistematização e análise das práticas empreendidas.

Admitindo uma certa limitação nessa área, o secretário reconhece que a estratégia de mobilização social não é o *forte da organização*. Defendendo uma maior priorização das ações no campo jurídico, considera que a atuação em conselhos, em todos os âmbitos - nacional, estadual ou local - constitui-se frente de luta mais adequada para o CEDECA, a partir da qual pode subsidiar melhor a sociedade com informações mais elaboradas no campo da efetivação dos direitos, incluindo-se aí uma maior produção acadêmica, seja de livros, periódicos ou cartilhas (Entrevista n. 04).

Outra posição a considerar diz respeito ao compromisso do CEDECA com a formação de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Rememorando sua criação, destaca que essa é uma das poucas ONGs com preocupações pedagógicas de formação de estagiários no campo profissional, segmento ainda hoje presente na instituição.

Ao comentar essa questão, o coordenador executivo da ONG, não só reafirma as preocupações quanto à formação de quadros sensíveis à defesa dos direitos, como reconhece que a organização vem contribuindo com a disseminação da compreensão

sobre a *universalidade, integralidade e indivisibilidade dos direitos humanos, enquanto luta a ser travada numa perspectiva planetária*³⁴.

Sua fala, elucidativa de outros aspectos da gestão, encaminha o debate para o campo da auto-sustentabilidade das ONGs (Armani, 2003), recuperando uma questão crucial para essas organizações que é o financiamento. Nesse aspecto, identifica a conjuntura sócio-política mundial como desfavorecedora da manutenção de financiamentos internacionais, no Brasil e na América Latina, admitindo quase como certa a perda da ajuda de um fundo holandês com quem o CEDECA mantém comunhão institucional, há mais de dez anos.

Em sua perspectiva de análise, a consolidação da cidadania e da efetivação dos direitos no Brasil e na América Latina não é mais uma demanda que a cooperação européia esteja privilegiando, por considerar que o Brasil já é capaz de resolver seus próprios problemas. Discordando dessa leitura, o diretor executivo do CEDECA compreende que a saída para o impasse do financiamento das ONGs está no envolvimento da própria sociedade brasileira, favorecendo condições para o desenvolvimento de ações voltadas para a efetivação dos direitos humanos, controle do Estado e *empoderamento* dos grupos, recuperando, assim, a perspectiva gramsciana que atribui à sociedade civil organizada funções inerentes ao Estado, em seu sentido restrito (Sales, 2003).

A partir desse olhar, concebe o Estado como uma das fontes de financiamento utilizáveis, embora reconheça que o atrelamento ao aparato financeiro-governamental produz, em quase todos os casos, posturas de perda de autonomia política, argumento que sustenta a postura do CEDECA em se abster de parcerias que impliquem repasse de recursos governamentais, distanciando-se da condição de colaboradora do projeto neoliberal em curso (Montano, 2002; Petras, 1999).

Por sua argumentação, fica claro que a sociedade cearense, antes de mais nada, tem que se sentir convidada a apoiar as entidades, inclusive financeiramente. Nessa perspectiva, reconhece como necessário a criação de

³⁴ Tal perspectiva é alimentada pela noção de uma educação que é concebida não apenas como direito social, mas como direito humano e universal e que demanda uma luta de todo o mundo. Conferir site da Campanha Nacional em defesa da educação pública: www.campanhaeducacao.org.br

[...] um capital social favorável aos direitos humanos, em geral, e aos direitos das crianças e adolescentes, em particular, de forma a poder fortalecer campanhas e iniciativas voltadas para a garantia da matrícula, da qualidade do ensino e de toda essa teia social estruturada em torno da garantia do direito à uma educação pública e de qualidade social para todos (Entrevista no.03).

Essa posição, defendida também por outros técnicos entrevistados, recoloca a questão da função social das ONGs e de seu papel político no enfrentamento das problemáticas sociais, recuperando seu caráter político e a controversa discussão sobre seu enquadramento no terceiro setor, o que remete à temática da funcionalidade das ONGS (ou não) ao projeto neoliberal em curso (Landim, 2003; Paiva,2003).

Com um marco institucional político diferenciado – prática social e postura de oposição ao projeto político hegemônico - o núcleo gestor do CEDECA admite-se crítico ao viés assistencial presente nas políticas sociais, consolidado no desmonte dos direitos sociais e na lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs (Lei 9.732 de 11/12/99) que, na opinião de seu coordenador, *favorece claramente a modificação do eixo de ampliação da cidadania para o eixo de prestação de serviço*” (Entrevista Nº 03)³⁵.

Do ponto de vista dos técnicos entrevistados, é importante evidenciar nesse debate a relação entre as finalidades da legislação e a problemática da identidade e da autonomia das entidades, o que implica, necessariamente, o resgate de algumas definições políticas em torno do papel e do lugar das ONGs na sociedade.

Defendendo junto com a ABONG um conceito amplamente democrático de *fim público*, técnicos do CEDECA o identificam como uma ONG ainda sem reconhecimento e sem amparo no reordenamento jurídico vigente, pois a avaliam como

³⁵ Isso remete à discussão sobre a necessidade de um novo marco legal que possa fazer a diferença entre as ONGs e demais entidades do terceiro setor. Ao comentar o tema, Durão (2001) considera que a aprovação da lei das OSCIPs foi um passo significativo, na tentativa de separar o *trigo do joio*, embora não tenha sido suficiente para garantir e normatizar o acesso aos fundos públicos. Em sua opinião, quando o Governo optou pela lei das OSCIPs, privilegiou criar primeiro uma nova identidade jurídica para só depois vir, eventualmente, dar substância a esse avanço formal, sobretudo no tocante aos instrumentos de acesso aos fundos públicos, pois, em sua opinião, é impossível ONGs e entidades de assistência social cumprirem suas legítimas e diferenciadas funções sem o acesso aos fundos públicos. O fator complicador, em toda essa discussão, segundo Durão, advém da ambigüidade da política de parceria entre Governo e sociedade civil, num contexto de desconstrução de direitos e de retrocesso sistemático das políticas sociais. Completando o quadro das dificuldades, argumenta ter-se uma “economia resistente a todas as possibilidades de renúncia fiscal para viabilização das políticas sociais, não oferecendo alternativa de financiamento, o que torna ainda mais precária a atuação do Estado como agente financiador das políticas sociais” (Durão, 2001, p.61).

uma organização social distante da caracterização típica do terceiro setor. Isso faz com que se incluam entre aqueles que reivindicam um novo marco legal que respalde a existência de ONGs autônomas, não subordinadas aos limites da exigência da complementação em relação às políticas governamentais.

Com envolvimento e compromisso com a defesa dos direitos e avanço na luta por uma educação pública e de qualidade, ao CEDECA é atribuído o mérito de contribuir com a redução do número de crianças fora da escola que em Fortaleza, no início de seu trabalho, variava em torno de 30 a 35%. Esse percentual, conforme dados oficiais, reduziu-se, hoje, para cerca de 3%.(Vidal et al., 2003)

Com reconhecimento por sua contribuição na mobilização da sociedade (pais e comunidade em geral) para melhoria do acesso e qualidade do ensino público, o CEDECA, na visão dos entrevistados na escola, é visto como instância a quem podem recorrer em busca de solução para algum problema ou em caso de um enfrentamento maior com o poder público, sendo reconhecido também pelo caráter de resistência e combatividade em resposta às práticas autoritárias e clientelistas presentes no meio educacional.

Tal visão, endossada por movimentos sociais, sindicais, universidades, grupos comunitários e entidades parceiras na luta pela educação e pela escola, reforça, positivamente, o desempenho dessa ONG, atribuindo-se a ela um papel de liderança na condução de processos a favor da universalização e qualidade do ensino público, em Fortaleza.

O depoimento de pais e participantes dos Fóruns de Defesa dos bairros - tanto no Passaré quanto na Praia do Futuro - corrobora com essa mesma posição. Reafirmando o caráter mediador de sua ação, atribuem ao CEDECA um importante papel na condução das lutas pela escola, *informando, estimulando e abrindo caminhos para garantia dos direitos à educação e a um ensino público de boa qualidade*. Sem ela, admite uma líder comunitária da Praia do Futuro, *difícilmente teríamos conseguido vagas para nossos filhos, perto de casa, tendo estes que andar quilômetros e mais quilômetros para ter acesso à escola* (Líder comunitária da Comunidade dos Cocos, Praia do Futuro).

Na opinião de pessoas com quem conversei nos bairros, a tarefa principal do CEDECA tem sido o *encorajamento, o apoio e a facilitação do processo de conquista da escola*, garantindo meios e condições para os grupos encaminharem suas reivindicações.

Nesse sentido, identificam *empenho e agilidade* da ONG na abertura de canais de comunicação com o poder público, sendo, por isso, reconhecida como *entidade de luta e resistência* nos embates junto ao poder público, destacando-se como instância mediadora na condução das lutas coletivas.

Na visão de um técnico de uma entidade do movimento social de Fortaleza (ONG CDVHS), o CEDECA caracteriza-se como *produtora de mobilização*, destacando-se por liderar um processo de construção de redes de movimentos e lutas coletivas a favor da escola pública, em Fortaleza, numa tessitura cada vez mais ampla.

Esse marco distintivo, também reconhecido por seus órgãos financiadores, é destacado por um técnico do Fundo Novib com quem manteve contato. Ao perguntar-lhe sobre as razões do financiamento e desempenho do trabalho do CEDECA, traçou-lhe um perfil favorável, caracterizando-o pela somatória da

[...] função de mobilização de outros segmentos sociais com um trabalho de intervenção direta junto a crianças e adolescentes em situação de risco, o que lhe garante um lugar de destaque no conjunto das organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa dos direitos, até por que, somente garantindo os direitos fundamentais das crianças e adolescentes poderemos pensar na construção de um país mais justo (Técnico do Fundo NOVIB).

Incorporando em seu ideário o desafio da democratização do ensino, divide a preocupação da garantia do acesso à escola com outros movimentos sociais, universidades e entidades parceiras, ampliando seu foco de atuação, nos últimos anos. Se antes trabalhava, mobilizando, conscientizando, capacitando e reivindicando vagas em escolas para crianças em idade escolar, na dinâmica atual, seu foco direciona-se para o controle da qualidade do ensino, o que demanda estratégias de ação conjunta com outros atores, em princípio com a Comissão Interinstitucional transformada em Comissão de Defesa do Direito à Educação, e, depois, com a Campanha Nacional de Defesa da Educação Pública e participação em outros eventos mundiais, como o a Semana de Ação Global.

Assumindo certa liderança no conjunto dos movimentos sociais em Fortaleza, foi possível identificar sua contribuição na condução de várias frentes de luta educação e pela escola pública, em Fortaleza. À frente da Comissão pela Defesa do Direito à Educação, sua ação tem se dirigido para elaboração e encaminhamento de propostas voltadas para garantia de vagas em creches e escolas e melhoria do desempenho escolar.

Prova disso é a Carta Aberta aos(às) candidatos(as) à Prefeitura Municipal de Fortaleza (Pelo Direito à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade), uma das últimas iniciativas observadas no período da pesquisa. Tal iniciativa assinada por entidades que compõem o movimento popular engajado nas lutas pela educação e pela escola, incorpora um conjunto de reivindicações ao poder público, evidenciando preocupação no sentido de articular e fundir a luta dos movimentos sociais com o plano político partidário, tendo em vista a modificação da política educacional vigente.

Com ações pulverizadas em nível local e nacional, tal como se descreveu anteriormente, o CEDECA articula-se a outras redes e movimentos sociais, participando e viabilizando atividades da Campanha Nacional em Defesa da Educação Pública, o que faz com que suas ações reforcem reivindicações vinculadas à melhoria da educação, como um serviço indispensável à construção da cidadania.

A partir de um conceito inclusivo de educação, o CEDECA compreende a escola como direito fundamental na formação do ser humano e base constitutiva para realização e defesa de outros direitos econômicos, sociais e culturais. Não se limitando somente à escola, sua luta tem se pautado pela efetivação dos direitos que poderão garantir uma vida mais digna às crianças e adolescentes, especialmente, às que se encontram em situação de risco.

Nessa perspectiva, uma de suas preocupações atuais tem sido buscar alternativas para viabilizar a qualidade do ensino público, seja através de pesquisas ou denúncias a instâncias superiores, publicizando problemas enfrentados pela escola, como foi o caso da denúncia à Relatoria Nacional para o Direito à Educação em Fortaleza, que apurou irregularidades de violação relacionadas, tanto com a impossibilidade de acesso a alguns níveis e modalidades de ensino (educação infantil e educação de jovens e adultos), quanto em relação à qualidade da educação oferecida pelas escolas, e também quanto à situação dos alunos de 5ª a 8ª série, da rede pública estadual, submetidos ao teleensino, modalidade considerada de impactos negativos sobre as possibilidades de aprendizado.

Nessa missão, a Relatoria realizou, num primeiro momento, um diagnóstico prévio da situação, mediante a análise de dados estatísticos, pesquisas, relatórios, dossiês e informações veiculadas pela imprensa. Num segundo momento, visitou as escolas denunciadas, em companhia de outras organizações da sociedade civil local e gestores públicos. No decorrer dessas visitas, foram promovidos encontros com universidades,

gestores públicos e pesquisadores dos temas em questão, buscando aproximar os atores envolvidos dos representantes dos Ministérios Públicos, como forma de celebrar acordos para a superação das violações verificadas.

De posse dos relatórios com recomendações específicas para cada situação, esses documentos foram publicizados junto a organismos nacionais e internacionais de proteção e promoção de direitos humanos, constituindo-se instrumentos de pressão em prol do cumprimento dos direitos garantidos constitucionalmente, facilitando também a ação da sociedade civil, na participação e monitoramento das ações reivindicadas.

De forma diferenciada, mas apontando na mesma direção, a realização de pesquisas e levantamentos realizados em escolas públicas tem sido outra estratégia buscada pelo CEDECA. Assim, além de apurar denúncias sobre a qualidade das escolas da rede pública local (Comissão de Defesa do Direito à Educação, Relatório 2003; Relatório 1999) e participação em pesquisas e eventos da Semana de Ação Global³⁶, duas experiências merecem destaque no trabalho do CEDECA: sua participação na pesquisa *Indicadores da Qualidade na Educação*³⁷, realizada em conjunto com a Campanha Nacional, ONGs, fundações e outras entidades - governamentais ou privadas; e a *Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil*³⁸ promovida, também, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Tendo como objetivo ajudar a comunidade escolar a pensar seus parâmetros curriculares e organizacionais, as experiências de pesquisa, aliadas a intervenções eventuais de caráter fiscalizador ou mobilizador da ação escolar, têm sido formas concretas de aproximar o CEDECA da escola pública cearense. Embora, efetivamente, esse não seja

³⁶ Voltando-se para perceber os principais motivos da exclusão escolar, essa pesquisa, que contou com a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi realizada no Ceará, por ocasião da terceira edição da Semana da Ação Global. Na ocasião foram visitados quase seis mil domicílios. Segundo Informativo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Comitê Ceará (Ano I, n.º. 1), a maioria dos entrevistados (41%) abandonou a escola no ensino fundamental, que corresponde da 1ª à 4ª. Série; 57% estão fora da escola há mais de seis anos. O motivo apontado por 37% para o abandono escolar foi a necessidade de trabalhar. Diante do questionamento se gostariam ou não de voltar à escola, 45% dos entrevistados responderam negativamente. Aqueles que consideraram a possibilidade de voltar aos bancos escolares condicionaram o retorno à ajuda financeira e acesso a vagas em escolas próximas de suas casas ou local de trabalho, confirmando, assim, pesquisas oficiais sobre exclusão escolar, que reafirmam a necessidade imediata de políticas públicas que privilegiem a qualidade e o apoio para garantir a permanência de alunos na escola.

³⁷ Cf. *Indicadores da Qualidade na Educação*, 2004.

³⁸ A consulta sobre *Qualidade na Educação Infantil* (2003), no Ceará, foi desenvolvida junto a escolas públicas municipais e estaduais e contou com a coordenação de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Seu objetivo foi de levantar critérios para ser pensada uma boa educação infantil, tomando como referência a perspectiva do público infante-juvenil. Promovida em parceria com a Campanha Nacional de Defesa da Educação, contou com o apoio do Movimento Inter-fóruns e da Fundação Carlos Chagas, sendo levantados elementos norteadores de uma boa política para a educação infantil.

o lócus exclusivo de sua atuação, mesmo assim, identifiquei receptividade e um bom nível de conhecimento dos diretores, coordenadores e professores das escolas visitadas em Fortaleza, sobre a ONG. Pelas entrevistas, foi possível, perceber uma visão favorável sobre seu trabalho, a ele sendo atribuído muitas conquistas, não só em relação à ampliação do acesso de crianças a escolas, mas também como instância de denúncia a ser recorrida, em caso de a escola enfrentar algum tipo de dificuldade.

Essa visão, corroborada por lideranças e grupos comunitários entrevistados, informalmente, no Fórum do Passaré e no da Praia do Futuro, reafirma o trabalho dessa ONG no conjunto das organizações voltadas para os interesses coletivos, conferindo-lhe dimensões política e pedagógica próprias de quem desenvolve educação de base popular.

A credibilidade do CEDECA registrada nos depoimentos autoriza-me a situá-lo no conjunto das ONGs comprometidas com a (re)articulação do movimento social em Fortaleza, destacando-o como entidade formadora de opinião, na mídia e no conjunto da sociedade. Prova disso é sua recondução ao conselho editorial de um dos mais importantes jornais locais e sua recente indicação para a direção da Regional III da ABONG.

Apesar de pecar pelo ativismo, ausência de análises coletivas e registros de sua própria prática, o CEDECA incorpora ações diversas sempre voltadas para a concretização de políticas públicas universalizantes. A baixa legitimidade e limitações decorrentes das ambigüidades características de ONGs e entidades do terceiro setor, e das imperfeições próprias a qualquer organização humana, pode-se afirmar que o CEDECA destaca-se no conjunto das ONGs cearenses, pelo seu perfil de ONG combativa e comprometida com a democratização da educação e da sociedade. Tal singularidade, oportuniza-me uma visão diferenciada do trabalho das ONGs, dispensando o tratamento generalizante que desconsidera a natureza e o aspecto contraditório de seus trabalhos. Tais contradições sugerem compreensões diferenciadas que variam em função do projeto político e da proposta pedagógica que abraçam.

4.2 A Comunicação e Cultura e sua ação complementar à escola pública: uma visão referendada nos atores e beneficiários

Volto-me, nesta parte do trabalho, para o exame da segunda experiência investigada - a ONG Comunicação e Cultura e sua relação com escoladas da rede pública de ensino no Estado do Ceará. O objetivo é buscar perceber o alcance de seu trabalho, recuperando a especificidade de sua ação e os resultados políticos e pedagógicos na formação dos diferentes sujeitos da escola. Assim, além de resgatar a prática pedagógica dessa ONG expressa através de seus diferentes projetos, procuro também recuperar o que pensam seus sujeitos e como avaliam o trabalho no conjunto das iniciativas voltadas para a democratização da educação.

Como organização civil credenciada por lei governamental (Lei de criação das OSCIPs) para colaborar com projetos públicos, a Comunicação e Cultura, em sua ação de complementaridade à escola e com penetração expressiva na rede de ensino público estadual e municipal, vem, na prática, legitimando preceitos da reforma educativa dos anos 90, operacionalizando, na condição de parceira do Estado, programas educativos voltados para a produção de jornais comunitários, estruturando e ampliando, a partir daí, uma concepção educativa, em reforço ao protagonismo juvenil e à formação para cidadania.

Em consonância com a lógica, em que a escola é foco das políticas públicas não pensadas por ela, mas formuladas e executadas por atores externos encarregados de sua operacionalização, a parceria da Comunicação e Cultura com a escola traz uma variedade de questões, ricas e complexas.

Conforme constata a pesquisa, a proposta educativa dessa ONG e sua estratégia de intervenção não configuram um processo de concepção conjunta, o que faz com que a escola se limite à condição de beneficiária de programas e projetos concebidos em outros contextos e por outros sujeitos. Isso se evidencia no desconhecimento da comunidade escolar, quanto a princípios pedagógicos norteadores dos diferentes programas, sendo também evidente o desconhecimento da escola sobre os termos que embasam a parceria. Questionadas sobre isso, muitas escolas demonstraram desconhecer as condições e até mesmo as razões que teriam motivado sua adesão à proposta de trabalho, informando ser a parceria uma decisão das secretarias ou dos secretários de educação, mostrando-se desinformadas quanto à articulação da parceria.

Instados a comentar sobre a relação e possíveis contribuições para a melhoria da escola, alguns entrevistados apontam para resultados e aprendizados gerados na interação, embora apresentem visões diferenciadas. Assim, pude identificar, tanto críticas, quanto posturas entusiásticas de que provém um conjunto de atributos e contribuições, dificilmente mensuráveis, numa visão de curto ou médio prazo, do mesmo modo que foi possível identificar sugestões para a melhoria do trabalho e da relação de parceria.

Uma observação presente na quase totalidade dos depoimentos envolve a idéia de que a Comunicação e Cultura contribui com a escola, disseminando uma metodologia capaz de influenciá-la positivamente, não só na forma de conceber a educação, como de operacionalizá-la, sugerindo novas abordagens metodológicas, independentemente de isso acontecer ou não no espaço da sala de aula.

Confirma-se, assim, uma boa receptividade ao trabalho da ONG no ambiente escolar, sendo possível perceber nos depoimentos, tanto de secretários de educação, quanto de outros entrevistados nas escolas em que a pesquisa foi realizada, que a Comunicação e Cultura alarga o potencial formativo escolar, destacando a produção da comunicação entre crianças, jovens e professores, como algo muito importante no caminho da formação para a cidadania.

Para os técnicos da Secretaria da Educação Básica do Estado, o trabalho da Comunicação e Cultura constitui-se importante colaboração na construção da qualidade do ensino, na medida em que *fortalece a dinâmica curricular da escola, hoje, deficitária, especialmente, no que se refere aos processos de leitura e escrita*. A partir do trabalho com jornais na escola, uma das técnicas da SEDUC admite *melhorias sensíveis na produção textual dos alunos efetivamente envolvidos*, o que, em sua opinião, denota uma certa eficácia na metodologia proposta (Técnica da Célula de Ensino da SEDUC, 2003).

Na visão dos responsáveis pelos projetos nos Centros de Desenvolvimento Regional do Ensino (CREDEs 21 e 09), o trabalho da Comunicação e Cultura também é destacado, positivamente, pela contribuição metodológica que soma à escola. O incentivo à leitura e à produção textual são alguns dos efeitos destacados em sua ação, servindo também, na opinião do responsável pelo programa, no CREDE 09, para *trabalhar a auto-estima dos alunos, geralmente carentes de reforço positivo, sendo o jornal e a publicação de seus textos algo que os deixa muito felizes* (Técnica do CREDE 9).

Em reforço à tese do uso da tecnologia da informação e comunicação - TV, jornais e outras mídias - como fator de mudanças na educação (Rossetti, 2004), o jornal escolar é destacado como um recurso potencializador de novos saberes e aprendizados, nele sendo reconhecido um teor político de forte expressão, ainda, não plenamente utilizado na escola.

Rememorando a criação e o desenvolvimento da Comunicação e Cultura, um de seus diretores e principal articulador reconhece que todos os projetos voltam-se, em última instância, para a mobilização social, sendo, em sua essência, facilitadores de processos coletivos. Por isso, são capazes de mediar articulações internas e externas ao ambiente escolar. No caso específico do jornal infantil, considera que, embora este se volte para o incentivo da leitura e da escrita de crianças em fase escolar inicial, pode contribuir também com processos de mobilização social, favorecendo o envolvimento da escola com a família e com a comunidade. O mesmo ocorre com os demais projetos, como confirma pesquisa realizada pela própria ONG (maio de 2003), assim como esta investigação, em que o jornal aparece, não só como iniciativa de apoio curricular, mas também como elo de ligação com a família, na medida em que viabiliza uma aproximação, ainda que tímida, das relações da escola com os pais e com a comunidade do entorno, os quais passam a se integrar mais à instituição escolar, através dos jornais construídos por seus próprios filhos (Pesquisa de Opinião, SEDUC, 2003).

Isso é confirmado por alunos e professores do Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes, escola pesquisada em Fortaleza, quando questionados sobre o processo educativo promovido pela Comunicação e Cultura na escola. Dentre as questões apontadas, foi feito destaque ao caráter mobilizador de sua metodologia que envolve alunos e professores da escola e, em alguns casos, entidades e moradores do bairro, promovendo, assim, uma maior integração entre a escola e a comunidade.

Outros depoimentos de parceiros, financiadores e apoiadores da experiência reforçam o aspecto inovador da metodologia utilizada pela ONG, ressaltando contribuições pedagógicas importantes nas relações sociais e nas práticas educativas em andamento na escola.

Corroborando nesse sentido, o oficial de comunicação do escritório do UNICEF no Ceará, um dos organismos financiadores da Comunicação e Cultura, compreende que as atividades dessa ONG não se caracterizam, apenas como uma ação

complementar à escola, tal como as realizadas por outras entidades que se dedicam ao reforço escolar, esporte, arte, e outras atividades, mas como uma *ação de apoio ao desenvolvimento curricular das escolas*. Em sua opinião, o trabalho da Comunicação e Cultura

caracteriza-se, claramente, como uma atividade curricular que, embora ainda tenha que caminhar, no sentido do aprimoramento, já desenvolve uma ação capaz de influenciar as práticas pedagógicas na escola.

Admitindo que a inovação curricular só se dá com a geração e institucionalização de uma nova cultura, quando, efetivamente, os conteúdos são incorporados à prática docente, o oficial do UNICEF reconhece que a Comunicação e Cultura é portadora de um saber que supera, metodologicamente, antigas formas do ensino da língua materna, podendo a ela ser atribuído um importante papel, como indutora de mudanças na prática do professorado, *não só do ponto de vista da forma, mas do conteúdo, dos valores, atitudes, visão de gênero, de raça, de mundo etc.* O jornal escolar, como manifestação dos alunos, constitui-se uma atividade diagnóstica de grande importância, favorecendo aos professores, não só uma leitura do nível de aprendizagem dos alunos, como também adição de novos conteúdos, valores e habilidades necessárias a um aprendizado contextualizado, potencializando mudanças em suas práticas. Pensando assim, admite que a Comunicação e Cultura

traz inovação, mostrando viabilidade técnica, a partir de um modelo de gestão mais moderno. Na verdade, fazer jornais escolares sempre se fez, isso é uma tradição. O diferencial da proposta não é o jornal escolar, é um jornal produzido por alunos das séries iniciais. Quer dizer, os professores tomando a produção dos alunos e montando o jornal com condições de circulação para toda a escola. Um jornal para cada escola, com condições de circular na comunidade. Então, aí está a inovação (Oficial do UNICEF no Ceará, 2004).

Partilhando dessa posição, professores, coordenadores e dirigentes escolares entrevistados reafirmam a importância da metodologia de trabalho (até mesmo para a formação da equipe pedagógica escolar), admitindo que a escola, além de não dispor de infra-estrutura logística para fazer jornais, também não domina o processo de fazê-lo.

Um dos técnicos da Secretaria de Educação do Município de Aratuba informa ter identificado melhorias substantivas no aprendizado das crianças de seu município, após a parceria com a Comunicação e Cultura. Afirmando desconhecer outra experiência capaz de dinamizar melhor a produção textual na escola, destaca o jornal como um instrumento que potencializa a informação *no sentido do fazer, ao invés do de receber pronto*. Valorizando o caráter democrático da experiência, em sua opinião, quando o aluno publica ou lê seu próprio texto no jornal, está socializando seu saber, sua visão de mundo, além de *divulgar sua comunidade, sua cultura, sua história. Isso o identifica como sujeito que pensa, que produz conhecimento, resgatando sua auto-estima*.

Entretanto, nem todos os depoimentos convergem para um entendimento positivo do desempenho da Comunicação e Cultura. A ela também se atribuem críticas referenciadas no caráter funcional do projeto educativo em curso. Alguns entrevistados destacam o viés mercadológico da organização, sugerindo ausência de autonomia e posturas de subserviência na parceria, face a seu atrelamento às políticas governamentais.

Na fala da equipe da Comunicação e Cultura, as dificuldades da parceria são localizadas, especialmente, na carga burocrática do Estado, o que faz com que grande número de secretarias não repasse o recurso financeiro definido no contrato. Algumas têm dificuldades, até mesmo de celebrar o convênio. Mesmo assim, afirma o diretor de gestão da ONG, *o trabalho nunca deixou de acontecer, em decorrência de atrasos de pagamento, até porque, a organização não sobrevive só dos recursos da parceria com o Estado, nem tem o lucro como objetivo principal*. Além do mais,

os recursos repassados pela Secretaria da Educação Básica são irrisórios, muitas vezes não cobrindo nem mesmo os custos da impressão. O financiamento estatal apenas é uma das fontes de sustentação da instituição, que recebe doações e ajuda financeira de outras entidades (Diretor de Gestão da Comunicação e Cultura, 2003).

Ao falar da relação com o poder público e com a escola, uma assessora pedagógica da ONG, considera que o aprendizado decorrente da interação é profícuo e se dá de forma bilateral. Do ponto de vista da organização, reconhece que o trabalho com escolas oportuniza e potencializa o acesso ao seu público alvo - adolescentes e jovens - facilitando o alcance das metas da organização. A partir de sua própria experiência, admite ter aprendido bastante e reconhece que o trabalho em escolas facilita o desenvolvimento de

uma cidadania ativa e do protagonismo juvenil, meta presente na proposta da organização. Do ponto de vista da escola, considera que a metodologia utilizada pela Comunicação e Cultura cria um certo impacto, especialmente junto às pessoas envolvidas com os programas. No que se refere ao alunado, avalia que a prática de jornais contribui para

a melhoria do aprendizado, seja em relação à leitura e à produção textual, seja em relação ao desenvolvimento de outras habilidades requeridas para a confecção de um jornal. Especialmente, quando se trata do Clube do Jornal, espaço em que o aluno desenvolve outras habilidades voltadas para articulação, produção e circulação de um jornal estudantil, atividade que sugere o desenvolvimento de vínculos coletivos e de responsabilidade social (Assessora Pedagógica da Comunicação e Cultura, 2003).

A mesma assessora observa que em decorrência dessa prática

os alunos envolvidos no Clube do Jornal ou em outros programas, de uma maneira geral, quando passam a escrever sobre um determinado assunto, mesmo que seja uma crítica à escola, vão precisar pesquisar, ler algo sobre o tema, no estatuto ou em outra fonte que o ajude a produzir a matéria. Isso contribui para o desenvolvimento do gosto pela pesquisa, além de melhorar sua produção textual.

Tal percepção, também presente em depoimentos colhidos na escola, sugere a escuta e ampliação da discussão, tomando como referência a prática e a visão dos diferentes sujeitos e beneficiários dos projetos nas escolas pesquisadas.

4.2.1 A experiência da Comunicação e Cultura no CERE

O Centro de Referência Maria José Ferreira Gomes - CERE - foi criado pelo decreto governamental, nº 23.561, de 22/12/1994, inaugurado, em 1995, no governo de Ciro Gomes, e incluído nesta investigação, por ter em funcionamento, à época da pesquisa três projetos em parceria com a Comunicação e Cultura - o *Primeiras Letras*, o *Clube do Jornal* e o *Projeto de Igual para Igual*. Foi destacada por técnicos da Comunicação e

Cultura, por ocasião da pesquisa, como uma das escolas de bom desempenho, do ponto de vista do envolvimento nas atividades propostas e quanto à produção de jornais.

Localizada em Antonio Bezerra³⁹, populoso bairro da periferia de Fortaleza é considerado, no conjunto das escolas públicas estaduais, como referência, visto dispor de uma infra-estrutura de porte superior às demais. Sua arquitetura, infra-estrutura física e didático-pedagógica, com laboratórios, biblioteca, salas de leitura, oficinas de teatro e artes, quadras de esporte cobertas, faz do CERE um colégio disputado pela comunidade.

Tendo como público-alvo crianças, jovens e adultos provenientes de classes de baixo poder aquisitivo e poucas opções de lazer além da escola, o CERE é destacado pelos alunos como ponto de encontro e local de que a comunidade pode dispor, não só para o ensino regular, mas também para a realização de encontros e outras atividades da comunidade.

Aberto para receber as demandas escolares, o CERE atende um público superior a três mil alunos, oferecendo o ensino médio e o ensino fundamental (3º e 4º ciclos), nas modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos, nos turnos da manhã, tarde e noite.

Além das atividades rotineiras do processo de escolarização, o CERE oferece ainda cursos e oficinas de bordado, artesanato, corte e costura, pintura, confecção de flores e outras atividades artístico-culturais, e funciona também como espaço de encontro e de lazer. O esporte e o teatro são atividades que despertam grande interesse, contribuindo, na opinião da diretora, para a aproximação da escola com a comunidade.

Orientada por uma metodologia que privilegia projetos e parcerias com entidades da sociedade civil, o CERE mantém, hoje, um conjunto de projetos e atividades, tendo como pioneiro o *Projeto Correio Escolar*⁴⁰, que consiste numa ação voltada para a redução dos índices de evasão.

Realiza, em 1998, suas primeiras articulações com ONGs, outras entidades e empresas parceiras, com quem passou a conviver e a partilhar trabalhos, o que, na opinião

³⁹ Antonio Bezerra é um dos maiores e mais populosos bairros de Fortaleza. Situado às margens da BR 222, é caminho obrigatório para quem tem como destino as praias e a saída para a região norte do Estado. Esse bairro é também conhecido pela localização da conhecida “Rodoviária dos pobres”. Sua população é de baixa renda e vive, quase sempre, do emprego informal ou é desempregada.

⁴⁰ Esse projeto consiste numa comunicação permanente da Escola com a família, no sentido de controlar a frequência dos alunos e sua permanência na escola.

de seu coordenador de gestão, tem ajudado bastante no fortalecimento do protagonismo juvenil, dentro e fora da escola, oportunizando também a participação, o desenvolvimento dos alunos e o crescimento dos vínculos internos na escola.

Além dos projetos da Comunicação e Cultura, no ano da pesquisa (2003), o CERE conta também com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, mantendo em funcionamento projetos de qualificação para o trabalho - contabilidade e prestação de serviços – o que vem despertando grande interesse, não só dos alunos, mas também dos pais que aplaudem as iniciativas por entendê-las como possibilidade de complementação da renda familiar. Os Projetos, *ENLACE*, *Reforço na área de Matemática e de Português*, *O Folclore* e as *Oficinas de Literatura* são outras ações destacadas como iniciativas coletivas que, conforme relatório da escola vêm ajudando na melhoria da qualidade do ensino (Relatório de Avaliação Institucional da Escola - 2003).

No campo da gestão escolar, outros organismos coletivos ganham espaço na estrutura organizativa da escola, configurando-se canais de participação e/ou representação dos vários segmentos da comunidade escolar. Como na maioria das unidades da rede estadual, além do *Conselho Escolar*, instância máxima de deliberação, o CERE conta com atuação do *Grêmio Estudantil* (em fase de renovação, na época da pesquisa), *Associação de Pais*, *Congregação de Professores* e outros espaços de organização dos alunos, como o *Espaço Jovem*, a *Rádio Escolar*, o *Clube do Jornal*, o *Núcleo da Aliança de Igual para Igual* (os dois últimos em parceria com a Comunicação e Cultura) e o *Conselho de Líderes* que, juntamente com o Grêmio Estudantil, configuram legalmente os espaços de participação dos alunos nas decisões da escola.

O atrelamento burocrático, o centralismo das verbas às instâncias superiores, ao lado da pouca participação da comunidade escolar nos coletivos e organismos colegiados, compõem o débil quadro da participação e da autonomia da escola pública cearense.

Nesse contexto contraditório, as parcerias constituem-se iniciativas importantes, configurando-se lugar estratégico e mistificador, onde se materializam os propósitos institucionais em que a escola, limitada no cumprimento de sua função social, tende a buscar participação de outros agentes, como forma de garantir um melhor desempenho.

Compreendidas, em geral, como experiências *positivas de complementação às atividades escolares*, a articulação das ONGs com a escola revela múltiplas compreensões. Se de um lado, é vista como estratégia de substituição de responsabilidade governamental como forma de suprir as debilidades do projeto pedagógico escolar, por outro pode ser compreendida como alternativa de troca de aprendizados e perspectivas educacionais, com amplas possibilidades de ganhos para a melhoria da educação e do ensino público. A eficiência da metodologia de trabalho das ONGs tem sido apontada como justificativa maior para as parcerias que se desenvolvem a passos largos.

No caso, em pauta, essa última visão pode ser confirmada nos vários depoimentos de alunos e professores vinculados aos projetos em parceria na escola, quando expressam a noção de que as ONGs *inovam por ensinar coisas que a escola não ensina*.

Referendando tal opinião, um aluno participante do Jornal CERE Notícias considera a contribuição da Comunicação e Cultura como muito relevante, destacando seu desempenho na abordagem utilizada na formação dos jovens, acrescentando que essa se dá de modo a deixar o jovem mais protagonista e empreendedor. Em sua opinião, a contribuição da Comunicação e Cultura consiste no favorecimento de uma visão mais crítica da realidade, para que possa ter uma maior atuação, intervindo, através da comunicação.

De modo análogo, um grupo de alunos do CERE reconhece que a participação e a vivência coletiva, tanto no Clube do Jornal, quanto no Projeto de Igual para Igual traz inúmeros aprendizados. Dentre eles, destacam

[...] o aprender a pesquisar, a conviver, a falar em público, a fazer amizades, a ser mais humano. A escola ensina coisas importantes, mas não a ponto de detalhar algumas importantes na vida, como evitar DST, usar camisinhas, dentre outras.

Na verdade, admitem que os conhecimentos trabalhados pela ONG e pela escola são diferentes, embora se somem, contribuindo para uma formação mais completa. Destacam que o diferencial metodológico favorável à Comunicação e Cultura reside no fato de abordar o conhecimento de *forma mais simples, mais prática, mais livre e mais democrática*.

Questionados se gostavam da escola, disseram que sim, não só do ensino por ela ministrado, mas também da convivência com colegas e professores. Isso me conduziu a especular um pouco mais, buscando relacionar suas percepções, tecendo comparações entre os saberes trabalhados por elas.

Nesse paralelo, foi perceptível a idéia de que os conhecimentos trabalhados são importantes, embora diferentes. Enquanto a escola repassa informações que leva o aluno a *decifrar informações*, a Comunicação e Cultura preocupa-se com a *formação de consciências, politizando e preparando melhor os jovens*. Na opinião de uma aluna

todos que passam por essa ONG são, de certa forma, marcados pela formação que recebem, passando a ter uma mente mais aberta, facilmente identificada no perfil cultural dos participantes ou egressos de seus programas, especialmente, daqueles que vivenciam o sentido do protagonismo juvenil proposto.

Para um dos líderes do jornal *CERE Notícias*, grande número de egressos do Clube do Jornal ou de outros grupos, ou faz, hoje, um curso superior de letras, comunicação social ou atua na área de organizações, assumindo algum tipo de liderança, o que a leva a concluir que o jornal exerce *forte influência na formação dos alunos, modificando suas vidas, tornando-os pessoas de garra, que lutam pela melhoria da qualidade da escola e também da vida*.

A convivência com a escola oportunizou-me uma apropriação da leitura de seus sujeitos sobre seu desempenho e sua relação com as entidades parceiras, propiciando-me uma análise mais qualificada do trabalho da Comunicação e Cultura e de seus efeitos na ação escolar.

Em visita à escola, logo nos primeiros contatos, deparei-me com um grupo de alunos e professores que planejavam a programação relativa ao Projeto *De Igual para Igual*. Era cerca de seis adolescentes, alunas da 7ª série ao segundo ano do nível médio, e uma professora capacitada pela ONG que, na condição de educadora popular, orientava as ações do Núcleo de Mobilização.

Nossa conversa, inicialmente, destacou questões referentes ao núcleo: como funciona, periodicidade dos encontros, o que discutem, o que aprendem, o que ensinam, através do projeto. Informando-me sobre o processo de construção grupal e a escolha das temáticas trabalhadas, destacaram pesquisas e estudos, como atividades inerentes à metodologia do projeto, indicando-o como algo muito *produtivo do ponto de vista da*

aprendizagem. Foi, então, que descobri que esse núcleo de mobilização se voltava só para os alunos da escola, embora já tivesse sido aberto para jovens de toda a comunidade, sendo realizado em conjunto com o centro comunitário do bairro.

Tendo como objetivo discutir ações no campo da sexualidade e prevenção de doenças, as atividades planejadas para o mês - abril de 2004 - incluíam a realização de um Seminário sobre *Drogas e Violência* com mostra de cartazes, concurso de redação, teatro, dança e apresentação de um grupo de Hip Hop do bairro (MH2 8). O objetivo do grupo era pensar estratégias para viabilizar o evento, como outros já realizados, quando trabalharam temas, como Doenças Sexualmente Transmissíveis – *DST, Gravidez Precoce e Aborto*.

Interrogados se gostavam do que faziam no Núcleo, unânimes responderam positivamente, quanto ao aprendizado. Na fala de uma das alunas, era nítido o prazer de estar no grupo, ao se referir que esse era um “trabalho muito gostoso de fazer, mas que requer uma auto-capacitação, já que são assuntos que nem sempre a escola ensina” (Aluna, 8ª Série, integrante do Núcleo Juventude e Consciência).

Com posição semelhante, uma das lideranças informou que esse projeto começou na escola, com o incentivo do professor de teatro, por volta de 1999. O processo iniciou-se com um grupo de, mais ou menos, 30 alunos interessados em participar do Clube do jornal. Tem sido sempre essa a dinâmica, com mobilização e divulgação, no início de cada ano, há sempre adesão de novos alunos, embora só permaneça um pequeno grupo de, no máximo, dez.

Outra líder do Clube do Jornal, reconhecendo a contribuição da Comunicação e Cultura na formação dos jovens e na sua própria, comenta sobre as dinâmicas de organização e participação no Clube e admite, como fundamental, a ajuda do professor de teatro, no início, como *incentivador e facilitador dos processos*, sem a qual o jornal talvez não tivesse se projetado. No início, afirma

o Clube do Jornal publicava, em média, sete edições por ano e era considerado muito bom. Foi a fase áurea do CERE Notícias, momento em que Grêmios e Clube do Jornal eram uma coisa só. Como dizem alguns, era a época em que o jornal tinha moral (Liderança do Jornal CERE Notícias).

Tais considerações convidam-me a pensar sobre as dinâmicas e aprendizados gerados no interior do Clube, conduzindo-me a reflexões realizadas por outros sujeitos. Nesse sentido, vêm-me à mente alguns dos comentários de outra entrevistada, quando expõe sua experiência no jornal: *quando entrei, sabia muito pouco de jornal, não sabendo, sequer, ligar um computador*. Refletindo os motivos que a fizeram ingressar no programa, afirma que entrou com o pensamento de aprender a escrever. Reconhece que isso se concretizou, acha que aprendeu muito mais e hoje se considera

mais comunicativa, protagonista. Aprendi no Clube do Jornal a ter mais iniciativa, responsabilidade e ampliei minha visão de mundo, além de ter aprendido coisas práticas como: usar computador, diagramar um jornal, lidar com grupos e formar lideranças.

Recorda, ainda que, ao se incorporar ao grupo, no início de 2000, existia uma equipe fixa de, mais ou menos, cinco ou seis pessoas que conduziam o jornal, havendo, a cada término de ano, uma renovação da equipe, mudando-se também as dinâmicas de organização, conforme o estilo de gestão de cada grupo.

Com o entendimento de que as ONGs atuam, em geral, em espaços que o governo não consegue atingir, reconhece o trabalho da Comunicação e Cultura na escola como de grande importância e destaca positivamente a metodologia utilizada, fazendo referência aos encontros de formação, admitindo-os como de *grande valia, não só pelos conteúdos práticos e de grande utilidade, mas pela forma envolvente como são trabalhados* (Aluna do 2º ano do ensino médio, integrante do Clube do Jornal).

Embora admita gostar dos professores e da convivência na escola, não formulando considerações negativas sobre ela, ao ressaltar a metodologia utilizada pela Comunicação e Cultura, faz uma crítica à escola, argumentando que, apesar de necessário o conteúdo, a forma de trabalho desenvolvido por ela *não é nada empolgante*. Nesse sentido, admite falhas, não só na metodologia utilizada pela escola, mas também nos processos de gestão, destacando como precária a condução dos processos interativos nos diferentes espaços de participação oferecidos aos alunos. O grêmio, os líderes de classe e o clube do jornal, em sua opinião são ainda bastante desarticulados.

Essa compreensão, sabiamente arrematada pela visão presente no adágio que diz que *quem está fora da roda consegue enxergá-la melhor*, fortalece a opinião da

entrevistada, quando argumenta que as *ONGs* somam com a escola, influenciando e contribuindo para o aprimoramento do ensino, no que se refere à metodologia e ao currículo escolar, em reforço ao compromisso da realização de uma formação integral e complementar à escola (CENPEC, 2003).

Essa visão não é unânime, pois expressa o caráter contraditório das opiniões constatadas na pesquisa. Para alguns, a Comunicação e Cultura, apesar de lidar com importante instrumento didático, que é o jornal, pouco contribui, no sentido de melhorar a prática escolar, por se manter distante do que acontece no cotidiano da sala de aula. Outros admitem que o jornal produzido na escola, hoje, apesar de ser lido e divulgado na comunidade, não possui a vitalidade dos primeiros anos, o que faz alguns de seus participantes afirmarem que o jornal *não vive seus melhores dias*.

Na percepção de outros, entretanto, o jornal nunca trouxe resultados impactantes para a escola, na medida em que, desde o início, sempre foram muito poucos os alunos que se envolveram com o processo de sua produção, que era restrito a um pequeno grupo. Questionada sobre isso, a diretora admite que a escola enfrenta dificuldades na mobilização dos alunos. Informa que grande número já está envolvido com o mundo do trabalho ou tem a expectativa de se preparar para ele, o que dificulta sua participação em atividades de natureza extra-curriculares. O perfil desses alunos - ser de baixa renda, estar cursando o nível médio e se sentir pressionado para entrar no mercado de trabalho, na opinião da diretora, explica a fragilidade de sua participação nos projetos coletivos da escola que, reconhece, *potencializa muitos aprendizados*.

Sem minimizar a contribuição da Comunicação e Cultura, admite que os efeitos de seu trabalho, através do núcleo de mobilização ou do clube do jornal, alcança, de fato, um pequeno número de alunos e só beneficia, efetivamente, os envolvidos diretamente com o programa. No entanto, faz exceção ao jornal *Primeiras Letras* que, em sua opinião, tem trazido

importante contribuição ao planejamento curricular das séries iniciais do ensino fundamental, além de colaborar com a formação de professores, capacitando-os para o uso da metodologia de jornais em sala de aula (Diretora do CERE).

Reforçando essa mesma posição, a coordenadora pedagógica reconhece que o jornal infantil traz uma enorme contribuição ao professor, especialmente das séries

iniciais, e argumenta que, a partir dele, muitas atividades puderam ser melhor realizadas em sala de aula, sem falar em sua importância como elemento de diagnóstico do trabalho do próprio professor.

Essa percepção, também presente no depoimento de outros professores, sugere a idéia de que os efeitos e qualidade das intervenções e contribuições da Comunicação e Cultura na escola se dão, em maior ou menor escala, a depender do programa e do contexto em que acontecem.

Uma das educadoras populares envolvidas com o *Núcleo Juventude e Consciência*, também responsável pela preparação do jornal *Primeiras Letras*, quando questionada sobre o *que aprende e o que ensina*, ao participar das atividades dos projetos da ONG Comunicação e Cultura, admite que “aprende muito”, pois as oficinas e intercâmbios

são muito enriquecedores, com forte conteúdo prático e informações educativas fundamentais para o público jovem, sem falar na metodologia, que trata o conteúdo sem preconceito e de forma interessante (Professora da Sala de Leitura do CERE).

Na condição de coordenadora do *Núcleo Juventude e Consciência*, essa educadora destaca o caráter pedagógico e mobilizador dessa ação na escola, ressaltando que os objetivos e aprendizados gerados são amplos e variados. Esse programa, em sua opinião, tem conseguido trabalhar informações fundamentais para o público jovem, propiciando troca de experiências entre os alunos da escola e outros jovens da comunidade.

Admitindo que o trabalho tem se voltado, principalmente para os alunos da própria escola, embora já tenha sido extensivo à comunidade, destaca sua importância em reforço ao protagonismo juvenil e reconhece seu potencial mobilizador visível no crescimento do grupo e na organização de projetos que, a cada dia, ganham mais consistência na escola. Em sua opinião, é um trabalho que

faz diferença em relação aos demais, porque, no momento em que o jovem consegue dar uma palestra sobre alguns dos temas, ele se sente fortalecido, apoiado, e isso faz muito bem a sua auto-estima, fortalecendo, também, seu compromisso com a escola, consigo mesmo e com a sociedade. E isso, do ponto de vista pedagógico, faz a diferença: é jovem falando para jovem (Professora da sala de Mídias, do CERE).

Uma conversa com lideranças emergentes do Jornal CERE Notícias, em fase de capacitação, vem confirmar o caráter dual das percepções identificadas até aqui, possibilitando-me a compreensão da magnitude da ação e da qualidade dos processos desencadeados pelos programas em desenvolvimento nessa escola.

A capacitação desse grupo, através de uma oficina de diagramação da qual pude participar na condição de pesquisadora, revelou o interesse e o empenho dos novos integrantes em preparar-se para assumir as tarefas do jornal. No entanto, evidenciou seu caráter restrito de participação em termos numéricos.

Contando com apenas quatro alunos, essa oficina constou de uma aula teórico-prática em que, não só era vivenciado o processo de diagramação, como eram oferecidas as *dicas* que conduziam ao preparo do jornal, na busca de superação das possíveis dificuldades. Os participantes, inclusive eu, munidos de lápis e papel, se exercitavam na tarefa de diagramar um jornal, definindo, cada um a seu modo, manchetes, editorial, hiper-textos, a partir de uma temática previamente definida pela instrutora, para a primeira edição do jornal, em 2004.

No processo, clareavam-se as noções de como construir uma pauta, definir temáticas e matérias, ao mesmo tempo em que a instrutora sugeria critérios e prioridades para a seleção dos textos que seriam elaborados pelos participantes, oferecendo-lhes também alternativas para a utilização de sobras ou matérias extras. Mostrou todos os passos necessários para confecção de um jornal - *discussão da pauta, escrita e recolhimento de textos e desenhos, seleção do material produzido, digitação, diagramação, leitura ética pela ONG, impressão gráfica, distribuição dos jornais, recebimento e avaliação* - e, a seguir, convidou todos a fazerem a diagramação de um jornal, fornecendo ainda as pistas, quanto à utilização do espaço e da linguagem mais adequada.

Avaliada, positivamente, pelos participantes, essa primeira parte da oficina teve continuidade com a prática de digitação e uso do computador, estimulando o novo grupo, desmistificando a atividade jornalística e minimizando dificuldades, numa visão otimista de *que não existe nada difícil*.

Foi interessante perceber o empenho da jovem monitora em repassar para seus colegas o que aprendera à frente do Clube do Jornal. Mesmo sabendo que os novos integrantes passariam, como de costume, pelo processo de formação oferecido pela

Comunicação e Cultura, numa espécie de rito-passagem, repassava sua experiência com muita maestria.

Sua postura, didaticamente orientada por princípios construtivistas, assegurava-me o nível do aprendizado acumulado na experiência da monitora. Os participantes mostravam-se muito empenhadas em assimilar o que lhes era transmitido e se exercitavam, curiosos, demonstrando interesse pela atividade.

As diagramações realizadas a título de exercício ofereceram um bom resultado estético. A escolha das matérias, embora variadas, seguiu o padrão editorial das outras edições: todas as propostas traziam uma reportagem de primeira página com uma foto ilustrativa (o tema era o retorno às aulas), colunas com brincadeiras, perfil, música do mês, recadinhos, fazendo alusão às férias e ao retorno escolar, variando apenas o uso do espaço e o lugar das manchetes, evidenciando-se uma boa compreensão, quanto aos critérios e estratégias sugeridas pela monitora.

Acompanhar essa oficina, mais do que qualquer entrevista, proporcionou-me uma visão mais ampla do potencial educativo e do efeito multiplicador do trabalho da Comunicação e Cultura, embora também tenha evidenciado os limites de sua abrangência. Não consegui identificar, muito nitidamente, a relação dos conteúdos curriculares com os temas discutidos no *CERE Notícias* nem tampouco percebi a utilização do jornal como recurso didático escolar.

Apesar de os programas da ONG potencializarem uma certa aproximação da escola com a comunidade - articulando patrocínios, divulgando ou discutindo temáticas de interesse geral, não posso afirmar que a pesquisa identificou avanços do ponto de vista da mobilização social e política, o que me autoriza a afirmar que os efeitos pedagógicos da ação da Comunicação e Cultura ainda não conseguem extrapolar os muros da escola, não favorecendo mudanças significativas no estreitamento das relações desta com a comunidade em seu entorno, limitando-se à aquisição de conhecimentos e ampliação de saberes não trabalhados ali.

Nesses termos, convém reafirmar a amplitude dos conhecimentos e das possibilidades concretas na melhoria das oportunidades e da qualidade de vida, não só dos jovens, como também dos professores. No que se refere aos alunos, isso pode ser visualizado, tanto em relação à aquisição de conhecimentos - aprender a ler criticamente, criar hábito de leitura, aprender a escrever - como em relação à mudança de

comportamento - respeito e valorização do trabalho coletivo, tolerância, sexualidade saudável, consciência de direitos, capacidade de articulação e mobilização social, desenvolvimento da sensibilidade e abertura de novos horizontes culturais, sem falar no desenvolvimento da auto-estima, do empreendedorismo e do interesse pela causa coletiva, dentre outros saberes e habilidades necessárias a uma formação para a cidadania, numa espécie de *comunidade de aprendizagem* (Torres,2003,p.83).

Do ponto de vista do trabalho junto a professores e equipes técnicas, da SEDUC e da Escola, o trabalho se materializa no atendimento direto, através de encontros e intercâmbios, proporcionando aos participantes as ferramentas de comunicação para que se possa atingir um grupo bem maior. O caráter multiplicador deste trabalho, reintroduz o debate da formação e do protagonismo do professor, possibilitando também um amplo campo de mudanças em sua prática profissional.

Apesar de bem recebida e referenciada positivamente na quase totalidade dos depoimentos colhidos, não se pode afirmar que os objetivos da Comunicação e Cultura tenham sido alcançados plenamente, no CERE de Antônio Bezerra. Esboçados num plano ainda incipiente, os objetivos e dinâmicas presentes em seus projetos ainda padecem de certas debilidades que, certamente, não podem ser vistas de forma desvinculada das fragilidades e potencialidades do sistema educacional, o que sugere uma análise da experiência em outras escolas.

4.2.2 A Experiência da Comunicação e Cultura no Município de Aratuba

Aratuba é um município pequeno, com uma área de apenas 157 km quadrados. Limita-se com os municípios de Mulungu, Itapiúna, Capistrano e Quixadá. É agradável por seu clima temperado que oscila entre 18 e 25 graus. Seu nome é indígena e, na língua tupi, significa *abundância de pássaros*. Sua população, de acordo com estatísticas do censo de 2000, é de 12.359 habitantes, 10.202 na zona rural e 2.157 na urbana. A história do lugar é marcada pela religiosidade e retrata a identidade de um povo cristão e apaixonado por sua terra, com histórias também vinculadas às lutas encampadas pela Igreja, sendo esta uma característica central de sua gente.

Sua vocação econômica está ligada ao plantio de café, frutas, hortaliças, além de possuir jardins, parques e reservas ecológicas. O IDH do município é baixo. Conforme estatísticas do ano 2000, está em torno de 0,633, ocupando 87º no Ceará e 4.069º em termos de Brasil (Anuário do Ceará, 2004).

Do ponto de vista educacional, a rede pública municipal dispõe de um parque escolar com 08 unidades de ensino, distribuídas entre sede e distritos que, passadas por um recente processo de nucleação, atendem a 3.468 alunos no ensino fundamental, cobrindo a população escolarizável, conforme dados da Secretaria de Educação (2000).

Visto como modelo reconhecido internacionalmente por sua eficácia na universalização do ensino, o processo de nucleação tem como suporte, uma rede de transporte escolar, que conduz crianças e professores de regiões rarefeitas à escola, consolidando uma experiência diferenciada do restante das escolas do Ceará. Com efeito, a erradicação do analfabetismo e a premiação concedida pelo Selo Unicef por dois anos seguidos, a experiência do Prefeito Mirim, o *processo de nucleação* das escolas municipais e o projeto da *Escola Ideal* são alguns dos destaques da história da educação em Aratuba, o que a coloca numa situação de destaque, frente a outros municípios do Estado.

Sua experiência recente no campo da organização e da gestão do sistema escolar, através do processo de nucleação das escolas municipais, somada à adoção de estratégias pedagógicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino tem-lhe conferido um desempenho de reconhecimento internacional, o que explica uma certa empolgação da equipe técnico-pedagógica, no que se refere aos resultados conseguintes do desafio, que tem sido a construção de um ensino qualitativamente bom para toda a população do município.

Sua adesão ao Projeto Primeiras Letras - com atuação em oito escolas da rede municipal - remonta ao ano 2000, momento em que a Secretaria, deparando-se com índices pouco otimistas em relação ao desempenho e qualidade do ensino, buscava alternativas que pudessem contribuir para melhor desenvolvimento da leitura e da escrita, questões tidas como problemáticas no processo de ensino-aprendizagem.

A expectativa, além da produção de jornais escolares, era que a parceria despertasse nos alunos o gosto pela leitura e pela escrita, algo que, na opinião do coordenador do projeto, tornou-se visível logo no primeiro ano, com *sensível melhoria na desenvoltura, tanto em relação à oralidade, quanto à produção textual, ajudando também*

na auto-estima das crianças. Embora admita que as expectativas ainda se voltem para o desempenho em sala de aula, o que demanda alguns acertos e melhorias na incorporação da metodologia pela escola, reconhece que a Comunicação e Cultura vem oferecendo grande contribuição, inovando com a tecnologia de fazer jornais, ao mesmo tempo em que favorece a *participação e o exercício da crítica e da liberdade de expressão* entre o alunado.

Beneficiária do trabalho pela parceria, tanto com a SEDUC, quanto com a Secretaria de Educação do Município, Aratuba partilha com a gestão de dois projetos da Comunicação e Cultura: o jornal Primeiras Letras e o Clube do Jornal. O primeiro junto à rede municipal e o segundo na escola estadual de nível médio.

Com o intuito de ser fiel aos dados da pesquisa, passo agora a apresentar a experiência de cada uma das escolas pesquisadas, resgatando a vivência e as percepções acerca do trabalho e da relação que mantêm com a ONG em foco, destacando, assim, o que se relaciona com esta discussão.

4.2.2.1 O trabalho da Comunicação e Cultura na leitura dos sujeitos da escola municipal de Aratuba: visões que se somam

Corroborando visões que identificam a produção do jornal, como importante contribuição à escola, a experiência no município de Aratuba, como nas outras escolas pesquisadas, é marcada por um lastro de vivências positivas com saldos enriquecedores, do ponto de vista da formação do aluno e do professor e melhoria de sua ação pedagógica.

Nesse sentido, a conversa com a diretora da escola de Barreiros – zona rural - é bem elucidativa, com detalhes sobre a parceria que, a seu ver, *não é apenas mais um benefício para a escola, mas uma atividade integrada ao desenvolvimento de sua proposta curricular.* Faz parte do planejamento, como algo direcionado para ajudar o aluno a ler e a escrever. É um trabalho que envolve a coordenação pedagógica, professores e alunos das séries iniciais que, numa ação conjunta com a Comunicação e Cultura buscam reverter o quadro da aprendizagem, focando especialmente na questão da leitura e da escrita.

Pensando assim, reconhece que o trabalho da Comunicação e Cultura favorece, não só o aprendizado das crianças, mas também o dos professores. Avalia que os intercâmbios e encontros de capacitação promovidos, bimestralmente, contribuem bastante para a formação dos professores e da própria ONG. Nessas ocasiões são sugeridas dinâmicas e estratégias pedagógicas de fácil utilização em sala de aula, contribuindo para a *diversificação da metodologia escolar*.

Partilhando dessa mesma opinião, o coordenador do programa na secretaria municipal, identifica como principal problema na parceria, o retorno do jornal à escola, o que, em sua opinião, desestimula o professor a explorá-lo em sala de aula, até porque o tema de estudo, muitas vezes já é outro e não tem mais sentido retomar. O jornal, então, é apenas distribuído. Mesmo assim, considera que a prática do jornal escolar acrescenta bastante à escola e admite ter constatado melhorias no aprendizado dos alunos, especialmente, daqueles que gostam mais de escrever, porque a produção textual é sempre acompanhada de mais leituras e também de mais pesquisas.

Na visão de uma das professoras da escola, que também se queixa da demora no retorno do jornal, a contribuição dessa metodologia é visível no

estímulo aos alunos que, vaidosos, buscam caprichar para ter seu texto no jornal, sendo perceptível melhoras no processo de leitura, de escrita e até na desenvoltura do ato de escrever. Quando você propõe a construção de um texto para a publicação, a própria criança se estimula e já procura fazer um trabalho melhor porque vai aparecer, vai ser divulgado e depois ela quer o retorno que é a leitura daquilo que escreveu. Aí é onde entra o mérito do jornal e da Comunicação e Cultura que viabiliza a produção e distribuição para fora da escola (Professora da Escola Nucleada de Barreiros).

Com bom desempenho em relação às metas previstas, a experiência do jornal infantil pareceu-me empolgar, não só o alunado, mas também os professores dessa escola, conquistando simpatias e elogios. Ao falar do sentimento e dos saberes incorporados pela prática de jornais, uma aluna da 7ª série destaca que, *além de aprender a ler e a escrever melhor*, a participação no jornal favorece a ampliação de novos conhecimentos, reforçando também seu compromisso com a escola.

Outra aluna da 6ª série reconhece sentir-se bem ao ver sua matéria publicada e que o jornal a incentiva a *ler mais, a pesquisar em outros livros, proporcionando-me mais conhecimento e mais gosto pela leitura, servindo também para desenvolver minha inteligência* (Aluna, 5ª. Série da Escola de Barreiros).

Percebendo o trabalho da Comunicação e Cultura, sob a mesma perspectiva das outras unidades pesquisadas, a Escola Maria Júlia, localizada na sede do município de Aratuba - zona urbana - acrescenta à pesquisa o argumento da melhoria da qualidade do ensino, identificando em sua metodologia elementos favorecedores de uma melhor qualificação da prática escolar, meta perseguida pela escola.

Recordando projetos e experiências vivenciadas a partir da metodologia de jornais, reafirma resultados positivos realizados nos ciclos iniciais do ensino fundamental, ressaltando, a partir daí, melhorias substantivas no aprendizado das crianças.

Admitindo que o jornal favorece aprendizados de teor mais político, a coordenadora do jornal nessa escola atribui o sucesso da experiência à linha editorial e às temáticas selecionadas, que reforçam a cultura dos direitos, respeito às diferenças étnicas, de gênero e muitas outras, o que, em sua opinião, causa impacto no aprendizado, permitindo a ampliação de novas visões e mudanças de comportamento.

Bem aceito pela comunidade escolar, o jornal *Primeiras Letras*, único projeto da Comunicação e Cultura na rede municipal de Aratuba, assume um lugar central na vida da escola, extrapolando, em alguns casos, sua função metodológica escolar. Na escola de Barreiros, por exemplo, o jornal assume dimensões comunitárias mais amplas e extrapola os muros da escola, funcionando também como jornal comunitário local, uma vez que é o único veículo de comunicação impresso da localidade.

Isso é retratado no depoimento de um pai entrevistado, quando argumenta que o jornal traz benefícios, não só para a escola, mas para toda a comunidade. Declarando-se feliz por ver sua filha participando, considera que o jornal

... é importante para a comunidade, porque traz informações que esclarecem o entendimento de questões como o reflorestamento e outras coisas necessárias, não só à escola, mas também à comunidade que não dispõe de nenhum outro veículo de comunicação local (Pai de aluno da escola de Barreiros – Aratuba-CE).

Além dessa, outras visões referendam a positividade da experiência com jornais escolares, sendo atribuída à Comunicação e Cultura referências de um trabalho positivo, especialmente por introduzir elementos de um jornalismo moderno, com um código de ética, que preserva o direito de resposta, e editoriais que discutem conteúdos atuais, como diferenças étnicas, de gênero, preservação do meio ambiente, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, a ela sendo atribuída a grande tarefa de

influenciar no projeto político pedagógico das escolas, complementando ou sugerindo conteúdos e práticas sociais coletivas ainda pouco exploradas.

Na verdade, a pesquisa aponta para a compreensão de uma proposta de comunicação que ajuda o alunado a exercitar-se no mundo das informações, aprendendo a se colocar, a redigir com clareza temáticas provenientes de áreas de seus interesses ou de projetos estudados na escola, levando-o, ainda, ao desenvolvimento da crítica e de outras habilidades de leitura e de pesquisa.

Nesse sentido, os entrevistados destacam, como fundamental, o papel, tanto do professor quanto do coordenador pedagógico responsáveis pela organização e pela compatibilização das atividades do jornal com o planejamento da escola, buscando articular os temas e prazos do jornal com a culminância dos projetos e temas estudados, utilizando-o, na medida do possível, como elemento de socialização da produção dos alunos.

É, no entanto, recorrente a reclamação da demora no retorno do jornal às escolas, e técnicos da Secretaria da Educação admitem dificuldades com a infra-estrutura desse serviço, reconhecendo o transporte dos jornais como um dos problemas a ser resolvido com brevidade. Lamentam também a impossibilidade de utilização da tecnologia do CD Room Tutorial, que resolveria parte dos problemas, caso o município dispusesse de computadores e infra-estrutura para tal.

A ONG tem procurado alternativas na busca de superar essas dificuldades, como atividades de reforço ao trabalho da escola e convênio com o Sindicato dos Transportes Coletivos para a distribuição dos jornais nos municípios. No entanto, essas iniciativas ainda não foram suficientes para superar um dos principais problemas de Aratuba, que, efetivamente, é a compatibilização do retorno do jornal com as atividades da escola dentro do tempo e dos prazos desejados.

Assim, pode-se dizer que a experiência de produção de jornais em escolas do interior, apesar de revelar aspectos positivos, traz a marca da precariedade, característica do ensino e da administração pública, em geral, prática social ainda bastante carente de aprimoramento.

4.2.2.2 O Clube do Jornal na escola estadual de Aratuba

Incluída no rol das escolas, com debilidades a serem trabalhadas, a Escola Estadual Joacy Pereira, unidade escolar situada na sede do Município de Aratuba, atende cerca de 943 alunos cursando o ensino médio. Nessa estatística, estão incluídos os alunos da sede e da zona rural. Em parceria com a Secretaria de Educação Municipal, essa escola desenvolve a experiência de descentralização do ensino, atendendo nas próprias comunidades os alunos das escolas nucleadas: Pai João (117 alunos), Tope (126), Pindoba (20), Mundo Novo (40), Marés (97), Barreiros (130), Fernandes (23) e Calembre (13), com calendário e sistemática de atendimento diferenciado da sede.

Os primeiros contatos com Escola Estadual Joacy Pereira deram-se a partir de uma conversa inicial com a diretora que abriu espaço para a pesquisa, facilitando minha inserção e convivência com alunos, professores e participantes do programa em desenvolvimento na escola.

O acesso à documentação da escola encaminhou-me à análise do conjunto das intenções explícitas em seu projeto pedagógico, cuja missão é *promover uma educação de qualidade, com foco na aprendizagem*. A leitura de seu projeto político-pedagógico foi muito elucidativa, quanto ao encaminhamento das prioridades da política educacional estadual, sendo patente a semelhança entre essa e outras escolas estaduais, e comuns algumas de suas prioridades.

Orientada pelo modelo de uma gestão do tipo participativa, elege como objetivos norteadores de sua ação o fortalecimento de uma gestão democrática e participativa voltada para a melhoria do relacionamento da escola com pais e a comunidade, incluindo como prioridade, dentre outras a

...inauguração de uma rádio comunitária na escola; o desenvolvimento semestral de um evento sócio-cultural esportivo, envolvendo alunos, pais e comunidade; promoção semestral de um ciclo de oficinas de arte e trabalhos manuais para a comunidade escolar; elaboração bimestral de um Boletim Informativo de divulgação externa à escola, incrementando a comunicação e colaboração entre a escola e a comunidade local (Projeto Político-Pedagógico, 1997).

No plano das intenções, a proposta educativa sugere compromisso com uma educação crítica voltada para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, embora a prática curricular não aponte nessa mesma direção. Em contradição à proposta, a diretora, mostrando-se um tanto quanto descrente, talvez decepcionada e impotente frente à avalanche de problemas que diz enfrentar na direção, afirma não ter conseguido realizar o plano de trabalho proposto por ocasião da disputa eleitoral, reconhecendo que o núcleo gestor não dispõe de autonomia para conduzir o trabalho.

Admitida, através de um processo eleitoral, portanto, com legitimidade para dirigir a escola, conta com uma equipe composta de uma secretária, dois coordenadores - um pedagógico e outro financeiro - e um Conselho Escolar, também eleito o qual representa a instância máxima de deliberação da escola.

No tocante à gestão da escola, suas queixas voltam-se para a *falta de condições financeiras e materiais*, incluindo *falta de livros e até de professores*. A carência dessas mínimas condições didático-pedagógicas faz com que o professor perca tempo copiando matérias no quadro, isso porque a escola não dispõe, sequer, de uma máquina copiadora, ficando sempre a depender do CREDE.

O INFORMATIVO JP, jornal editado por um grupo de adolescentes da escola desde 1997, é o único programa e principal justificativa da presença da Comunicação e Cultura na escola. Considerado pela organização como um dos Clubes ainda distante dos objetivos pretendidos pela ONG, na visão das suas atuais lideranças, o jornal *não vive seus melhores dias*, contando, hoje, com o envolvimento de apenas quatro alunos.

Para a diretora, as dificuldades são decorrentes do pouco interesse dos alunos e do fluxo natural (saída e entrada de novos alunos) o que, segundo ela, é normal a cada início de ano. Entretanto, ela mesma e os próprios alunos admitem uma baixa no rendimento e na produção de jornais, refletindo a pouca mobilização dos alunos e o baixo número de edições, nos últimos anos.

Um dos líderes do jornal, lamentando ter que se ausentar para enfrentar o vestibular, reconhece que a experiência, mesmo fragilizada em sua organização e desempenho, conduz a muitos aprendizados. Para ele, o jornal é uma importante ferramenta para o exercício da cidadania, porque *desenvolve o lado político do aluno, fazendo com que ele crie responsabilidade e se interesse pela causa coletiva*, deixando-o

também mais crítico, comprometido e encorajado a encarar a realidade como *um jornalista de verdade*.

Outro participante do *Informativo JP* admite gostar de ser destacado como *alguém diferenciado dos demais*. Reconhece que a experiência o tem estimulado a pensar em ser jornalista, embora tema não passar no vestibular, dada a concorrência e as barreiras enfrentadas pelo aluno da escola pública, principalmente procedente do interior.

Compreendendo o jornalismo como um espaço de atuação abrangente através do qual se pode ajudar, tanto a escola, quanto à comunidade, considera que o jornal escolar tem um forte potencial educativo e exerce grande poder de pressão. Daí, reconhecer a importância do trabalho da Comunicação e Cultura, evidenciado na preparação e incentivo ao aluno para atuar na mídia impressa, cultivando neles certos hábitos, o como falar em público e dar opinião. Analisando outras contribuições, considera que a ONG Comunicação e Cultura, além de complementar a instrução oferecida pela escola, *reforça no aluno o desejo de crescer, de estudar e de ser alguém na vida*.

O desenvolvimento da responsabilidade social e o impulso ao compromisso coletivo são também contribuições decorrentes da prática vivenciada no Clube do Jornal. Para alguns, essa experiência tem contribuído bastante para o exercício de uma autonomia pessoal e profissional. Ao lado dos saberes vivenciados no ato de elaboração dos jornais, ressaltam, ainda como muito positivo, a capacitação, os encontros e a convivência com jovens de outros municípios, no processo de formação de uma rede de jornais estudantis de que participam.

Convidados a pensar sobre uma possível influência da ONG na gestão da escola e, por extensão, em sua relação com a comunidade no entorno, admitem não perceber nenhum tipo de intervenção que extrapole a formação dirigida a grupos dentro da escola, não conseguindo visualizar nenhuma influência capaz de promover uma articulação mais forte da escola com a comunidade. Assim, não foi possível identificar uma penetração mais ampla do jornal, não conseguindo, portanto, que este alcance, nem mesmo as escolas nucleadas com quem a escola estadual mantém parceria. Restrita a um pequeno grupo, o jornal estudantil, nessa escola, dá sinais de pouca vitalidade.

Na avaliação da assessora da Comunicação e Cultura que acompanha o trabalho na região, cada grupo tem um ritmo, e esse de Aratuba, em especial, apresenta algumas debilidades que demandam maior assistência. Em sua opinião, o Clube do Jornal, em geral,

oferece àqueles que participam um bom embasamento, possibilitando a aquisição de muitos saberes e habilidades que são desenvolvidos no processo de produção de jornais, trabalho que conduz, necessariamente, a outras práticas, como a pesquisa, elaboração e análise.

Sobre o desempenho da ONG e a relação com outros grupos e com a própria escola, a assessora admite que a organização busca manter uma *postura de respeito e não de interferência no modo de pensar e de ser e de agir dos jovens*, não os reprimindo, mas mantendo com eles um clima de muita liberdade.

Ela própria, egressa de um clube vinculado a uma escola da periferia de Fortaleza, na qual participou do movimento de jornais, da 5ª série do ensino fundamental, ao 3º ano do ensino médio, sendo, depois, bolsista e, em seguida, contratada para prestar serviços na Comunicação e Cultura, assumiu o desafio de acompanhar o trabalho dessa organização em vários municípios. Hoje, acompanha vinte e dois clubes, o que lhe tem conferido um embasamento muito grande, visto tratar-se de um trabalho de mobilização e formação que exige um potencial educativo e pedagógico de bastante expressão.

Sua experiência, assim como a de outros jovens egressos de clubes, hoje profissionalizados, demonstram os aprendizados e a dimensão educativa do fazer político-pedagógico da ONG, o que lhe confere segurança para a condução dos trabalhos de assessoria junto a vários clubes, no Estado, incluindo o da próxima escola pesquisada.

4.2.2.3 A Escola de Guanacés e a edição de um jornal a viva voz: uma experiência renovada do Clube do Jornal

Guanacés, no município de Cascavel, um dos distritos mais antigos do Ceará, desfruta de uma localização privilegiada às margens da CE-253. Situa-se entre as cidades de Cascavel e Pacajus, e esta a 65 km de Fortaleza. Criado em 1890, destaca-se pela arquitetura de seus casarões antigos construídos em torno da igreja da Imaculada Conceição, no final do século XIX. Possui uma população que, de acordo com informações colhidas na sua Agenda de Desenvolvimento (2004) gira em torno de 12 mil moradores.

A localização privilegiada próxima dos centros industriais instalados na região metropolitana e do aeroporto de Fortaleza, favorece seu crescimento, com a chegada de investidores de outras partes. Lá estão instalados empreendimentos de vários segmentos econômicos: no setor agrícola, destaca-se a fruticultura e a cana de açúcar; na pecuária a criação de bovinos, ovinos e suínos; no granjeiro, a criação de frangos e até de avestruzes. A micro-indústria é representada pela fabricação de tijolos, telhas e produção de confecções.

Em termos de infra-estrutura e equipamentos sócio-culturais, Guanacés dispõe de um posto de saúde, um posto policial, um centro paroquial, um clube social, um hotel-fazenda e de um parque escolar composto creches e duas escolas estaduais com oferta para o ensino fundamental e médio, dentre elas a Escola de Ensino Fundamental Custódio Mesquita.

Guanacés foi Incluída nesta amostra, por apresentar experiência de destaque no conjunto das escolas que participam do Clube do Jornal. A Escola de Ensino Fundamental Custódio Mesquita constitui-se pólo aglutinador dos interesses da comunidade, de onde provêm, não só expectativas em relação ao saber elaborado, mas informações relativas ao desenvolvimento do lugar. Por isso, é vista por pais de alunos e moradores do distrito como *ponto de encontro e até de lazer* da comunidade. Ali são organizadas festas regionais, peças de teatro e outras atividades, o que faz com que assuma características mais próximas de uma escola comunitária. Na opinião de um aluno dessa escola, ela exerce um importante papel na comunidade, não sendo possível *pensar a vida nesse lugar sem pensar nessa escola*.

Com características tipicamente interioranas, seu público, proveniente de sítios e localidades nos arredores do povoado, é composto de crianças e adolescentes em diferentes níveis - da educação infantil, ao último ciclo do ensino fundamental, distribuídos em seriação, nos moldes tradicionais, nos três turnos, manhã, tarde e noite.

Estruturada em consonância com as diretrizes da Secretaria da Educação Básica do Estado, a escola é beneficiária da parceria com a Comunicação e Cultura, mantendo em funcionamento dois dos projetos que consubstanciam o *Programa Escola do Cidadão - Primeiras Letras* e Clube do Jornal. Mantém um relacionamento sistemático com a ONG Comunicação e Cultura, desde os idos de 1986.

É a partir desse contexto de participação social e organização das bases de uma gestão compartilhada que se estrutura o jornal *Voz Ativa*, periódico editado pelo Clube do Jornal local com o diferencial de um jornal a viva voz realizado, semanalmente na escola.

Essa experiência, que envolve um número maior de alunos, incluindo também professores e a coordenação pedagógica, caracteriza um desdobramento das atividades do Clube do Jornal. A escola é mobilizada todas as sextas feiras para participar de um jornal construído e apresentado por alunos, momento em que a comunidade escolar se informa sobre os principais acontecimentos da escola e recupera notícias locais, nacionais e até mundiais, através da apresentação de um jornal lido por alunos de várias séries e ali chamados de *jornalistas*.

Com a ajuda da direção, reúnem-se no pátio da escola professores, alunos, funcionários, vizinhos e, eventualmente, pais de alunos, para assistirem ao jornal dos estudantes. Antecedido do canto do Hino Nacional, constitui-se um momento de destaque na agenda da escola. Alunos perfilados por série, escutam, atentamente, notícias lidas por diferentes vozes, precedidas de um editorial que resume a mensagem da semana.

Em uma das sessões a que assisti, o editorial, que fazia alusão a um crime hediondo na comunidade, conclamava a comunidade à paz, fazendo uma reflexão sobre as causas da violência. Seguindo-se uma programação previamente planejada, após a leitura do editorial, apresentaram um informativo escolar com avisos sobre reuniões, projetos e iniciativas da escola, seguindo-se de trocas de mensagens entre alunos, crônicas e comentários sobre temas que envolviam a comunidade escolar e local.

Conversando com um aluno da 6ª série, após o evento, este admitiu ser importante esse evento, porque traz para todos os alunos informações da escola e do mundo, reconhecendo, também, que *ajuda a tirar a vergonha de falar em público*.

Na visão de um dos líderes do Clube do Jornal, a escola abriu esse canal de comunicação para incentivar seus alunos a participarem das atividades do jornal, aproximando-os do Clube. Em sua opinião, o *Viva Voz* é uma maneira de estimular o aluno a ler, porque “dando valor ao jornal falado, o aluno se estimula a ir buscar mais informações no jornal escrito”, já que este traz notícias, não só da escola, mas também informações sobre acontecimentos locais, nacionais e internacionais.

Questionados sobre o processo de elaboração do jornal impresso - o *Voz Ativa* - os alunos participantes admitem que algumas matérias são resultantes da pesquisa para o informativo semanal socializado na quadra, de onde provêm as melhores matérias. O processo de preparação para a produção do jornal, como nas outras escolas, inicia-se com a assessoria da Comunicação e Cultura, da qual recebem orientações sobre todas as etapas do processo, a partir de um projeto de editorial previamente orientado.

Na EEF Custódio Mesquita, a pesquisa constatou que o Clube do Jornal assume papel de destaque, mobilizando, não somente os alunos diretamente envolvidos na produção dos textos, mas também outros que, na condição de leitores, ingressam no jornal falado, como forma de garantir participação no jornal impresso, sendo este um espaço disputado entre alunos de varias series e turnos.

O Jornal a *viva voz*, coordenado por lideranças do Clube do Jornal, conta com o apoio da coordenadora pedagógica da escola, que orienta em sua organização, sugerindo pesquisas e colaborando na programação, da qual tomam parte alunos de várias séries, através de um rodízio previamente definido. Incorporado à rotina da escola, esse desdobramento das atividades do Clube do Jornal, além de se constituir o diferencial da experiência, já faz parte do planejamento da escola. Dele participam coordenadores, professores e alunos que desejam ver sua produção socializada para toda a comunidade e, às vezes, para a vizinhança, que eventualmente participa.

A coordenadora pedagógica afirma que a iniciativa é do próprio Clube do Jornal e que, a título de ajuda, colabora na seleção das matérias, tendo sempre em mente o *estímulo à leitura do público jovem*. Seu papel tem sido o de coordenar a reunião preparatória do informativo e dar apoio logístico, admitindo que a escola não deseja que o conhecimento fique só com os *alunos jornalistas*, daí estimular o jornal a *viva voz*, facilitando esse processo.

Recuperando a trajetória do Clube do Jornal, desde seus primórdios, a coordenadora de gestão admite que esse grupo constitui-se um *importante canal de comunicação da escola com a comunidade*. Com seu apoio e envolvimento do Conselho Escolar, rememora a experiência de ampliação da escola que envolveu pais, alunos e comunidade, num grande mutirão voltado para a construção de mais duas salas de aulas e um pátio interno. Em sua opinião, foi um momento *muito rico e de muita participação coletiva*, e o envolvimento do Clube do Jornal foi fundamental.

Quando se refere à participação da comunidade, reconhece que a escola não tem problemas nesse sentido e que, sempre que solicitada, ela comparece a eventos da coletividade. É freqüente também a realização de festas com o objetivo de angariar recursos para a compra de equipamentos, como caixa de som e outros instrumentos para a banda da escola, como aconteceu em tempos recentes. A intenção, confidencia a coordenadora de gestão, é

patentear uma rádio comunitária para que os jornalistas da escola possam desenvolver melhor seu trabalho, intensificando e ajudando a transformá-la em pólo cultural da comunidade, resolvendo, definitivamente o espaço de trabalho do Clube do Jornal que não dispõe na escola de condições ideais (Coordenadora de Gestão do Núcleo Gestor).

Detalhando um pouco mais as intenções do núcleo gestor, informa que pretendem, a depender do dinheiro de uma premiação a receber, instalar caixas de som em toda a escola, garantindo condições para intensificar as atividades do Clube. É que, atualmente, dependem do empréstimo da caixa de som da igreja, já que a da escola fora, recentemente, roubada.

Como o desdobramento do Clube do Jornal, essa atividade traz novas experiências, favorecendo e contribuindo com a escola, no sentido de esta pensar alternativas metodológicas para dinamizar a prática educativa escolar.

Do ponto de vista dos chamados *jornalistas da escola*, a experiência é fonte de satisfação pessoal e esteio de experiências diversas. Interrogados sobre o que aprendem e o que ensinam ao participarem do Clube, os entrevistados, de uma maneira geral, admitem gostar muito das atividades, reconhecendo um saldo positivo em termos de aprendizagem. Um dos alunos ao destacar a importância do jornal, reconhece de forma enfática *que sem ele sua vida não teria o mesmo sentido*, admitindo que

...além de aprender a pensar melhor, aprende também a falar em público, a respeitar a opinião dos outros, a dialogar, a saber o que quer e o que não quer, o que é bom para a comunidade, identificando ainda do que a comunidade está precisando, chegando a admitir que, quando está escrevendo alguma matéria, fica tão empolgado que, à noite, até sonha (Aluno da 8ª série da EEFM Custódio Mesquita).

Pelo entrosamento e envolvimento dos alunos com as atividades do Clube do Jornal dá para perceber o nível de satisfação dos alunos e a qualidade da convivência no Clube, revelando-se muito positiva. Na visão de um grupo de alunos com quem conversei, é uma experiência que favorece, além de muitos aprendizados, reconhecimento social, integração e até lazer. Na fala de um deles *é muito bom ter seu texto lido e todos conhecerem suas idéias* (Aluno da 8ª Série da tarde).

Na visão de outros alunos, a convivência no Clube é muito boa. Nele são cultivados *valores positivos e aprendizagens saudáveis*, sendo também fonte de novos conhecimentos e saberes que não são trabalhados pela escola. Referindo-se aos cursos e oficinas da Comunicação e Cultura afirmam que lá se *aprendem coisas muito interessantes*, destacando a metodologia de trabalho que utilizam que é *bem adequada ao público jovem*.

Buscando perceber o que pensam os pais sobre a experiência do Clube, um deles reconhece o Clube do Jornal como um ambiente muito saudável para os jovens e admite que as atividades ajudam muito no desenvolvimento dos alunos. Em sua opinião,

não substitui, mas complementa a sala de aula e proporciona aos alunos um crescimento saudável, ocupando-os, ao mesmo tempo em que os tira do mundo das drogas, dos forrós e bebedeiras. Através dele, muitas coisas boas acontecem, melhorando a auto-estima dos alunos, visto que são reconhecidos e tratados como os jornalistas da escola (Pai de aluno e funcionário da Escola)

Convergindo para o mesmo ponto, alguns professores da escola, mesmo sem acompanhar de perto as atividades do Clube do Jornal - a não ser quando solicitados a dar opinião ou fazer alguma correção de textos - reconhecem melhorias no desenvolvimento dos alunos que escrevem nos jornais, argumentando que aqueles que administram bem o tempo entre as atividades do Clube e da escola conseguem se destacar, *não só na produção textual, mas no desenvolvimento em geral, tornando-se mais ativos e mais críticos*.

Essa visão é corroborada pela coordenadora pedagógica e pela professora da sala de multimeios, sua colaboradora na organização do jornal *Primeiras Letras*, embora a última considere que o potencial pedagógico, especialmente do Clube do Jornal, é pouco explorado em sala de aula. Mesmo admitindo um maior envolvimento dos professores no jornal infantil, na condição de responsável por sua organização, identifica no professorado

uma *certa resistência à sua adoção como recurso didático*, sugerindo que seja feito um trabalho com os professores, especialmente com os da área de Língua Portuguesa. Questionados sobre isso, dois professores da área, com quem conversei, admitiram a pouca utilização do jornal como recurso didático, argüindo que a demora na publicação do jornal, muitas vezes, o deixa desatualizado, desestimulando sua utilização em sala de aula. Outra professora, apesar de considerar a experiência muito boa, reconhece também que o jornal é mais utilizado como veículo de informação do que como recurso didático. Na opinião de outro professor entrevistado, o Clube do Jornal serve como *ponto de encontro dos jovens da escola*, já que a comunidade tem poucas opções a oferecer. Isso é perceptível no depoimento de um integrante do Clube que diz chegar à escola às sete horas da manhã e só retornar para casa às dez da noite:

Aqui eu faço tudo: trabalho, estudo, pesquisa, brinco, divirto-me, porque só tenho a escola, e especialmente o jornal, é a grande motivação da minha vida que, às vezes, penso, o que seria dela se não fosse o jornal? (Aluno da 8ª série do Ensino Fundamental).

Residindo em um sítio, na zona rural do distrito, esse aluno admite a idéia de ser um jornalista, pois o *jornal já faz parte de sua vida*. Mostrando-se muito ativo, diz participar de todas as fases do jornal - da montagem da pauta à distribuição - informando ser o jornal bastante lido pela comunidade. Pela sua estatística, o jornal é lido, em média, por quatro mil pessoas, acrescentando que as pessoas o procuram, quando por algum motivo o jornal atrasa.

A diretora da escola, comentando sobre o trabalho da Comunicação e Cultura e de sua relação com a escola, destaca, não só a importância, mas a eficiência de sua equipe, embora, também como os alunos, sinta falta de uma presença mais constante da assessoria da ONG, na escola, algo que, em sua opinião, pode ser atenuado pelo crescimento do número de convênios da organização, o que explica seus contatos mais espaçados com a escola. Mesmo assim, reconhece que a organização vem dando *boa contribuição à escola, ajudando no desafio da construção da qualidade do ensino*.

Em entrevista, uma ex-assessora da escola, hoje ouvidora da Comunicação e Cultura, reforça o entusiasmo e a positividade da experiência nessa escola. Licenciada em história e aluna do bacharelado em Comunicação na UFC, à época estagiária da organização com função de assessoria naquela região, admite que nem sempre é fácil o

trabalho nos municípios, destacando, dentre outras dificuldades, o relacionamento com o núcleo gestor das escolas que, em alguns casos, insiste em manter o controle sobre os Clubes, quando, ao contrário, pretende-se é garantir a autonomia e o protagonismo juvenil. Destaca o participante do Clube como objeto central de sua ação e reconhece que o trabalho do assessor volta-se, exclusivamente, para os jovens, nem sempre havendo contato com o núcleo gestor, a não ser para um cumprimento cordial, alguma solicitação de apoio ou um outro tipo de conversa voltada para *apaziguar ânimos ou quebrar algumas arestas*, quando é o caso. Avaliando a relação da ONG com a escola, identifica resultados muito positivos, embora, também admita que, de uma maneira geral, o uso do jornal na escola ainda é *uma ação tímida, com pouco impacto na metodologia na escola*. Nessa relação, identifica muitos entraves, como os relativos à *circulação dos jornais, a estrutura débil das escolas e a sub-utilização do CD Room Tutorial, especialmente, nos municípios que não dispõem de estrutura tecnológica para sua utilização*.

Ratificando percepções colhidas na escola, afirma que o trabalho com jornais tem contribuído bastante com aqueles que com ele se envolvem, conduzindo-os e estimulando-os *ao prazer da leitura e da escrita*, colaborando, ao mesmo tempo, com o exercício da prática de pesquisa jornalística, habilidade fundamental para uma melhor compreensão e intervenção na realidade em que vivem.

Reconhecendo o trabalho do Clube de Guanacés como um dos melhores de sua área, a ex-assessora destaca o jornal *a viva voz* como um dos desdobramentos positivos da experiência em todo o Estado, posição reafirmada por Betinho, egresso do Clube do Jornal da Escola Custódio Mesquita que, rememorando suas experiências consegue identificar nesse Clube a base sólida de sua formação.

Fundador desse Clube, Betinho é, hoje, funcionário da Comunicação e Cultura e relembra sua participação no jornal *Voz Ativa*, admitindo que, junto com outros colegas, fez um bom trabalho na escola. Reconhece o quanto aprendeu no Clube e atribui parte de sua criticidade e de sua visão política e de mundo

às vivências e aprendizados do Clube, onde acredito ter ampliado minha cidadania, tornando-me também mais solidário. De tanto participar dos eventos (encontros, intercâmbios, cursos), trazer e levar jornais, terminei ficando (Funcionário da Comunicação e Cultura e egresso da Escola Custódio Mesquita).

Evocando a memória dos egressos, conversei com outros jovens provenientes de várias escolas da periferia de Fortaleza. Orientada por questões que lhes perscrutavam o sentido da participação, pude perceber, de forma mais clara, a importância e contribuições de suas vivências nos diferentes Clubes do Jornal e em outras atividades da Comunicação e Cultura.

Atenta em perceber as noções que colocam a educação não formal em sinergia pedagógica com a escola, pude compreender a importância da experiência na vida desses alunos ou ex-alunos, situando politicamente o *princípio educativo das práticas sociais extra-escolares* do qual nos fala Caldart (2000, pp 60-61), ao defender que as escolas se deixem ocupar por outras práticas sociais e suas dimensões educativas, condição que entende como fundamental na transformação de sua cultura organizacional e político-pedagógica.

Nesse sentido, alguns depoimentos são elucidativos de aprendizados e contribuições favoráveis a uma formação crítica e ativa dos jovens. Bom exemplo disso são os relatos de experiências vividas coletivamente na escola por alunos participantes e egressos dos projetos da Comunicação e Cultura, alguns, hoje, educadores sociais, militantes de outras organizações, estagiários e prestadores de serviço, lidando com ações relacionadas ao protagonismo juvenil, em sua maioria.

Dessa conversa coletiva que mantive com eles, alguns em papel de destaque, como é o caso de uma estagiária que ocupa uma vaga no Conselho Editorial de um importante veículo de comunicação de Fortaleza, selecionei a experiência de criação da *ONG SuperAção*, como forma de demonstrar o protagonismo juvenil vivenciado por egressos do Clube do Jornal, resgatando a experiência em suas próprias falas:

[...] todos nós somos egressos do Clube do Jornal e de uma forma ou de outra estamos envolvidos com a Comunicação e Cultura. Fomos ou somos estagiários, prestadores de serviço, enfim, colaboradores, porque nunca perdemos o vínculo com ela. Como todo mundo desejava fazer um trabalho social, partimos para criar nossa própria ONG. Iniciamos esse trabalho no ano de 2002. É um grupo formado por egressos do Clube do Jornal de diferentes escolas e nos juntamos para continuar desenvolvendo uma educação “entre pares” ou mesmo com outros educadores, para estar trocando informações com jovens, atuando e reforçando o protagonismo juvenil. A gente pensou, primeiro, numa cooperativa, para facilitar o trabalho com jovens. Em princípio, achamos que podíamos dar aula para outros jovens, tipo oficinas sobre protagonismo juvenil, gênero e sexualidade. Após contatarmos o

*grupo da UFC, que orienta sobre formação de cooperativas, vimos que não ia dar certo. Depois pensamos numa Associação, avançando em seguida para uma ONG. Em 30 de setembro de 2003, criamos a “SuperAção” e logo começamos a escrever um projeto que se chama “Festival de Rock Independente – FEBRI”. Esse festival propõe fazer uma discussão com o jovem em torno da ideologia do Rock e da cultura que a mídia passa para ele, trazendo discussões em torno da questão das drogas, da violência e outras coisas mais. Passamos todo o ano discutindo e buscando financiamento. Ao lado disso, elaboramos um programa voltado especialmente para jovens, a partir da 8ª série ao 2º ano do Ensino Médio que se chama **Homem com H**. É um programa que não exclui participação de mulheres, mas volta-se especialmente para discutir a sexualidade de jovens do sexo masculino. Na direção do trabalho estão 13 pessoas e outros 7 colaboradores que, esporadicamente, participam, totalizando 20 componentes. A maioria tem experiência com jornal e, de uma forma ou de outra, temos inserção no debate da defesa dos direitos humanos, em discussões de gênero, relação de poder, conflitos grupais, e nos sentimos, mais ou menos, preparados para a condução de trabalhos coletivos. É um trabalho educativo muito legal...(Ex-aluna egressa do Clube do Jornal e participante da ONG SuperAção).*

Esse depoimento, dentre outros levantados na pesquisa, materializa informações para se pensar a dimensão educativa e o potencial transformador da proposta sócio-educacional das ONGs, ao mesmo tempo que sugere um repensar da escola e das condições postas para o cumprimento de sua função social e política, questão, a meu ver, central no entendimento da relação ONGs x escola.

Compreendida como espaço contraditório: *objeto de desejo e luta de grandes parcelas da população e, ao mesmo tempo, espaço disciplinador, ordenador, exclusor e silenciador desta mesma população* (Mol, 2000, p. 16), a escola, enquanto espaço educativo institucionalizado pelo Estado, tem provocado um grande debate refletindo fortes contradições, seja pela natureza do trabalho que desenvolve, seja pela função que assume no contexto social.

Apesar dos avanços políticos e didático-pedagógicos visíveis nos arranjos normativo-legais dos estados e nos formatos de gestão do sistema e da própria escola, a realidade educacional brasileira, ainda nos dá mostra da fragilidade, acomodação ou incapacidade de a escola assumir sua função, comprovando inapetência para realização da democratização da educação escolar pública.

É nesse quadro contraditório, em que a educação se configura como espaço de disputa hegemônica, que se localiza o debate em torno das ONGs e de seu papel no campo da educação e da escola pública, impondo-se uma discussão em que possa ser relativizado o papel, tanto das ONGs, quanto da escola, num somatório capaz de contribuir com o enfrentamento das questões sócio-educacionais, permitindo uma ação impactante no processo de democratização da educação pública.

Na verdade, não se trata de elevar o trabalho das ONGs em detrimento do da escola, nem tampouco de limitar o debate à funcionalidade ou não dessas organizações ao projeto hegemônico neoliberal. Importa compreender a contribuição da sociedade civil organizada (e, dentro dela, das ONGs) na luta hegemônica, travada nos espaços de disputa em jogo, através de projetos, acordos e pactos de cooperação que possam somar no processo de democratização da educação, fazendo com que a escola cumpra, efetivamente, sua função social e política, contribuindo, efetivamente, para formação integral do homem, nos moldes pensados por Freire. Uma educação que, não só liberte, mas que também ajude o homem e a mulher a “ser mais”, pronunciando o mundo e resgatando-lhe a *fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilegio de alguns eleitos, mas direitos dos homens* (Freire, 1978, pp. 91-97).

Isso implica uma proposta educativa que, de fato, rompa com o paradigma de um currículo autoritário, articulando uma educação capaz de agregar saberes e promover o exercício da plena expressão comunicativa necessários a uma formação crítica, ao se referir a um projeto educativo que possa transformar um simples conjunto de informações em uma comunicação, como construção simbólica ampliada. Enfim, uma educação que seja capaz de repensar modelos e formular uma nova escola de homens e mulheres mais humanos e solidários e, acima de tudo, comprometidos com o fortalecimento de uma cultura política verdadeiramente democrática, voltada para ampliação dos vínculos coletivos e para a construção de um novo modelo de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

tecendo paralelos, tirando lições e levantando novas questões de pesquisa

Ao longo deste estudo, já se delinearão algumas idéias conclusivas sobre os aspectos examinados. Contudo, algumas delas precisam ser retomadas, a fim de apresentar uma visão de totalidade em termos dos objetivos pretendidos.

Um primeiro bloco de considerações diz respeito a uma compreensão teórico-prática sobre a atuação de ONGs e sua intervenção na escola pública, enquanto processo sobre o qual incidem vários fatores de ordem sócio-econômica, política e cultural, determinando a qualidade das relações estabelecidas. Isso impõe um exercício de análise que inclui um olhar mais apurado sobre o papel político das ONGs, da sociedade civil organizada, da educação e da escola, e uma revisão das bases do relacionamento entre Estado (sociedade política) e sociedade civil, distinguindo e corrigindo possíveis desvios conceituais conseqüentes da polivalência semântica e política dos termos do debate em pauta.

Um segundo bloco de questões está relacionado à qualidade do diálogo das ONGs com o poder público e a escola: as concepções e multiplicidade de percepções e expectativas resultantes das intervenções; os resultados políticos e pedagógicos das experiências analisadas e seus efeitos na prática escolar; o confronto de perspectivas entre o discurso concebido e a prática social vivenciada pelos atores que lhe dão sustentação, emergindo daí crenças e constatações que precisam ser revistas na análise final deste trabalho.

No conjunto dessas questões, merece destaque a contribuição das ONGs para melhoria da educação e do ensino público cearense, o que conduz a uma reflexão sobre a função social e política da escola, no contexto atual, recuperando os aspectos contraditórios presentes na atuação das ONGs, quanto à sua funcionalidade (ou não) ao projeto político neoliberal em curso.

A despeito da nebulosidade que envolve as práticas organizativas, em geral, e as ONGs, em particular, as experiências aqui analisadas (CEDECA e Comunicação e Cultura), pelo perfil ideológico e projeto prático-político que desenvolvem, apresentam características particulares, o que dispensa a essa análise maiores esforços no sentido de

distingui-las das demais práticas interventivas do campo do terceiro setor. Contudo, convém destacar alguns elementos evidenciadores de seus projetos políticos e de suas ações no campo da educação e da escola, perfilando-as como ONGs comprometidas com o processo de democratização da sociedade e da educação, sendo este o diferencial e ponto de aproximação entre elas.

Afinadas ideologicamente a um ideário formalmente comprometido com a construção de um projeto educativo emancipador, essas ONGs revestem-se de um conteúdo político-pedagógico relevante, com amplas possibilidades de contribuir para a produção de novos significados no campo da participação, da democracia, da educação e da escola.

Suas estratégias de inserção no campo educacional - com atendimento direto a professores, crianças e adolescentes, pais, grupos e fóruns organizados da sociedade civil - voltadas para a efetivação de políticas públicas universalizantes e melhoria do desempenho escolar, vêm possibilitando a formulação de um novo discurso para a educação, redimensionando em novas bases a luta por uma educação popular, *pública, universal, gratuita e de qualidade social para todos*. Suas práticas trazem indicativos de defesa, não só dos direitos de crianças, adolescentes e do protagonismo juvenil, como também da luta histórica pela educação e pela escola pública, concorrendo, cada uma, a seu modo, para a produção de metodologias de trabalho orientadas para a formação da cidadania, numa esfera ampliada de atuação.

Assim, por privilegiar um tipo particular de ONG, este estudo, reporta-se às marcas originárias da luta pela democratização da sociedade, a partir dos anos 70-80, recuperando iniciativas e movimentos comprometidos com as lutas sociais e a retomada da democracia, o que impõe uma revisão das diferentes práticas participativas e direcionamentos políticos das últimas três décadas.

Retratando contradições advindas das mudanças de cenário da sociedade rural para organização urbano industrial e do modelo de desenvolvimento adotado, e com forte presença do aparato estatal intervencionista, os anos 70 condicionam o aparecimento de organizações de diferentes iniciativas, sobressaindo-se os movimentos sociais populares. Em resposta à negligência e repressão do Estado e com o apoio da Igreja Católica alinhada à teologia da libertação, tais movimentos, embasados na noção do direito, politizam as carências, buscando interferir nas decisões governamentais. São

iniciativas que se voltam para garantia de serviços públicos e sociais - acesso a terra, água, moradia, educação caracterizando-se pela postura de oposição/negação ao Estado.

Efetivamente, os anos de 1975 a 1985, no Brasil, são ricos em ganhos políticos, embora não possa ser dito o mesmo em relação ao desenvolvimento econômico (Weffort, 1992). Nesse período, se dá o fortalecimento da sociedade civil, em contraposição ao Estado autoritário, quando se destacam oposições sindicais combativas, movimentos sociais populares e organizações não-governamentais estruturadas em função da conquista de direitos e justiça social, em particular os Centros de Defesa dos Direitos Humanos e organizações voltadas à educação popular, esteira em que surgem as ONGs de assessoramento aos movimentos sociais populares.

Das questões imediatas e específicas, como o custo de vida, luta por creches, salários, escola e outros equipamentos urbanos, a questões de cunho político mais amplo - em resposta a negligência e/ou repressão do Estado - surgem grandes mobilizações nacionais, como as que se articularam em torno da luta pela anistia e por eleições diretas para Presidente da República.

A conjuntura da *Nova República* e o contexto seguinte, em que se dá a ascensão do projeto político neoliberal, trazem uma nova dinâmica para os movimentos sociais, configurando mudanças no relacionamento da sociedade civil organizada com o Estado. Tais mudanças, na análise de muitos autores, redefinem o eixo das lutas sociais no Brasil, trazendo grandes conseqüências para os movimentos sociais que, provocado pelo forte assédio do Estado, se institucionalizam, passando a manter um novo tipo de relacionamento com ele. Em conseqüência, crises internas e externas - de militância, de legitimidade, de utopia, de confiabilidade e de financiamento, resultantes dos termos do conflito e do debate entre os diferentes atores - demarcam um conjunto de modificações nas práticas participativas, em geral, e das ONGs, em particular, promovendo um redirecionamento e uma certa *diluição política*, com graves repercussões em seu trabalho.

Numa visão de conjunto, é possível visualizar, ao longo da década de 90 e nos anos seguintes, uma alteração profunda nas práticas organizativas em comparação às do passado, algumas aparecendo com mais força como redes de movimentos centrados em questões éticas ou de revalorização da vida – *pela paz, ética na política, contra a fome e a miséria* - resgatando valores baseados na solidariedade humana, deslocando, assim, o *eixo das reivindicações populares do plano da infra-estrutura básica coletiva para o campo da*

sobrevivência dos indivíduos, seja no plano físico (Campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria pela Vida), seja no campo da moral (Gohn,1997, p.36), reivindicando respeito ao trato da coisa pública.

Nesse sentido, ocorre, não só uma diversificação do eixo das lutas, historicamente presentes nas dinâmicas sociais, como também prolifera o número de organizações que, sob a égide do terceiro setor, aliam filantropia à solidariedade social e lutas pela democracia, abrindo espaço para novas práticas e novos atores sociais, definindo, assim, um novo patamar de relacionamento da sociedade civil organizada com o Estado, a partir do ingresso do mercado.

Efetivamente, a agenda política dos anos 90, alterada em função de questões internas e de mudanças que a globalização e as políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista, determinam o ingresso de outros grupos organizados da sociedade civil e de ONGs, inaugurando uma nova geração de políticas públicas, em que *os mandatários são também executores da implantação e gestão do serviço reivindicado* (Gohn, 1997, p.34), configurando um novo eixo articulatório às ações coletivas, sem que haja um ordenamento político-institucional adequado para os projetos prático-políticos em desenvolvimento no Brasil.

Contingenciadas pelo predomínio de um modelo de gestão que enfatiza a noção do *público não estatal* e dissemina o discurso da valorização da cidadania filantrópico-empresarial emergente, as ONGs passam a dividir com o Estado e o mercado responsabilidades sociais em muitos campos, configurando um quadro confuso do ponto de vista conceitual e político. Isso induz a um repensar dos termos em que é concebida a sociedade civil e, dentro dela, as ONGs e demais organizações do chamado terceiro setor.

Imersas nesse quadro contraditório, as ONGs propõem ao Estado maior acesso, não só no compartilhamento dos serviços prestados, mas também na utilização dos recursos, barganhando acesso aos fundos públicos governamentais, numa gama diversificada de ações e serviços em múltiplos campos e atividades.

Sob a ótica do controle da política pública e da articulação entre esferas de ações complementares, muitas dessas organizações lançam-se ao campo da educação escolar, ajudando a conjugar o duplo desafio que é desenvolver uma educação integral de qualidade social e fortalecer políticas públicas a todas as crianças e adolescentes. Assim, passam a engrossar as fileiras de uma espécie de movimento cívico que envolve agentes públicos, especialistas, pessoas e grupos organizados da sociedade civil brasileira para,

numa ação conjunta, garantir o cumprimento dos direitos constitucionais a uma educação pública, gratuita e de qualidade social para todos.

O paradigma da proteção integral assegurado pelo ECA e a concepção ampliada de educação, em consonância com as idéias plantadas nas Conferências Mundiais (Jontien, 1990 e Dakar, 2000), asseguram às ONGs um campo mais amplo de atuação junto ao público infanto-juvenil. De início, voltam-se para o cuidado e atendimento a crianças e adolescentes com ações diversificadas conjuntas e/ou complementares à escola. Depois, aproximam-se do ambiente escolar.

Questionando, não só a idéia de que o Estado deve ser o único a intervir socialmente, mas e principalmente, a forma compensatória, tendenciosa e burocratizada como são conduzidas as políticas educacionais, muitas organizações, destacando, dentre elas, as ONGs objeto desta análise, vêm a escola como um campo fértil de trabalho, onde passam a atuar de forma complementar ou suplementar a ela, numa ação coletiva que agrega grupos organizados da sociedade, operacionalizando e controlando políticas públicas governamentais voltadas para a melhoria da escola pública.

No Ceará, a partir da década de 90, grande número de ONGs afluem ao campo da educação, num movimento de matizes e colorações ideológicas diversas, concretizam na relação com a escola, processos diferenciados de articulação. Algumas com compromisso funcional com o projeto neoliberal, e outras, conforme se viu ao longo desta análise, com ideário e ações voltadas para a causa da educação pública, afinando-se à luta histórica pela democratização da educação, pela via da universalização do acesso e melhoria da qualidade do ensino.

O CEDECA, caracterizado como ONG do campo da defesa dos direitos, distingue-se pelo aspecto da produção de mobilizações pelo *direito de aprender direito* e pelo espírito de luta para garantir a integração de vários atores no processo de democratização da educação pública, levantando como bandeira a exigibilidade dos direitos garantidos constitucionalmente.

A Comunicação e Cultura, com o objetivo de estimular o gosto pela leitura e escrita nos alunos da escola pública, destaca-se por uma dinâmica que se dá, não só através do atendimento direto aos alunos e professores, numa ação contínua e voltada para o desenvolvimento curricular das escolas, mas também pela perspectiva de ampliação das noções de cidadania (de defesa dos direitos da criança, do adolescente e do cidadão)

trabalhadas nos diferentes grupos. Sua intenção é de complementaridade e não de substituição ou de competição com o sistema de ensino.

O diferencial da proposta dessas duas ONGs consiste, justamente, no caráter utópico e prático-político de suas ações e na determinação de favorecer a articulação das forças que reconhecem, dentro da diversidade, a necessidade de mudanças estruturais. Embora organizadas a partir da lógica que orientam os empreendimentos privados, não podem ser vistas unicamente sob essas regras, visto serem mediadoras do reconhecimento dos direitos e representação de interesses das classes subalternas, tendo os princípios da igualdade e da justiça como objeto de negociação.

Daí, o papel ativo que assumem na articulação de ONGs e fóruns pluralistas da sociedade civil - poder público, escola, grupos de pais, comunidades organizadas, agências de desenvolvimento, fundações empresariais, redes de integração de jornais estudantis - numa política de incentivo à formação de novos atores coletivos, tendo a educação e a escola pública como campos estratégicos capazes de atingir, numa escala ampliada, um maior número de pessoas e grupos sociais.

Desse modo, fazem uma mediação entre o diagnóstico da realidade social, as demandas dos movimentos sociais e as expectativas das agências financiadoras do seu trabalho, apoiando e construindo redes de intervenção, num movimento de valorização da educação e da democracia pela base, em acordo com seus projetos políticos e suas propostas específicas.

Tais organizações, no contexto em que atuam, conduzem ao entendimento do fenômeno ONGs como espaço político contraditório, constituindo-se dinâmicas singulares capazes de influenciar na construção de uma contra-hegemonia favorável à formulação de um novo projeto educativo, justamente pelo que fazem e pela forma como desenvolvem suas ações. A base desta compreensão fundamenta-se na visão de educação como disputa hegemônica que, conforme aponta Gramsci (1989), se materializa em dois momentos distintos: um primeiro, de *desconstrução*, com predomínio do caráter reprodutivista dos valores dominantes na sociedade capitalista; outro, de rearticulação em que, pela crítica, se reformula a cultura política e se dá a reelaboração de um novo tipo de saber e construção de uma nova educação comprometida com concepções, valores, e condutas que possibilitem a libertação do ser humano (Damasceno, 2003).

Assumindo essa dupla perspectiva de análise, este estudo reafirma a importância do trabalho das ONGs e de sua articulação com a escola pública, destacando o diálogo entre o conhecimento veiculado pela escola e o saber historicamente produzido pelos movimentos sociais, em sua prática política e organizativa, confirmando-se, assim, a complementaridade e interpenetração de saberes como caminho profícuo para melhoria da qualidade da educação e, em última instância, da transformação da escola e da sociedade.

A escola tratada, neste estudo, como parte de uma composição mais ampla decorrente de uma lógica racional e deliberada do sistema de ensino, configura-se como uma entidade social que compreende, não só as relações conscientes e formais, mas também aquelas que derivam das relações sociais dos grupos que a compõem (Teixeira, 2002). Daí, não ser possível pensar a democratização da educação e da escola fora das funções e parâmetros em que se estrutura a sociedade, admitidas as diferentes concepções, e perspectivas de classe.

Compreendido como processo em torno do qual se dá a participação dos cidadãos nas decisões coletivas, a democratização da educação e do ensino público, reivindicada nas últimas quatro décadas, pode ser traduzida pelas lutas populares em torno da garantia do acesso, permanência e melhoria no desempenho escolar, a partir da reivindicação de melhorias nos procedimentos metodológicos, nos processos administrativos e de gestão da escola (salários dignos para os professores e condições físico-materiais e didático-pedagógicas para os profissionais do ensino) (Hora, 1998).

Sobre esse aspecto, uma questão detectada nesta pesquisa diz respeito à fragilidade do sistema educacional, no que se refere à autonomia das escolas, para adaptar os componentes básicos do trabalho pedagógico às características da população as quais oferecem seus serviços. Apesar dos argumentos em favor da reorganização institucional da atividade educativa, em resposta aos problemas decorrentes de modelos centralizados de gestão - isolamento, imobilismo, rigidez ou corporativismo - pouco se pôde perceber em termos de mudança na prática escolar.

Uma análise da estrutura organizativa da escola pública cearense evidencia dinâmicas e estratégias de participação pouco recomendadas, quando se pensam vivências e práticas democráticas com exercício de autonomia dos colegiados e organismos de participação na escola, sugerindo a presença dos elementos contraditórios da ambígua

política da participação/democratização do sistema público de ensino, que caracterizam o projeto neoliberal em curso.

O que a pesquisa constatou, apesar de o discurso institucional apontar o contrário, é a vigência de uma escola pública política e pedagogicamente dependente das instâncias centrais, com precárias condições materiais e financeiras, até para despesas mínimas, como consertar um banheiro ou algo semelhante, o que demanda maiores esforços do núcleo gestor que pauta sua atuação na busca de operacionalizar princípios e estratégias de uma gestão democrática e participativa, embora, na prática, isso ainda esteja longe de se concretizar. Outras observações que incidem sobre os processos e rotinas escola evidenciam poucos indícios de melhoria no ensino e no cumprimento da sua função social e política.

Nessa perspectiva, o jogo interativo das ONGs com a escola pública é revelador de um certo arejamento nas relações desta com a sociedade, embora a pesquisa tenha constatado aspectos que indicam fragilidades nessa relação.

Na dinâmica do trabalho das ONGs na escola constatei como traços institucionais unificadores das duas organizações analisadas o compromisso de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, o reforço ao protagonismo juvenil e à defesa da escola pública, ainda que suas intervenções se dêem, através de abordagens diferenciadas. Isso conduz à análise dos resultados obtidos na pesquisa, retomando os traços particulares da cultura organizacional de cada um dos atores para identificar os resultados das ações e sua repercussão no desempenho escolar, extraindo elementos para serem pensados avanços, limites e contribuição de cada ONG, no ambiente escolar.

Para tanto, foram vistas as especificidades de cada ONG analisada, confrontando seus traços culturais marcantes e os elementos que as aproximam do processo de democratização da educação e da escola pública, sendo possível perceber como essas organizações respondem às demandas da comunidade escolar e do sistema educacional, suscitando debates em torno do monitoramento das políticas públicas voltadas para o cumprimento da função social e política da escola e aprimoramento da prática escolar.

É importante ressaltar as diferenças de abordagem retratadas no trabalho do CEDECA e da Comunicação e Cultura. Como foi possível perceber ao longo deste trabalho, a principal diferença entre elas concentra-se, especialmente, na forma de interlocução com o poder público e estratégias de trabalho, bem como na forma como garantem as condições de auto-sustentabilidade e se relacionam com a escola.

Apesar de partilharem projetos políticos comuns, alinhando-se ao grupo de ONGs comprometidas com o campo democrático e popular, com inscrição em órgãos e conselhos representativos dos mesmos interesses - ABONG, Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, dentre outras instâncias de representação - as duas ONGs apresentam características diferenciadas, também em seus regimentos e demais aparatos legais definidores de suas atribuições e função social.

O CEDECA, com preocupações jurídico-sociais caracteriza-se como produtora de mobilização e por uma postura de maior controle e monitoramento de políticas públicas. Desenvolvendo ações voltadas para fiscalização e denúncia, no caso de descumprimento das normas legais, é percebido pela escola como instância de mediação e apoio, espaço de reivindicação e denúncia, notabilizando-se por uma postura de defesa dos direitos constitucionais negados.

Sua atuação voltada, quase sempre, para o controle e fomento de políticas públicas universalizantes, aparece atrelada a uma rede de mobilização social como articuladora da Comissão em Defesa da Educação Pública e da Campanha Nacional em Defesa da Educação Pública, com quem atua em várias frentes de luta, dentre elas, o aumento do financiamento público para educação. Seu trabalho, que inclui pesquisas, promoção de eventos de teor mobilizador e de denúncia pública das disfunções do sistema de ensino, mesmo sem ter uma inserção direta e sistemática na escola, é percebido pelos atributos de quem consegue cumprir a contento a tarefa de defesa da educação e da escola pública.

Mesmo numa dinâmica de relacionamento pontual com a escola, assume papel de destaque no conjunto das lutas populares, sendo visibilizado pelas ações judiciais que move contra o Estado, em defesa da educação e de uma escola capaz de garantir as demandas da sociedade. Nesse sentido, vários depoimentos confirmam sua contribuição, tanto no campo da defesa, quanto no das intervenções voltadas para melhoria da qualidade do ensino e das condições de funcionamento da escola pública, especialmente das unidades anexas da rede municipal de Fortaleza.

Na visão da escola, o CEDECA constitui uma instância de mediação a quem podem recorrer, em caso de descumprimento de leis ou necessidade de mobilização gerada pela ausência de condições para o atendimento escolar. Por isso, é reconhecido como *lugar* de denúncia pública, frente às negativas ou arbitrariedades cometidas no âmbito do sistema educacional e de suas práticas burocratizantes.

Destacada por seu poder de articulação é reconhecida também por parceiros, beneficiários e demais sujeitos com quem mantêm interlocução - lideranças comunitárias de bairros, rede de movimentos sociais, conselhos, campanhas e fóruns de defesa da educação em bairros, ONGs, organismos multilaterais, instituições governamentais, inclusive representantes do poder público - pelo claro conteúdo ideológico de sua proposta expresso na resistência a políticas públicas restritivas do governo e pelo engajamento em lutas e campanhas voltadas para o monitoramento ou alargamento de fundos públicos para a educação.

A ONG Comunicação e Cultura, na condição de parceira na execução de tarefas com órgãos governamentais, organismos multilaterais, fundações privadas, empresas e outras ONGs, é legitimada na pesquisa pelo papel que assume em sua estratégica função formativa junto ao público escolar, a partir da metodologia de produção de jornais escolares. Nesse sentido, distingue-se pela influência metodológica que exerce no desenvolvimento curricular das escolas cearenses, tal como demonstram vários depoimentos colhidos na pesquisa.

Apontada como operacionalizadora de uma política de grande penetração no Estado, sua proposta educativa já incorporada ao currículo do sistema público de ensino é notabilizada como um serviço de apoio pedagógico importante ao aprimoramento da qualidade do ensino. O processo de elaboração e confecção do jornal estudantil destaca-se na pesquisa como metodologia e contribuição central dessa ONG, a partir da qual se consolidam ações relacionadas à ampliação de laços grupais e comunitários, contribuindo, de alguma forma, para quebra do isolamento da escola e para o fortalecimento dos laços sócio-culturais com a comunidade do entorno.

Destacada pela maioria dos entrevistados por seu caráter leve e prazeroso, tal metodologia, na visão dos entrevistados, além de estimular o gosto dos alunos pela leitura e produção textual, fortalecendo e sedimentando a forma como percebem a si mesmos, aos outros e a suas ações, rumo à construção de uma consciência mais crítica, possibilita também momentos de muita aprendizagem na formação identitária dos sujeitos envolvidos.

Atuando, de alguma forma, numa perspectiva interdisciplinar, a experiência da Comunicação e Cultura favorece o exercício de novas leituras e produções de práticas midiáticas, colaborando, tanto com a descoberta de talentos entre crianças e adolescentes, quanto com o desenvolvimento de competências não trabalhadas pela escola.

Através do relato dos jovens foi possível perceber que as dinâmicas implementadas pela ONG representam caminhos possibilitadores de aprendizados, saberes e habilidades, acrescidos de novos enfoques, conteúdos e dinâmicas de aprendizagem. São experiências individuais e coletivas que propiciam crescimento e desenvolvimento da auto-estima, do auto-conhecimento e da afirmação de valores pessoais, orientados por uma *ética coletiva e solidária*, em contraposição à cultura individualista vigente. O investimento que fazem no atendimento direto a professores e adolescentes objetiva dar-lhes ferramentas de comunicação e mobilização social, estimulando-os ao exercício da liderança e da responsabilidade social, a partir da premissa de que todos podem, desde que se disponham a tomar parte das atividades propostas pelos diferentes projetos.

Sobre a contribuição dos projetos Clube do Jornal e Jornal Primeiras Letras, obtive opiniões que sugerem contribuições para formação de opiniões e atitudes, incentivando o protagonismo juvenil e docente. O estímulo e valorização da leitura e produção textual constituem destaque, dentre as contribuições destacadas pela escola, onde a ONG é vista como condutora de mecanismos de renovação dos processos de ensino, facilitando o desenvolvimento do espírito crítico, da cidadania e da responsabilidade social entre alunos e professores.

Dessa dupla interação com a escola, evidenciou-se, no plano da intervenção pedagógica, o compromisso das ONGs com o trabalho educativo de conteúdo crítico e emancipador. Como produto da imersão dessas ONGs na escola pública cearense, foi possível constatar ações que se somam em reforço à necessidade do cumprimento da função social e política da escola, complementando e suplementando suas ações ou reivindicando do Estado um melhor desempenho de sua atuação.

Em conseqüência do trabalho do CEDECA vi emergir mobilizações sociais articulações interinstitucionais, pesquisas, diagnósticos, audiências públicas, denúncias em campanhas e fóruns de discussão em muitos âmbitos - local, estadual e nacional - sempre voltados para chamar a atenção da sociedade e da mídia para a fragilidade do sistema

educacional, pressionando o Estado ao cumprimento de suas funções constitucionais relativas à melhoria do desempenho escolar.

Sobre a ONG Comunicação e Cultura obtive razoável argumentação, por parte de seus beneficiários que legitima sua colaboração na implementação de novas metodologias, confirmando influências no desenvolvimento curricular e práticas organizativas da escola, embora a subjetividade presente em seu trabalho não possibilite um alcance preciso dos resultados de sua intervenção no desenvolvimento cultural dos alunos e demais sujeitos com quem dialoga na escola.

A convivência marcada por encontros de capacitação sistemáticos e atividades de planejamento e avaliação não se mostrou, suficientemente, capaz de promover mudanças substanciais na prática escolar. Mesmo com o reconhecimento de sua competência, seu senso de organização e compromisso com a escola, não foi possível perceber, na prática docente, indícios de incorporação da metodologia proposta, exceção feita ao professorado que têm regulamentado as atividades do jornal Primeiras Letras em seu planejamento de sala de aula.

Por outro lado, tornou-se notório um certo “deslumbramento” da escola, quanto à competência técnica e pedagógica da Comunicação e Cultura, em detrimento da sua própria. À ONG são atribuídos qualificativos que lhe garantem liderança na relação, caracterizando uma certa postura de subalternidade da escola, frente às decisões e iniciativas tomadas na parceria. Isso pode ser visibilizado no desconhecimento quanto à compreensão dos fundamentos e processos relativos aos projetos, bem como ao aparato administrativo-burocrático que lhe dão sustentação.

Mesmo tendo identificado escolas com maior conhecimento do trabalho das ONGs, destaco o predomínio de uma postura subserviente de quem é beneficiário de um serviço, numa relação desigual e de baixa densidade democrática. A rigor, poucas escolas demonstraram conhecer de perto os projetos ditos especiais que, distantes do seu projeto político pedagógico, delas se aproximam, no intuito de complementar ou colaborar com seu trabalho.

Nesse sentido, recupero algumas críticas feitas a ONG Comunicação e Cultura, as quais incidem sobre sua funcionalidade ao projeto educativo neoliberal e sua pretensa superioridade técnica e pedagógica em relação à escola. Embora sejam dirigidas ao atrelamento da ONG à política de parceria que adota com o mercado e o Estado e ao

caráter *propositivo de sua ação*, pode-se perceber que tais críticas reforçam a presente falta de autonomia da escola pública, frente à centralização e ingerência do sistema na definição de projetos e ações alheias ao planejamento das escolas. No caso em pauta, decidida no âmbito das secretarias de educação ou órgãos de instância superior do sistema público de ensino, sem a participação da escola.

A análise desses fatos permitiu-me refletir sobre o papel político das ONGs e sua contribuição na garantia e cumprimento da função social e política da escola, oportunizando-me pensar sobre uma certa tendência que esboça o descredenciamento do trabalho da escola *pública* a favor das metodologias de ONGs e de outras entidades privadas. A constatação de tais fatos torna mais precisa a afirmação de que a escola segue a lógica predominante no projeto hegemônico da sociedade e da educação, nela sobressaindo-se os interesses do mercado, de acordo com a ótica das classes no poder. Isso demanda um balanço crítico das mudanças implementadas no campo da gestão do sistema educacional e de sua materialização na escola e sobre a relação que esta mantém com a sociedade, remetendo a um aprofundamento da análise sobre a função social e política da escola, na atualidade.

Pensar a escola como espaço de confluência de atores e ações complementares em que está em jogo um conjunto de elementos em disputa, implica a compreensão dos nexos e processos em torno dos quais gravitam as ações da sociedade, o que demanda entendimento da lógica contraditória que preside a gestão educacional em que, ao mesmo tempo em que a escola é destacada, estatísticas revelam crianças, jovens e adultos engrossando as taxas de analfabetismo, apesar de terem matrícula escolar comprovada.

Isso remete à retomada da luta a favor do cumprimento da função social e política de uma escola única para todos, como espaço por excelência de formação e socialização do saber produzido pela humanidade, recorrendo a argumentação de que esta precisa ser concebida como lugar de formação humana, assumindo a complexidade, o movimento e a incompletude inerente a essa tarefa. Nesse sentido precisa ser revista a intencionalidade do ser humano que se quer ajudar a formar, considerando-a como espaço de socialização, produção e cultivo de saberes, conhecimentos, comportamentos e valores, tendo em vista ações que possam transformar a realidade.

Na busca de responder ao desafio conjugado pela melhoria da escola e incremento do protagonismo cidadão, algumas concordâncias já se esboçam no *jogo das políticas* e na correlação de forças entre os *atores* da sociedade civil e os da esfera do Estado (sociedade política), com eco em diferentes fóruns políticos e espaços de atuação.

O debate polarizado em torno do binômio quantidade e qualidade do ensino, recupera antigas e novas questões que se voltam para o desejo de construção de uma escola boa para todos, embora não exista consenso sobre a qualidade desejada. Desenvolvem-se pactos, articulações e ações conjuntas, sendo a educação compreendida não apenas como direito social, mas como direito humano viabilizador de outros direitos de cidadania.

É recorrente a noção de que, para se corrigir desigualdades sociais, é preciso uma política de inclusão, eliminando a escola classificatória, construindo-se outra afinada aos princípios de justiça social e aos anseios de uma escola pública, gratuita, de qualidade referenciada socialmente. Para isso, tem sido intensificada a luta pela ampliação do financiamento educacional, com vozes que canalizam argumentos favoráveis à democratização da gestão escolar, com ampla participação da sociedade.

Entretanto, muito há que ser feito para diluir a segmentação e elitização que tem caracterizado a política educacional, ao longo dos anos. A década de 90, apesar de ter ampliado o número de vagas e de matrículas nas escolas, o fez de forma segmentada, razão por que persiste a discussão da precariedade do ensino oferecido às classes populares, seja no campo ou na periferia das grandes cidades. Daí, a importância da luta a favor da democratização da educação e do ensino público, em que ONGs e outras entidades da sociedade civil organizada tomam parte dos processos voltados para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas. Bom exemplo disso são as Campanhas Latino-Americana pelo Direito à Educação e a Campanha Nacional em Defesa da Educação Pública, movimentos que têm à frente um conjunto de organizações civis e governamentais que, sob o comando de ONGs, vem conduzindo estratégias diversas de mobilização, com vistas a defesa do direito a uma educação de boa qualidade.

Com o apoio financeiro de ONGs internacionais como a Usaid-Pomar Pamers of América e outras, a Campanha Nacional em Defesa da educação pública, em conjunto com a Campanha Latino-Americana, realizaram recente reunião, em Brasília, com o objetivo de influenciar, dialogar e apresentar uma visão diferenciada da explicitada pelo chamado Grupo de Alto Nível – GAN, instância responsável pela avaliação e

monitoramento das metas previstas nas Conferências de Jontien (1990) e de Dakar (2000). Questionando a efetividade de instâncias como o GAN, o evento buscou explicitar os olhares da sociedade civil em relação aos temas da reunião e mostrar que outros sujeitos devem ser reconhecidos como parte desse processo. Entendendo a educação como direito humano fundamental, advogam uma política estruturante de um desenvolvimento social comprometido com a cidadania e a auto-sustentabilidade, oportunidade em que expressam o posicionamento de parte da sociedade civil organizada.

Ao lado desse tipo de intervenção, estruturam-se outras iniciativas de natureza político-reivindicatória que, sob o formato de organização em redes e fóruns de movimentos sociais, convergem forças no sentido de barganhar melhorias para a educação pública, influenciando e monitorando políticas de conteúdos democratizantes. São movimentos que ressaltam o sentido da luta pela educação, reafirmando o potencial transformador latente nessas organizações que, a despeito de todo o conjunto de indefinições que as rodeia, têm procurado expressar a opinião da sociedade civil no exercício da participação, colaborando na construção de uma cidadania mais efetiva.

Em Fortaleza, é notório o crescimento do número de ONGs na articulação de movimentos sociais organizados em fóruns temáticos que numa ação propositiva, demarcam posições favoráveis a melhorias educacionais. Isso me anima a pensar, positivamente, a luta pela educação e pela escola, recuperando e fortalecendo a crença no poder da ação coletiva, reafirmada na positividade do trabalho das lutas sociais e de algumas ONGs que, a despeito de do peso ideológico que lhe é imputado, vêm contribuindo com o debate da democratização da educação e da escola pública, ao mesmo tempo em que contribuem com a luta a favor da implementação de uma democracia verdadeiramente participativa.

O trabalho das ONGs não pode ser visto, entretanto, como panacéia na resolução dos problemas da exclusão e da miséria social, em substituição ao papel do Estado. Como outros, compreendo também que as ONGs, mesmo as mais combativas, precisam ser vistas como espaços contraditórios que podem tanto prestar serviços, colaborando e complementando a ação estatal, quanto pressionar o poder público por uma educação gratuita e universal para todos, ao mesmo tempo em que se constituem espaços de organização e fomento de uma nova cultura política.

A rigor, é necessário que, frente aos múltiplos e variados formatos condensados no terreno movediço do terceiro setor, seja feita a distinção das ONGs, caracterizando-as, como espaços políticos contraditórios, tarefa que, na visão de Silva (2004), constitui, hoje, um dos grandes embates enfrentados na retomada da democracia e da cidadania.

Desse contexto contraditório, emergem situações que põem à prova modelos conceituais unificados, impondo uma diversidade de situações compreensíveis a depender do *lugar* e do projeto político que defendem.

A partir dessa compreensão é que pude, então, localizar, o papel político das ONGs em apreço, distinguindo-as das demais organizações do terceiro setor, como espaços políticos estruturados em função da formulação, proposição, controle e execução de políticas sociais voltadas para melhoria da educação e da escola pública.

Em concordância com outros autores, reconheço a contradição e a luta ideológica entre os discursos que evocam a funcionalidade das ONGs ao sistema, como forma de desresponsabilização do Estado, e outros que as vinculam ao fortalecimento de um exercício contra-hegemônico, como forma de construção de um novo projeto societário. Daí não estabelecer uma relação direta entre ONGs e o projeto de desmonte do Estado, não as relacionando, também, diretamente à noção de substituição de direitos por filantropia (Landim, 2002; Olinda, 2006).

Orientada pela idéia de que a luta social coletiva, no Brasil, responde por quase todas as conquistas no campo do reconhecimento dos direitos e controle das políticas sociais, conquistas reconhecidas, a partir da Constituição de 1988, e percebendo a proliferação de organizações sociais como resultantes de um movimento ideológico decorrente do espírito neoliberal que conclama a filantropia e o voluntarismo como engajamento social, considero pertinente a proposição da ABONG, quanto à formalização de um marco legal que respalde e delimite a relação Estado-sociedade civil, em geral e, em particular, a ação das ONGs, possibilitando uma distinção dos projetos políticos e a formação de consensos pactuados em mesas de negociação, preservando-se, assim

a possibilidade da existência de organizações autônomas não subordinadas em sua atuação aos limites da exigência de complementaridade em relação às políticas governamentais, autonomia esta que pode se dar sem prejuízo das eventuais parcerias de ONGs com o Estado que trabalham pelo reconhecimento de novos direitos, ainda sem reconhecimento e sem amparo no reordenamento jurídico vigente (Durão, 1991, p. 64).

Nesse sentido, é necessário destacar o caráter contraditório das ONGs, evidenciando as diferenças entre aquelas que, orientadas pelas leis do mercado, executam políticas compensatórias, focalizadas e orientadas pelo lucro, daquelas que, afastando-se de uma situação funcional ao projeto neoliberal em curso, afirmam-se com ações propositivas que buscam garantir direitos, através de políticas universalizantes.

Pensando assim, é necessário destacar como característica unificadora das ONGs analisadas neste estudo, o compromisso com a democratização da educação e o reforço à luta pelo cumprimento da função social e política da escola, presente em ações propositivas e numa pedagogia que privilegia a mediação dos movimentos sociais com o mundo da política, em busca da consolidação de uma escola cidadã.

A contribuição dessas ONGs reside exatamente na possibilidade de articular os saberes da prática social com as dinâmicas escolares, viabilizando o diálogo entre essas agências de educação, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de uma escola pública qualitativamente comprometida com a efetivação dos direitos e emancipação dos grupos subalternos.

A ótica de análise que vincula escola e sociedade e compreende a educação como uma prática social que se efetiva na forma de atuação das pessoas e instituições me faz recorrer ao pensamento gramsciano, trazendo para o debate uma visão que configura a educação como disputa hegemônica capaz de contribuir com a construção de uma contra-hegemonia, antes mesmo da tomada de poder pelas *massas organizadas*. Para Gramsci (1999), a grande contribuição da educação é promover o confronto das visões de mundo entre os diferentes grupos, aprofundando o *modo de sentir, pensar, querer e agir profundo na busca de realização de seus interesses*. Isso requer uma pedagogia das classes populares e o compromisso de intelectuais-militantes organicamente vinculados aos interesses dos grupos subalternos, pois em seu entendimento

...o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado, não só pelo saber em si, mas também pelo objeto de seu saber (Gramsci, 1999, p. 221 - 222).

Essa visão, devidamente articulada à noção de homem como um *ser de relações*, que se modifica na medida em que transforma e modifica todo o conjunto das

relações no qual ele é ponto central, ajuda a sedimentar a perspectiva da democratização do Estado ou da socialização do poder, em que a gestão da sociedade não pode ser tarefa somente dos profissionais da política ou de quem está atuando nos espaços que se convencionou chamar de instância política da sociedade, mas atributo de todos, incluindo a noção de que a participação na gestão dos serviços sociais define os regimes alargando, assim, os espaços da política.

Isso implica uma revisão dos termos em que se dá a relação do Estado com a sociedade civil organizada e, dentro dela, das ONGs, redimensionando os pesos atribuídos aos conceitos de público e privado e seus efeitos na conjuntura sócio-político-educacional vigente.

Nessa direção, faz-se necessário retomar o papel das ONGs e da sociedade civil organizada como espaços de exercício e fortalecimento da participação, recuperando sua contribuição no cumprimento da função social e política da escola como agência de formação, o que implica uma redefinição nas regras do uso dos recursos públicos e do investimento na ação e valorização da escola, dotando-a de uma maior autonomia política e pedagógica.

Num Estado, historicamente refém de interesses privados, urge que se pensem alternativas de recuperação de uma ação política organizada da sociedade civil como forma de garantir direitos e superar a *condição de massa* a que os grupos populares estão submetidos, edificando-se uma sociedade civil forte e criativa orientada para a autodeterminação e participação ativa na gestão democrática do poder. Na visão de Gramsci, significa o

reconhecimento da passagem, já em ato nas práticas das massas, da passividade política para uma certa atividade, na qual apresentam reivindicação que em seu conjunto desorgânico constituem uma revolução (Gramsci, 1999, p.223).

Em outras palavras, cabe à sociedade civil organizada, às ONGs e também à escola, não apenas a formulação de um *discurso*, mas a própria organização do confronto e disputa ideológica, em que sejam lançadas as bases da comunicação e da construção de um projeto democrático de mudança global da sociedade.

Contrariando os pressupostos do projeto político hegemônico e recuperando os conceitos gramscianos de Estado, de sociedade e de educação, defendo que os movimentos sociais em geral, e as ONGs, em particular, recuperem antigas funções, não só de resgate dos direitos sociais negados pelo Estado neoliberal, mas também de superação desse tipo de Estado. Isso implica a construção de arenas públicas ativas comprometidas com a criação de um novo pacto social em que o conflito e os interesses de classes sejam considerados no enfrentamento das questões sociais, caracterizando disputa de espaço político e formulação de ações que democratizem o poder, por meio do controle do Estado.

Nesse sentido, a mobilização em torno de espaços e de objetos concretos – a luta por equipamentos sociais, escola, terra, trabalho, dentre outras - cruza processos educativos relativos à vida na cidade e no campo, ao mesmo tempo em que formula espaços de luta das classes subalternas em direção à criação de uma *vontade coletiva* e de um projeto *ético-político contra-hegemônico* ao do capital, rumo ao estabelecimento de uma nova sociabilidade. Refiro-me à mobilização de toda a sociedade civil, num engajamento que supere o viés assistencialista e promova o exercício de uma cidadania ativa que, ao mesmo tempo que propõe, também pressiona, fortalecendo e fazendo valer direitos sociais, mediante políticas públicas universalizantes, num livre exercício de democracia participativa.

Dessa arena de possibilidades, avanços e limites presentes na interação de grupos organizados da sociedade civil com o Estado e da inserção de ONGs no campo da escola pública, emergem questões em torno da discussão da função social da escola e de sua relação com a sociedade, potencializando novas compreensões e temas de estudo. Desta investigação, emerge um questionamento que considero pertinente como aprofundamento do tema em questão. Refere-se aos fundamentos explicativos da exacerbada positividade do trabalho das ONGs, demonstrado pela escola pública, em contraposição ao seu próprio desempenho. Entendendo que a grande finalidade da educação é a humanização das pessoas e que a escola precisa ser trabalhada como lugar de formação, a partir de uma intencionalidade consciente e explícita do tipo de ser humano que se quer formar, até que ponto as ONGs podem dar conta do movimento e da complexidade que a educação escolar exige?

Por outro lado, seria interessante aprofundar análises no sentido de perceber o desempenho de ONGs, enquanto instâncias de ação suplementar na luta coletiva pela democratização e autonomia da escola pública, buscando perceber os determinantes e conseqüências dessa ação, pensada para e com a classe trabalhadora da educação, tarefa a ser travada no âmbito da escola e das lutas sindicais.

Postas essas questões para aprofundamento em análises futuras, retomo ao esforço inicial deste trabalho, que foi perceber a qualidade do diálogo estabelecido entre ONGs, o poder público e a escola, atentando para os ganhos políticos e pedagógicos identificados nas diferentes contribuições elencadas ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à ABONG*. São Paulo, 2002.

ABONG, Cadernos 14. *ONGs Nordestinas: transformação e permanência*. Stheweigert, Sousa e Oliveira. Projeto DEMO. Junho, 1996, Recife-PE.

AÇÃO EDUCATIVA/UNICEF/PNUD/Inep-MEC (Coords.) *Indicadores da qualidade na educação*. São Paulo, 2004.

ARMANI, Domingos. Sustentabilidade: um desafio democrático. In: FIEGE, Hans-Jürgen (Coord.) *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Editora Forense, 1981

ARRUDA, Marcos. ONG e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian; HADDAD, Sérgio (orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 1998.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil. O orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

BALLON, Eduardo. *A sociedade civil nos espaços públicos internacionais: o lugar das ONGs* (online). Disponível < <http://www.abong.org.br> > Acesso em 02/ 04/2005.

BAVA, Sílvio Caccia. O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século 21. In: *ONGs: identidades e desafios atuais*. Cadernos ABONG, n. 27, São Paulo: Autores Associados, 2000.

BEBINGTON, Anthony. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: Haddad, Sérgio (org.) *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

BERINHG, Elaine Rossetti. Os conselhos de assistência social e a construção da democracia. In: *Política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios* -

subsídios para a terceira Conferência Nacional de Assistência Social. Cadernos ABONG. n. 30, novembro, 2001.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1986

BOGDAN, R e BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Editora Ltda, 1994.

BRANDÃO Carlos R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

_____. *Pesquisa participante*. São: Brasiliense, 1981

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Entre o estado e o mercado. In: BRESSER PEREIRA, L C. e CUNILL-GRAU, N. (Org.) *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *A crise do Estado*. São Paulo, Nobel, 1991

BRITO, Célia Maria M. de. Movimentos sociais ONGs e terceiro setor: uma nova leitura do fazer política. In: MATOS, Kelma S. L. (org.) *Movimentos Sociais Educação Popular e Escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

BRUNO, Lúcia. Gestão da educação, onde procurar o democrático? In: *Política e Gestão da Educação*. OLIVEIRA, Dalila; ROSAR, Fátima Félix (Orgs.). Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

BRUNSTEINS, Janette. *ONGs e Educação: novas possibilidades educativas?* São Paulo: FE/USP. 2003 (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: SORJ, B e ALMEIDA, M H (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLDART, Roseli. *Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras do MST*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, Alba M. Pinho de. *Cultura/Identidade/Globalização: entre a mercantilização e a transformação Social* (mimeo). Fórum Social Nordeste, Recife, Pernambuco, 2005.

CARVALHO, M. do Carmo A. *A participação social no Brasil hoje*. In: Pólis, n. 2 (Série Papers), 1998.

CENTRO de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Guia de Ações Complementares à escola para crianças e adolescentes*. São Paulo: CENPEC/UNICEF, 2002.

_____. *Muitos lugares para aprender*. CENPEC/Fundação Itaú/UNICEF, 2003.

CORAGGIO, José Luís. *Desenvolvimento Humano e Educação: o papel das ONG's latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Prospectiva).

CORTELLA, Mario Sérgio. *Aprendendo na Escola e na ONG* In: *Muitos Lugares para Aprender*. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú/UNICEF, 2003.

COSTA, Antonio Carlos da. et al. *Direitos de ter direitos*. MJ/MAS-FCBIA/UNICEF, 1991.

COSTA, Sérgio. *Categoria analítica ou passe partout político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Anpocs, Bib n. 43, 1997.

COUTINHO, Carlos N. *Democratização como Valor Universal* In: BOCAJUVA, Pedro C C e VEIGA, Sandra Mayrink (Orgs.) *Afinal que país é este?* 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

_____. *Gramsci*. Porto Alegre: LP&M, 1981.

DAGNINO, Evelina (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In: *Anos 90: política e sociedade civil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DALLMAYR, Fred. *Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas*. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAMASCENO, Maria N e SALES, Celecina de M Veras et al. (coords.) *O Caminho se Faz ao Caminhar: elementos teóricos e práticos da pesquisa qualitativa*. Fortaleza, Editora UFC, 2005 (Coleção Diálogos Intempestivos, n. 25).

DAMASCENO, Maria N. *A Artesania do Saber: tecendo os fios da educação popular*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. (Coleção Diálogos Intempestivos, n.26).

DANZIATO, Octávia de C. M. *ONG's e prática social com adolescentes: demarcações históricas e discursivas*. São Paulo: Unijuí, 1998 (Coleção outros diálogos).

DECLARAÇÃO das ONGs -Educação para todos. Consulta Internacional de ONGs (CCNGO), *Dakar, 25 de Abril de 2000*. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publica/Doc_Internacionais/declaraONG.asp>. Acesso em 05/07/2002.

DECLARAÇÃO de Nova Delhi sobre educação para todos. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publica/Doc_internacionais/declaraNDelhi.asp>. Acesso em: 05/07/2004.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sergio de. *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília, ed. Universidade de Brasília.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCs, 1995.

DRAIBE, Sonia. As políticas sociais brasileiras: diagnostico e perspectivas. In: IPEA-IPLAN Prioridades e perspectivas ads políticas públicas para a década de 90. Brasília, IPEA- IPLAN.

DOWBOR, Ladislau, *Gestão social e Transformação da sociedade*. Disponível em: <<http://ppbr.com/ld>>. Acesso em: 18/06/2005.

DURÃO, Jorge Eduardo. *O impacto da reforma do Estado e a ação das ONGs*. Disponível em : <<http://www.abong.org.br>> Acesso em: 03/04/2003.

_____. *Perspectivas de parceria com a cooperação internacional*. Cadernos ABONG, n. 9. São Paulo, 1995.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público - o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará, 1994.

FIEGE, Hans-Jürgen. *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

FRANCO, Augusto de. *Três gerações de políticas sociais*. Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED. Brasília-DF: Cidade do Conhecimento, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista da história na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1994 (Biblioteca da Educação, Série 1, escola; v. 11).

FURRIELA, Rachel Biderman. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro Zahar, 1978.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. A sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOSS, Karine P e PRUDÊNCIO K. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Em Tese, Vol. 2, n. 1. janeiro-julho, 2004. Disponível em: < <http://www.emtese.ufsc.br> > Acesso em: 02/04/2005.

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Cadernos do Cárcere. Introdução ao Estudo da filosofia* Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. V. 1,1999.

HELD, D. *Modelli di democrazia*. Bologna: Il Mulino, 1991.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. Campinas, São Paulo: Papirus,1994(Coleção magistério formação e trabalho pedagógico).

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a escola*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3.ed. São Paulo-SP. Paz e Terra,1989.

HOROSCHOVSKI, Rodrigo Rossi. *Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.Vol. 1 nº 1, agosto-dezembro/2003. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>> Acesso em: 02/04/2005.

JAMES, Petras. *Armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999 (Coleção América Latina).

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1993.

_____. *Múltiplas identidades das ONGs*. Texto apresentado no seminário: Estudos sobre as organizações não governamentais na América Latina: situação e perspectivas, realizado pela ABONG, em parceria com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción - ALOP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP). São Paulo, 3 a 5 de Dezembro, 2001.

_____. *ONGs é terceiro setor?* In: *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. FIEGE, Hans-Jürgen (coord.) Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003

LESPAUPIN, Ivo. *Poder local e exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LUDKE, M; ANDRE, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EDU, 1986.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELUCCI, Albert. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Tradução de Maria do Carmo Bomfim. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

MESQUITA, Maria de Fátima. *Todo boato tem um fundo de verdade? um olhar sobre as políticas educacionais do município de Fortaleza, tendo como marco a lei do FUNDEF 1997-2000*, Programa de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Educação da UFC, Dissertação de Mestrado, 2002.

MOL, Jaqueline. *Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Repensar a reforma, repensar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand - Brasil, 2002.

_____. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand - Brasil, 1986.

NASPOLINI, Antenor. *A reforma da educação básica no Ceará*. Instituto de Estudos Avançados. v. 1, n. 1. USP. São Paulo: 1987. Edição Especial.

NEVES, Marcelo. Do consenso ao dissenso: o Estado democrático de direito a partir e além de Habermas. In: SOUSA, Jessé (org). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2001.

NICHOLAS, Davies. *O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A dialética Estado sociedade civil e a construção da seguridade pública In: Política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios - São Paulo, Cadernos ABONG, n. 1, 1991.

OLINDA, Ercília M B. Participação autônoma e solidária: caminho para a constituição do “ser mais” juvenil. In: OLINDA, Ercília M B e FIGUEIREDO, João Batista de A. (orgs) et al. *Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. São Paulo: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização*. Texto apresentado no seminário *Estudos sobre as organizações não governamentais na América Latina: situação e perspectivas*, realizado pela Abong, em parceria com a Alop - Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción - e a PUC-SP. São Paulo, 3 a 5 de dezembro, 2002.

PAIVA, Flávio. O papel político das ONGs. In: *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. FIEGE, Hans-Jürgen (coord.) Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 5. ed. 1987 (Temas brasileiras II).

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativa: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Campi, 2001.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *Democratizando a democracia - os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PARO, Vítor Henrique. *Escritos sobre educação*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2001.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

RAICHELLIS, Raquel. *Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social*. Serviço Social & Sociedade, n. 56, São Paulo, 1997.

ROCHE, Chris. *Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. Edição adaptada para o Brasil ABONG; Tradução e interpretação simultânea escrita – TISEL. 2. ed. São Paulo: Cortez/ABONG, Oxford, Inglaterra, Oxfam, 2002.

SÁDER, Emir. *Quando os novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SALES, Ivandro da Costa. *Os desafios da gestão democrática da sociedade: em diálogo com Gramsci* (mimeo). Camaragibe – PE, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza & Avritzer, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. *Democratizando a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pelas Mãos de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHERER WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. (Org.) *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Cidadania sem fronteira: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEMERARO, Giovanni. *Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci*. Revista Educação e sociedade. n. 66, ano 20, abril de 1999.

SOCSEK, Daniel. *Da negação à parceria: breves considerações sobre relação entre ONGs-Estado*. Destaques do mundo do terceiro setor. Disponível em : < <http://www.rits.org.br> > Acesso em: 09/05/03.

SILVA, Carmem S.M. *Identidade das ONGs e Campo Político dos Movimentos Sociais*. Destaques do mundo do terceiro setor. Disponível em : < <http://www.rits.org.br> > Acesso em: 03/12/04.

TEIXEIRA, Lúcia H G. *Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas*. Campinas-SP: Autores Associados, São Paulo: UMESP:ANPAE, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade civil. In: Dagnino, Evelina (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, Evelina. *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, Rosa Maria T. *Que (e como) é necessário aprender?* necessidades básicas de aprendizagens curriculares. Campinas-SP: Papirus, 1995.

_____. A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem In: *Muitos Lugares para aprender*. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú/UNICEF, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAIDERGORN, José (Org.) *O direito a ter direitos*. Campinas-SP: Autores Associados; 2000. (Programa de pós-graduação em educação escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP).

VIDAL, Heloisa et al. (org.) *Recursos Humanos*. Fortaleza, Editora UECE, 2003.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *ONGs e Universidades: desafios atuais*. Texto apresentado no seminário *Estudos sobre as organizações não governamentais na América Latina: situação e perspectivas*, realizado pela Abong, em parceria com a Alop – Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción - e a PUC-SP. São Paulo, 3 a 5 de dezembro, 2001.

WEFFORT, F. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.